

*Histórias de Trabalho*  
da  
*Receita Federal do Brasil*

*5º Concurso - 2014*

*Prosas e Poesias*



**Receita Federal**

Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal  
Divisão de Memória Institucional



**Presidenta da República**

Dilma Rousseff

**Ministro da Fazenda**

Joaquim Levy

**Secretário da Receita Federal do Brasil**

Jorge Antônio Deher Rachid

**Subsecretário de Arrecadação e Atendimento**

Carlos Roberto Occaso

**Coordenador-Geral de Atendimento e Educação Fiscal**

Antônio Henrique Lindemberg Baltazar

**Coordenadora de Educação Fiscal e Memória Institucional  
(Substituta)**

Lilian Rose Vasques Andrade

**Chefe da Divisão de Memória Institucional**

Fabiane Paloschi Guirra

**Comissão Julgadora do 5º Concurso Histórias de Trabalho da RFB**

Márcio da Silva Ezequiel - DRF/Pelotas - Presidente da Comissão

Ana Catarina de Lucena - SRRF/04RF

Abigail Aparecida dos Santos - Sufis/Cofis

Carlos Roberto Block - Suara/Coaef

Rudimar Radatz - DRF/Santo Angelo

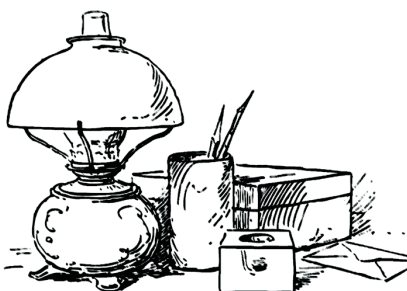


Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

# Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil

5º Concurso - 2014

*Prosas e Poesias*



**Receita Federal**

Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal  
Divisão de Memória Institucional

---

Copyright 2015 - by *Receita Federal*

Estão resguardados todos os direitos desta publicação, que poderá ser reproduzida por qualquer meio, desde que citado o nome do autor.

Capa e Diagramação  
Marcia Palma de Azevedo

Imagem da capa  
Assessoria de Comunicação Social - Ascom/RFB

Revisão Ortográfica  
Márcio da Silva Ezequiel

Impressão e acabamento  
Gráfica e Editora Aliança Ltda-EPP

Tiragem  
1000 exemplares

Ministério da Fazenda / Receita Federal do Brasil / Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal / Divisão de Memória Institucional - Brasília: RFB, 2015

Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil - 5º Concurso, 2014.

222p.; 22cm. Coletânea de Histórias.

1. Memória Institucional. 2. Receita Federal do Brasil



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	VII
<b>Prefácio</b> .....	IX
<b>Prosas Premiadas</b>	
Aduaneiro de Segunda viagem .....	13
Azelir e a transmissão de declarações .....	27
Foi no tempo do IAPC .....	33
<b>Menções Honrosas</b>	
A Linda capital e o seu prédio, um caso complicado .....	41
À meia luz (ou nenhuma luz).....	50
Contribuinte do futuro... a menina moça premiada que virou servidora .....	57
Eucalipto? .....	59
<b>Prosas Classificadas</b>	
A deficiente .....	65
A deficiente parte II .....	68
A simplicidade de um contribuinte .....	71
Alô .....	74
Banho de água fria .....	76
CAC libertador .....	79
Confundidos com assaltantes .....	83
CPF de alumínio .....	87
Depósito de mercadorias apreendidas da RFB no Ipiranga-SP .....	91
Deus ajuda quem cedo madruga .....	96
Diabedo!!! .....	99
Diga-me com quem andas e te direis quem és .....	101
Divina Providência .....	110
DRF/Poços de Caldas, suas unidades e seu pessoal .....	114
Empresário da bicicleta .....	119



Fronteira: singularidades que encantam, ensinam e até assustam .....	121
Homenagem ao Valdemar (chefe do IRPJ) da DRF Limeira (SP) .....	131
Imposto Rural na era digital .....	134
Miscelâneas - Histórias de atendimento na RFB .....	138
O fato gerador e a obrigação tributária .....	144
Operação pelado .....	147
Os selos voadores: uma situação inusitada de trabalho.....	149
Síndrome do computador .....	154
Um gesto de solidariedade .....	157
Uma oração que chegou ao céu .....	164
Vendemos a “BMW do 007” e um Fiat 147 (ele duas vezes) .....	167
Viagem a Fabriciano - a saga .....	174
Você pode ficar assim? .....	180

### **Poesias Premiadas**

Receita Federal do Brasil - A história primitiva .....	185
Receita de João .....	191
No dia em que o leão perdeu pro galo .....	201

### **Poesias Classificadas**

Apreensão de droga em Mundo Novo/MS .....	209
Novos tempos .....	211
A caminho da qualidade .....	214
Soneto do contribuinte .....	216
Mudança de prédio da ARF/Paraíso do Tocantins .....	219



# Apresentação

Como dizia Jorge Luis Borges, os livros são a extensão da memória e da imaginação. Assim, com o objetivo de permitir a extensão de nossa memória institucional, inauguramos, em 2010, o Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil, o qual tem por objetivo coletar, selecionar e premiar registros de experiências de trabalho.

Desde 2010, já se foram cinco edições deste projeto tão bonito. Portanto, é com muita alegria que anunciamos ao público mais uma edição do livro Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil. Trata-se dos trabalhos selecionados na 5ª edição do Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil, realizado no ano de 2014.

Esta edição do concurso abrangeu duas categorias – depoimento verídico em prosa e depoimento verídico em poesia ou letra de música. Foram inscritos 57 trabalhos, advindos de 15 unidades da federação, o que indica uma consolidação do certame no imaginário dos colegas como uma importante iniciativa para expressar nosso cotidiano profissional.

A comissão julgadora selecionou 3 trabalhos vencedores em cada uma das duas categorias e 3 menções honrosas. Esta coletânea reúne, além das histórias premiadas, 27 histórias classificadas pela comissão julgadora do prêmio, completando um total de 36 histórias. Todas elas narram aspectos marcantes, interessantes ou pitorescos do dia-a-dia de servidores da Receita Federal.

Somadas às quatro edições anteriores, são 201 histórias que compartilham momentos vivenciados na fiscalização, no atendimento ao contribuinte, na aduana, e em outras áreas da instituição. Ao ler essas histórias, narradas sob uma perspectiva privilegiada e muitas vezes emocional, não é difícil encontrarmos inegáveis traços que nos identificam como indivíduos



ligados por uma cultura profissional própria, forjada no labor diário e na convivência com pessoas, assuntos e procedimentos típicos das matérias afetas ao Órgão em que trabalhamos.

Esta edição do livro apresenta-se ilustrada com os desenhos premiados no 3º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da Receita Federal do Brasil, o que certamente vem a dar maior encanto à obra que ora se apresenta.

Parabenizamos e agradecemos a todos os que participaram do concurso. Premiados ou não, são todos dignos de aplausos. Com os trabalhos enviados, mesmo aqueles que não foram selecionados para compor esta terceira coletânea, legamos à posteridade as experiências dos autores, as quais passarão a integrar o acervo da memória institucional da Receita Federal do Brasil.

Nosso reconhecimento à comissão julgadora, encarregada de selecionar e classificar os trabalhos, presidida por Márcio da Silva Ezequiel, composta por Abigail Aparecida dos Santos, Ana Catarina de Lucena, Carlos Roberto Block e Rudimar Radatz.

Nosso reconhecimento especial ao Dr. João Maurício Vital que, durante o tempo em que coordenou a Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal, inspirou a todos, sendo sempre o primeiro a levantar a bandeira da memória institucional.

Agradecemos, por fim, ao Senhor Secretário da Receita Federal do Brasil, Dr. Jorge Antonio Deher Rachid, ao Senhor Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Dr. Carlos Roberto Occaso, e, especialmente, à Chefe da Divisão de Memória Institucional Fabiane Paloschi Guirra e ao historiador Márcio da Silva Ezequiel, da DRF-Pelotas, responsáveis diretos pelo planejamento, elaboração e execução desse quinto volume do Histórias de Trabalho da Receita Federal e à Márcia Palma de Azevedo, da equipe da Divisão de Memória Institucional, responsável pela edição gráfica.

Boa Leitura!

Antonio Henrique Lindemberg Baltazar  
Coordenador-Geral de Atendimento e Educação Fiscal





# Prefácio

Honra-me, sobremaneira, prefaciara esta obra que tem como objeto os trabalhos selecionados na 5ª edição do Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil.

Como nas quatro edições anteriores, este novo livro está repleto de ricas memórias. E sinto que é a partir da memória que damos sentido à nossa vida, compreendemos nossa trajetória e, especialmente no âmbito das instituições públicas, como é o caso da Secretaria da Receita Federal do Brasil, fortalecemos os laços de pertencimento do corpo funcional.

Ler as histórias vividas pelos homens e mulheres que construíram e estão a construir a nossa Instituição e nos transportar, por meio da palavra, para aqueles momentos que muitas vezes encontram-se silenciados em suas almas, nos engrandece e ilumina.

É preciso dar a palavra para as pessoas, pois a história institucional funda-se nos sujeitos que dela fazem parte. E é essa a grande beleza do livro que tenho a felicidade de prefaciara. É um livro que dá a voz às pessoas que ajudaram a nos moldar.

Se, como nos recorda Kierkegaard, a vida só pode ser compreendida, olhando-se para trás; mas só pode ser vivida, olhando-se para frente, tenho a convicção de que a leitura deste livro nos permitirá apontar a lanterna para o futuro com um pouco mais de segurança.

Como já tive a oportunidade de referir-me, por ocasião das edições anteriores, a obra ora lançada certamente não será de interesse apenas dos nossos queridos servidores. Será também de grande utilidade aos estudiosos,



- X -

assim como aos interessados em conhecer a história de nossa instituição. Trata-se, portanto de um valioso aporte acadêmico e uma contribuição significativa para a formação da cultura tributária.

Aproveitem a leitura!

Carlos Roberto Occaso  
Subsecretário de Arrecadação e Atendimento

*Prosas*

*Premiadas*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

Autor: Gustavo Pestilho Senna/2º ano do Ensino Fundamental  
Responsável: Renata Pestilho Senna – DRF/Sorocaba



# Prosas Premiadas

## Primeiro Lugar

### **Aduaneiro de Segunda viagem**

*João Felipe Filho*  
IRF Parnamirim/RN

*Ingressou na RFB em 1994, sempre atuando na área aduaneira, tendo desempenhado atividades de vigilância aduaneira, repressão, despacho aduaneiro em portos e aeroportos, inclusive bagagem acompanhada, e fiscalização aduaneira, sendo esta a atividade atual. Integra a Equipe de Regimes Aduaneiros Especiais do Projeto Manuais Aduaneiros.*





## **Aduaneiro de segunda viagem**

Às três e trinta o telefone tocou e eu atendi prontamente, estando já acordado e aparamentado para a viagem, colete e boné com a logomarca da Aduana e o distintivo aduaneiro pendurado no pescoço. Logo estava na estrada, ao som de Evaldo Braga, em viagem com destino a Areia Branca, a primeira em serviço pela então Seção de Controle Aduaneiro (Saana), da Delegacia da Receita Federal em Natal, no Rio Grande do Norte. A expectativa não me deixou dormir, no banco do passageiro, apesar do cansaço do dia anterior, em que, também na madrugada, atendera a um voo internacional procedente da Itália. Era eu o auditor-fiscal de plantão naquela semana.

A viagem foi demais tranquila, pra não dizer chata, na opinião do motorista, acostumado que estava com parceiros de viagem mais divertidos. De fato, absorto em meus pensamentos e o motorista nos seus, só vez por outra saía um comentário sobre as músicas ou sobre a paisagem, cortando o silêncio de nossas vozes pensativas naquela estrada que parecia só nossa. Na cidade de Riachuelo, na aurora, a parada para o café foi rápida e trouxe um pouco do sabor nordestino no queijo manteiga. O sol, na iminência de despontar no horizonte, parecia ter esperado o momento exato de, mais adiante, apontar a silhueta de peito de moça que deu nome ao Pico do Cabugi, imponente elevação que se destaca da vegetação característica de caatinga e cuja exuberante beleza resistiu-me na lembrança daquela viagem marcada pela luta de um barco contra o mar agitado.

Chegamos à Areia Branca na hora prevista e fomos recebidos pelo responsável legal da Agência Marítima Ltda, o mestre Francisco, a quem o motorista me apresentou.

- Este é o novo aduaneiro da Saana. O rapaz aqui foi muito bem recomendado pelo Lima. Luiz da Paz Lima, auditor-fiscal aposentado, de



espírito aduaneiro ímpar. Mestre Francisco então começou a tecer comentários sobre o colega Lima, a pessoa e o profissional, que achei até exagerados. Agora, escrevendo esta crônica, depois de anos de convivência sob sua chefia na Saana, vejo que mestre Francisco foi até comedido. O fato é que essa conversa inicial demorou um pouco e o barco já estava ligado, num pé e noutro pra sair, o que me fez embarcar meio sem graça, em vista das caras de poucos amigos dos companheiros da viagem, os colegas da Anvisa e da Polícia Federal, nenhum que eu já tivesse conhecido. Coloquei o colete salva-vidas e me preparei para a viagem. A embarcação tem hora pra sair e retornar, conforme a maré.

O barco zarpou da modesta instalação portuária da Codern, na foz do rio Mossoró, e seguiu para mar aberto. Enquanto apreciava a fachada da igreja de Nossa Senhora da Conceição, ensaiava tabular uma conversa para conhecer os meus parceiros de viagem. Não deu tempo. O barco acusou o impacto da primeira frente de onda e eu me desarticulei, surpreendido pelo solavanco e pelos respingos d'água que o vento me soprou no corpo todo.

Era um barco pequeno e apenas a cabine do timoneiro era protegida do sol. O primeiro impacto me fez escolher outro local para me agarrar e dali não saí até o fim daquela viagem, que me fez entender o verdadeiro significado da expressão aos trancos e barrancos. A segunda onda eu vi chegar e fechei os olhos na hora do encontro. Ouvei o rangido da madeira da cabine e senti a proa soerguer, abrindo a vista ainda a tempo de ver o barco assentar sobre as espumas brancas, enquanto o timoneiro acelerava o motor e alinhava o barco na direção da próxima onda. Estaria ele caçando conversa? Eu o vi várias vezes de pescoço esticado, identificando ondas potenciais e manobrando o leme na sua direção, de propósito, para que o barco avançasse sobre elas, buscando o impacto em aceleração máxima. A cada enfrentamento, o barco rangia, sacudia, sofria, e nós também sacudíamos e sofriamos, pelo menos eu, que não estava acostumado. Os poucos metros conquistados pelo barco a cada





investida eram devolvidos pelo mar, que o empurrava de volta outros tantos. O tormento parecia não ter fim e como era desigual aquela luta! Parecia que as abalroadas deixavam cicatrizes na embarcação que, somadas, não a permitiriam chegar ao fim da jornada, enquanto o mar se renovava em cada onda. Que nada!

Após uma hora e tanto, sei lá, o mar deixou de ser agressivo, mas continuou perturbador. O barco seguiu um percurso mais direto, sem tanto rangido, apenas imbicando a proa a cada onda por que passava. Meus órgãos internos pareciam estar fora do lugar, misturados, e eu botei a mão no peito para sentir o coração. Estava no lugar, graças a Deus! O colega policial federal sorriu.

- São os ventos de agosto, meu caro.

Foi a primeira vez que ouvi falar dos ventos de agosto. Aleguei que o timoneiro queria impressionar e ele respondeu que não era nada disso, que aquela era a forma certa de navegar, encarando as ondas de frente, e que o timoneiro era muito experiente. Sorri pela primeira vez depois que entrei no barco, um sorriso amarelo, com os olhos ainda arregalados. Mantive-os assim quando dei a perceber a beleza daquele mar, aquela cor, a limpidez da água, as alvas dunas no litoral que se distanciava. Apontei algumas e o policial sorriu novamente.

- Aquilo é o puro sal.

Não acreditei, mas também não disse nada. Estava desconfortável por causa do balanço do barco. Ainda bem que esse trecho não foi demorado e logo avistei ao longe o terminal salineiro de Areia Branca, que consiste de uma instalação portuária em mar aberto, na verdade um porto-ilha, por onde são exportadas mensalmente toneladas do sal marinho produzido no Estado do Rio Grande do Norte. Destacava-se nele uma colina de sal que fazia frente às dunas do litoral, em tamanho. Só acreditei quando a vi de perto. À medida que se



aproximava o barco do terminal salineiro, eu me dava conta da grandiosidade da obra de engenharia executada em alto mar.

O Terminal Salineiro Luiz Fausto de Medeiros, em Areia Branca/RN, também conhecido como Porto-Ilha, foi construído em 1974, sendo considerado na época uma das melhores obras de engenharia marítima. Consiste de uma plataforma retangular, com 96 metros de largura por 166 de comprimento, assentada em estacas e coberta com um piso de sal, para garantir a pureza do produto armazenado. A plataforma está ligada ao berço de atracação dos navios por uma ponte de estrutura metálica com 398 metros de comprimento, que serve de suporte para uma esteira que descarrega o sal diretamente o navio cargueiro. No berço de atracação há dolphins protegidos por defensas, aos quais é amarrada a embarcação, com o auxílio de rebocadores. Dolfim é uma coluna de concreto fincada no fundo do mar, que aflora à superfície e serve para atracar (dolfim de atracação) e para amarrar (dolfim de amarração) navios. O Porto-Ilha atualmente tem capacidade de armazenamento de 150 mil toneladas de sal.

O pequeno barco dirigiu-se direto para o berço de atracação, onde já se encontrava o navio graneleiro. Este, imenso e imóvel, fez o barco parecer um inseto caído na água, à procura de uma superfície estável para se agarrar. Os pneus usados que estavam amarrados nas laterais do barco amorteciam o impacto provocado pelas ondas que jogavam o barco contra o navio. Dava para perceber amplitude das ondas pelo sobe e desce do barco, tentando inutilmente escalar a parede de ferro que estava ao nosso alcance. Uma cesta pendurada por uma corda foi descida para levar nossos pertences. Em seguida, veio a escada de quebra-peito, uma escada de corda que nos deu acesso ao convés do navio. A orientação foi para, um de cada vez e quando o barco estivesse em nível máximo, subir de imediato pelo menos cinco degraus e bem ligeiro, pois o barco poderia alcançar um nível mais alto com a onda seguinte. Fiquei por último, acalmando o desconforto da viagem. Aproveitei para contar os degraus



da escada para ter ideia da altura de borda livre, mas não dei conta, o costado do navio era muito alto.

Escalei rapidamente os primeiros cinco degraus e parei para olhar para o barco. “Sobe, sobe, sobe!”, foi o que eu ouvi e recomecei a subir, sem conferir a altura a que o barco chegou. Logo os ventos de agosto começaram a caçoar de mim, parece que soltaram a escada lá embaixo, para onde só olhei depois que cheguei ao convés. Até lá, o vento chacoalhou bastante, o que me fez demorar mais que os outros. Dei-me conta de quanto alto estava depois que vi o pequenino barco fazendo manobra para ir à plataforma. Levantei a vista para observar a beleza e a imensidão do mar e depois virei para o convés, contendo-me admirado de como era grande. Então, dei-me conta de que, mais uma vez, fiz os colegas esperarem por mim e fiquei envergonhado.

Fomos conduzidos à cabine em que nos aguardava o comandante da embarcação, para as formalidades de praxe da visita aduaneira. Visita aduaneira é o procedimento fiscal em que se formalizava a entrada da embarcação no País e, após a anuência das autoridades sanitárias e de Imigração, autorizava o início das operações de desembarque e embarque de tripulantes e passageiros e de carregamento e descarregamento de mercadorias e unidades de carga (Lei 5.025/66, art. 32).

Ao colega da Polícia Federal foram entregues os passaportes e ao da Anvisa, a Declaração Marítima de Saúde. A mim, foram entregues cópias dos formulários Declaração Geral, Declaração de Carga, Declaração de Provisões de Bordo, Declaração de Bens da Tripulação, Lista de Tripulantes, Listas de Passageiros e Manifesto de Cargas Perigosas, todas assinadas pelo comandante. O navio chegou sem carga, estava apenas com água de lastro e não havia passageiros, de modo que me detive em conferir a Declaração Geral, as provisões e sobressalentes e os pertences da tripulação. Aproveitei para preencher os formulários Termo de Visita e Passe de Saída.



Depois da declaração verbal do comandante de que não havia mais nada a declarar, desci para inspecionar a embarcação, acompanhado por um tripulante que, assim como eu, não falava bem a língua inglesa. Foram divertidos os desencontros de entendimento, mas eu consegui verificar o que pretendia, porões, compartimentos das provisões de bordo, das peças sobressalentes, cabine de comando, alojamentos e salas de máquinas. Quanto espaço! Imaginei o quanto difícil seria procurar contrabando ou descaminho em uma embarcação daquele porte. Felizmente não havia nenhum indicativo desse risco e a inspeção foi só pra conhecer mesmo e ter ideia de como seria uma busca aduaneira naquele navio. Busca aduaneira em veículos é o procedimento fiscal que visa prevenir e reprimir a ocorrência de infração à legislação aduaneira (Decreto-Lei nº 37, de 1966). Isso me fez demorar e quando cheguei ao convés, vendo que os colegas já estavam postos para o desembarque, fui logo pedindo desculpas. Tranquilizaram-me, dizendo que não era por mim que esperavam, mas pelo barco que não retornara da plataforma. Ainda bem. Dirigi-me ao comandante e autorizei o início da operação de carregamento do navio.

Em seguida, despedindo-me e dizendo que não retornaria mais, entreguei o formulário Passe de Saída, em que autorizei a saída da embarcação do País, após o carregamento. Eu quis ser o primeiro a descer pela escada de quebra-peito, pois não podia deixar que me esperassem mais. Mal ultrapassei a amurada do navio, lufadas dos ventos de agosto me deram o ar de sua graça e brincaram comigo até eu chegar ao barco. Ainda bem que a escada estava mais firme e, para baixo, todo santo ajuda. A passagem da escada para o barco é que pareceu complicada, pois o barco não conseguia ficar parado um instante que fosse junto do costado do navio e eu tinha que saber o momento exato de soltar a escada e saltar para o barco, não podia vacilar. Pois hesitei e desperdicei cinco oportunidades. Então, o tripulante que aguardava para segurar-me, caso acontecesse desequilíbrio, resolveu me ajudar a decidir. Não foi tão difícil. Com todos embarcados, o barco fez a manobra e voltou para a plataforma. É



que devíamos esperar a permissão do mar para voltarmos ao cais de Areia Branca. Um elevador de obra a cabo desceu até o nível do convés do barco, que já estava devidamente amarrado na estrutura da plataforma. Subimos e fomos direto ao refeitório, para um rápido almoço. Procurei não comer muito, já pensando na viagem de volta. Em seguida, fui conhecer a plataforma. No pátio, a colina de sal estava sendo desmanchada por pás mecânicas, que depois levavam a mercadoria e despejavam em uma balança integrada à esteira rolante que seguia até a embarcação através da ponte metálica.

Era impressionante o sincronismo dos movimentos das máquinas, que proporcionavam velocidade de carregamento pela esteira de até 1.500 toneladas por hora. No percurso em volta da colina, eu encontrei um belo cristal de sal do tamanho de uma bola de futsal, peguei-o, lambi e devolvi ao monte (deu vontade de pedir para levar). Na face oeste, uma barça acabara de chegar, trazendo o sal do continente. Perguntei a um dos operadores do equipamento que descarregava a barça se lá no continente havia colinas de sal do tamanho daquela no Porto-Ilha e ele afirmou que sim, maiores, até. Pensei comigo, não eram dunas as que eu aponteí.

Partimos do Porto-Ilha na hora que a maré permitiu e a viagem foi rápida e menos agitada, porém não menos confortável. O balanço pendular do barco me pegou de jeito e, quando chegamos à zona de arrebenção das ondas, eu já não respondia por meus atos internos. Fiz um esforço danado para segurar o enjoo. Acho até que os borrifos d'água que me atingiam enquanto eu prendia o ar nos pulmões, cada vez que a proa no barco mergulhava, ajudaram-me a segurar a comida que teimava em querer sair pela boca. Quando desembarcamos o meu estado era lastimável, o que o policial federal percebeu.

-Aduaneiro de primeira viagem sofre, hein?

Eu quis sorrir, mas apenas consegui manifestar uma expressão assertiva. A viagem de volta a Natal foi mais sem graça ainda. O barulho do



carro lembrava o ronco do motor do barco e me trouxe uma dor de cabeça que parecia distante, mas me incomodou por toda a viagem. O motorista a toda hora me perguntava se eu queria fazer uma parada.

- Home, eu quero é chegar em casa! - eu disse, quase suplicando. Não pretendia fazer uma viagem dessas tão cedo.

Justos quatro dias depois, estava eu na estrada novamente, daquela vez com destino à cidade de Guimarães, também no litoral do Rio Grande do Norte. Já recuperado (mas não esquecido) da viagem anterior, eu tinha um interesse especial naquela segunda viagem, por dois motivos: pela primeira vez andaria de helicóptero e, segundo, conheceria uma plataforma marítima de produção de petróleo. É que, alguns anos antes, eu abandonara o curso de Mestrado em Geofísica Aplicada à Exploração de Petróleo para ingressar no serviço público, por isso o interesse particular em conhecer uma plataforma da Petrobrás. Os protocolos de segurança, as instruções do técnico em segurança do trabalho e do piloto atrasaram um pouco o embarque da aeronave, que tinha como passageiros os mesmos colegas da viagem ao Porto-Ilha e mais um engenheiro credenciado pela Receita Federal, perito em arqueação de navios.

A viagem de helicóptero foi tão rápida que mal deu tempo pra sentir a falta de chão sob os pés. As praias extensas, casas e coqueiros logo saíram do campo de visão, dando lugar à imensidão do mar. E os ventos de agosto só resolveram mostrar as asas quando o helicóptero estava a pousar no heliporto da plataforma marítima PUB-4 da Petrobrás. Após três tentativas, o piloto avisou que iríamos desembarcar com a aeronave em voo, o que nos deixou todos apreensivos. Mas o piloto foi exímio e, apesar do vento forte, deixou a aeronave praticamente imóvel a alguns centímetros do piso do heliporto, enquanto todos desembarcavam com segurança. Então, o helicóptero foi levado pelo vento, como se soltasse de amarras rompidas abruptamente.

Não houve tempo para conhecer a plataforma petrolífera, o que frustrou minha expectativa. Descemos apenas um pavimento e já chegamos ao



local de acesso à lancha que nos levaria ao navio petroleiro, para mais uma visita aduaneira. Aguardava-nos um grande pneu de trator envolto numa malha de corda, que formava um saco, preso no alto por um cabo de aço que deixava rígida a rede da malha, esticada pelo peso do pneu. Um funcionário da plataforma conduziu cada um ao pneu, orientando sobre como subir no pneu, onde colocar os pés, como abraçar a rede, com as palmas das mãos em posição invertida, um polegar apontando pra cima e o outro pra baixo e fechando os demais dedos em forma de ganchos que se encaixam na altura do peito. Uma vez naquela posição, em hipótese nenhuma deveria afrouxar os dedos até que o pneu chegasse à lancha, lá embaixo.

Quando o cabo suspendeu o pneu, os ventos de agosto deram um empurrão que o fez pendular e girar, a uma altura sobre o mar que não ousei mensurar. Fechei os olhos e suspendi a respiração por alguns segundos. Quando abri a vista, o pneu ainda girava e pendulava fortemente, por isso não iniciara a descida. Ainda no alto, através do outro lado da rede, só conseguia ver a imensidão do céu e, de relance, partes da plataforma. Um frio na barriga começou a me perturbar, não menos que os ventos de agosto, que insistiam em caçoar de mim. Aquilo era digno de um brinquedo de parque de diversões, tipo ranger, porém muito mais emocionante. O problema é que eu não era nada afeito a esse tipo de emoção. Ainda bem que não sofro de vertigem das alturas. Olhando pra baixo, eu via uma lancha, pequena como um automóvel, entrar e sair do meu campo de visão, no meio da roda. O peso do pneu venceu a força do vento e começamos a descer, devagar, sem pendular tanto.

Passei a ver a lancha cada vez maior. Na verdade era bem maior do que o barco que nos levou ao Porto-Ilha e isso, aliado ao fato de estar amarrada à estrutura da plataforma, facilitou o nosso salto do pneu para o convés. Entramos para a cabine de passageiros e cada um acomodou-se em uma poltrona. Parecia um auditório em que se projetava um filme cujo título não me lembro. Logo nos serviram um lanche, do que eu escolhi apenas um pedacinho de sanduíche de atum, pensando no desconforto da viagem anterior. Era um



luxo só, comparado ao barco de Areia Branca, nada mais nada menos do que a diferença entre o preço do petróleo e preço do sal. Mas os ventos de agosto, que não fazem essa distinção, balançaram as duas embarcações da mesma forma, para meu desconforto. Ainda bem que a viagem foi curta.

O navio petroleiro estava atracado no terminal marítimo Quadro de Bóias Oeste de Urbana, no litoral de Guamaré, a oeste da plataforma PUB-4. O quadro de bóias é uma instalação portuária em mar aberto, que consiste de um sistema de bóias de amarração que formam um único berço, onde o navio é amarrado após o lançamento das suas duas âncoras de proa. Um oleoduto, com uma extensão de aproximadamente 5 Km em terra e de 19 Km no mar, traz o óleo do polo industrial, em Guamaré, no continente, para o navio tanque. O polo industrial tem hoje o nome de Refinaria Potiguar Clara Camarão, em homenagem à índia brasileira que liderou um grupo de nativas na luta contra os holandeses, no período do início da colonização do nosso país.

A borda livre do navio petroleiro era tão alta quanto a do navio graneleiro e eu não me furtei a ser o primeiro a subir. No meio da subida, imprudentemente, parei para olhar pra baixo e então os ventos de agosto mostraram-me a provável origem do nome sugestivo para a escada quebra-peito. Foi difícil retomar a subida. Os demais subiram rapidamente, ficando na lancha o perito arqueador, que tomou um bote para conferir as marcações de nível.

Após as formalidades da visita aduaneira, em vez de avisar ao comandante que a embarcação estaria autorizada a operar assim que o perito arqueador concluísse as suas medições, eu falei, com meu parco inglês, que não estaria autorizada enquanto o perito não terminasse as medições. O comandante, que só entendeu as primeiras palavras, começou a ficar nervoso, falando compulsivamente e não me deixando explicar. Olhei para o policial federal e ele me sorriu, como se dissesse “sai dessa, agora”. Voltei-me para o comandante, mas ele não me ouvia, só falava. Mudei para um aspecto mais





sério e aumentei o tom da voz, mas o homem falava cada vez mais alto. Sem sucesso, recorri ao policial e este, sem tempo, avançou sobre o comandante, não para agredi-lo, mas para encará-lo e falar tão alto, em português mesmo, que eu me assustei e o comandante, coitado, recuou e virou-se pra mim, com os olhos arregalados, como se me pedisse intervenção. O próprio policial, disse-me ele depois, entendeu que exagerou na dose e falou em seguida, polidamente, em inglês, “respeite a autoridade brasileira”. O comandante assentiu cordialmente com um sorriso sem cor e eu, então, pude explicar sobre a operação da embarcação. Já calmo, ele confirmou que tinha entendido que eu não liberara a embarcação e, porque estava muito atrasado em relação ao seu planejamento, e só por isso, ficou angustiada. Desfeito o desentendimento, sorrimos os três.

Quando o perito arqueador subiu ao convés, fomos convidados a almoçar no navio. A mesa estava farta e eu abusei da comida, experimentando um pouco de cada coisa, imaginando que a viagem seria curta, como fora a de vinda. Ledo engano. A lancha não retornou à plataforma PUB-4 nem seguiu para Guamaré, foi mesmo direto para Natal, uma viagem muito mais longa. E os ventos de agosto é que conduziram a lancha, provocando arfagens e caturros, que me fizeram misturar a comida no estômago como faz uma betoneira. Arfagem e caturro são os mergulhos e soerguimentos da proa da embarcação, no seu balanço longitudinal provocado pelas ondas. Fingi dormir, para não demonstrar o meu sofrimento.

Os meus olhos reviravam sob as pálpebras, à procura de um pensamento que afastasse a percepção do incômodo que estava sentindo. Quando enfim chegamos ao Porto de Natal, ao levantar-me da poltrona, as pernas fraquejaram por um instante.

- Que é isso, aduaneiro? Tá passando mal? - perguntou o policial.

- Aduaneiro de segunda viagem sofre mais ainda. - limitei-me a responder.



- É, os ventos de agosto não dão moleza, não.

Pela segunda vez cheguei em casa exausto, e a tontura me acompanhou até a hora do sono. No dia seguinte, a minha esposa questionou se eu ainda estaria disposto a fazer viagens assim. “São os ossos do ofício”, respondi com segurança. E realizei várias visitas aduaneiras, até 2003, inclusive nos meses de agosto, em que ficava bastante apreensivo. Desde 2003, a Receita Federal está dispensada de participar da visita a embarcações (Decreto-Lei nº 37, de 1966, art. 37, § 3º, com redação dada pela Lei nº 10.833, de 2003).

Hoje, os ventos de agosto não me incomodam mais, ou sim, porque não ousei alçá-los ao título desta crônica.



# *Segundo Lugar*

## **Azelir e a transmissão**

*Marcelo Márcio de Oliveira*

*DRF - Cascavel/SC*

*Ingressou na RFB em 1993 na SATEC/DRF/Cascavel onde permaneceu até 2013, 14 anos dos quais como chefe da seção, sempre atuando na área de tecnologia da Informação. Hoje, desempenha atividade de controle aduaneiro, vigilância e repressão.*





## **Azelir e a transmissão de declarações**

Em 1994, a internet ainda não havia se popularizado, o computador mais moderno era um PC montado com processador 386, 1 Mb de memória e HD de 40Mb. A Delegacia da Receita Federal em Cascavel, graças a sua posição estratégica e como resultado de uma eficiente atuação no combate ao contrabando e descaminho de mercadorias e produtos possuía um dos mais equipados parques de computadores de toda a Receita Federal, resultante da incorporação de materiais de informática apreendidos para a montagem desses equipamentos, conforme previsão legal.

Mas isso se traduzia apenas em máquinas isoladas. Tínhamos apenas oito computadores ligados numa rede “transdata”, que alcançava a impressionante marca de 9.600 kbps de velocidade. A Satec, que então era o setor responsável pelo atendimento ao público, possuía apenas dois equipamentos conectados para acesso aos sistemas corporativos.

Mas as inovações tecnológicas, que seriam destaque nos anos vindouros, já se faziam presentes. Desde 1991 a Receita recebia declarações de Imposto de Renda Pessoa Física em meio digital. Eram declarações entregues em disquetes flexíveis de 5 1/4” e 360Kb (não dá para explicar mais, é melhor procurar na internet para se ter uma vaga noção da distância que estamos daquela realidade).

Eles eram reunidos em caixas de 100 unidades e enviados para processamento no Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados).

Naquele ano de 1994, entretanto, havia uma novidade. Os disquetes não mais seriam encaminhados ao Serpro. Eles eram lidos e validados em um



computador previamente preparado que transmitia os dados ao computador central encarregado do processamento das declarações.

Tudo planejado para funcionar maravilhosamente bem. Eu trabalhava na Satec e fiquei responsável por instalar o programa e orientar o servidor que iria utilizá-lo. Havia uma doce e simpática colega que trabalhava conosco, Azelir era seu nome, e lhe coube a tarefa de transmitir as declarações. Tinha uma verdadeira obsessão em fazer tudo certo, o que para alguns parecia uma atroz insegurança.

No primeiro dia, sentamos juntos e revisamos todos os passos necessários para o bom funcionamento do trabalho. Prontamente percebemos que a transmissão dos dados das declarações era absurdamente lenta. Algumas declarações chegavam a demorar quase cinco minutos para serem transmitidas, tempo no qual o computador ficava “travado”. Para melhor contextualizar, os computadores de então utilizavam o sistema operacional MS-DOS, de interface texto e mono-tarefa. Azelir ficava transtornada.

Ela se via na condição de não conseguir desenvolver o trabalho com o dinamismo que desejava.

Temia que, a continuar daquele modo, não seria possível transmitir as declarações dentro do prazo e antevia que seria preciso encaminhar tudo por malote no último dia.

E havia também a angústia, compartilhada por todos, de que, enquanto durassem as transmissões, apenas uma das duas máquinas estaria disponível para atendimento ao público.

Foi então que o acaso veio a nosso favor. Certo dia tivemos uma falha no fornecimento de energia. Sem nobreak, os computadores e o sistema de comunicação com o Serpro foram abruptamente desligados e o modem queimou.



Depois de reiniciar o computador, a Azelir veio me perguntar o que deveríamos fazer. Esclareci que o programa estava preparado para situações como essa. Ela poderia continuar validando os disquetes e fechando os lotes, pois todos os dados seriam enviados assim que a comunicação se restabelecesse. E mesmo sem entender direito como isso aconteceria, assim fez Azelir.

Pouco mais de duas horas depois vem ela, toda faceira, conseguira validar todas as declarações que antes demorariam dias para serem transmitidas. Ainda naquele dia a empresa responsável pela manutenção do modem fez o reparo e a comunicação de dados foi restabelecida.

Como o expediente já estava perto do fim, iniciar a transmissão de tantas declarações não teria um impacto muito grande. Qual não foi nossa surpresa ao constatar que a transmissão de declarações aconteceu em uma velocidade surpreendentemente alta. Ou seja, quando a validação e transmissão eram feitas em momentos separados, o tempo total era incrivelmente menor.

Sabendo disso, preparei um computador apenas para validar os lotes. Ao fim do dia eu fazia um backup dos dados e transferia as informações para o computador conectado e a transmissão podia ser feita fora do horário de expediente.

Azelir aceitou mudar seu horário de trabalho. Chegaria depois do almoço, validaria todas as declarações recebidas na tarde anterior e na manhã e acompanharia a transmissão após o expediente.

Tudo muito bonito. E no segundo dia em que colocamos em prática esse plano ela chega, tensa e preocupada. As declarações não tinham sido transmitidas. Revisamos os procedimentos, repassei as instruções e no dia seguinte novamente as declarações não eram transmitidas.

Era como se pontualmente às 18h30 uma chave fosse desligada cessando a comunicação. Liguei para o Serpro que revisou o link. A prestadora



do serviço de comunicação foi acionada e os circuitos revisados. Todos afirmavam categoricamente: “ - Tudo ok!”

E no dia seguinte lá estava Azelir transtornada por não conseguir fazer as declarações “subirem”.

E foi assim durante uma semana. Tudo funcionava bem até as 18h30.

Tanto reclamei, insisti e incomodei que convenci os envolvidos a monitorarem o funcionamento da rede no horário em que o problema se manifestava. E foi assim que descobriram que pontualmente às 18h30 um vigilante de alguma empresa na cidade de Marechal Cândido Rondon, distante 100 km de Cascavel, desligava uma chave geral que fazia com que o nosso circuito se desconectasse. Não pergunte como isso era possível, mas era assim que as coisas eram.

Problema detectado, solução aplicada. E no dia seguinte, Azelir vem me procurar com seu largo e contagiante sorriso. Estava profundamente feliz porque o trabalho transcorreria sem sobressaltos. Mesmo não sendo necessário, ficara trabalhando até muito tarde para recuperar o tempo desperdiçado.

Depois de algum tempo emitiu um suspiro aliviado e falou: “- Ainda bem que não era culpa minha.” Bem sabíamos que nunca fora, mas precisamos nos esforçar para convencê-la disso.

Algum tempo depois Azelir nos deixou. Tomou um expresso para o andar superior da existência humana. Deixou saudades de sua alegria sincera e a lembrança de quão efêmeras podem ser nossas preocupações diárias.





## *Terceiro Lugar*

**Foi no tempo do IAPC**

*Adalberto Celso de Castro Lima*

*DRF/Taubaté*

*Auditor Fiscal oriundo da extinta SRP. Ingressou na RFB em 2007 na fusão da SRP com SRF.  
No serviço público desde 10/11/1969.*





## Foi no tempo do IAPC

Para quem não teve conhecimento, IAPC era a sigla para Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes.

Antes do INPS, Instituto Nacional da Previdência Social, que veio a ser instituído em 1966 e começou a funcionar em 1967, a Previdência Social Pública no Brasil já era aplicada através da Lei nº 3.807/60, a LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social, mas cada categoria profissional tinha seu Instituto de Previdência. Assim era que:

- Os bancários tinham o IAPB;
- Os comerciantes tinham o IAPC;
- Os Ferroviários e Empregados em serviços públicos tinham o IAPFESP;
- Os industriários tinham o IAPI;
- Os marítimos tinham o IAPM;
- Os transportadores de cargas rodoviárias tinham o IAPETC.

Esses seis Institutos de Aposentadorias e Pensões foram fundidos no INPS, também já extinto e substituído pelo atual INSS, Instituto Nacional do Seguro Social.

Da criação do SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Lei 6.439/77) interessa-nos a instituição do extinto IAPAS, que virou mais tarde SRP, Secretaria da Receita Previdenciária, e que em 2007 foi extinta e incorporada, juntamente com a SRF, na hoje vigente RFB, Receita Federal do Brasil.



Pois bem, no IAPC, havia a figura do cobrador que visitava as empresas das localidades onde não havia agência bancária e emitia um recibo da contribuição devida no mês e paga em espécie, ali mesmo, para o cobrador.

Antigamente era antigamente, bons tempos aqueles; e pensar que muitos de nós tenhamos passado por essas experiências.

O recibo era emitido à mão com vias copiadas por decalque através de papel carbono. Esses recibos eram numerados e o cobrador prestava contas ao tesoureiro da agência, batendo valores indicados nos recibos com o dinheiro da maleta, cuja importância, após a conferência era recolhida ao banco pelo tesoureiro. Posteriormente, numa ação fiscal, o fiscal (já existiam fiscais) era responsável pelo batimento (já havia batimento também) dos recibos com a quantidade de segurados do estabelecimento. Houvesse diferença, esta era cobrada através do TVD - Termo de Verificação de Débito, também emitido à mão. No INPS foi substituído pela NRDV - Notificação para Recolhimento de Débito Verificado, atual NFLD – Notificação Fiscal de Lançamento de Débito. Esta já podia ser preenchida à máquina de escrever. A cobrança desta forma persistiu, para os contribuintes individuais, já no INPS dos anos 70, na figura do Correspondente.

Vamos ao fato: um destes cobradores era o meu amigo Lysias, que hoje mora no Céu. Colega que trabalhava como cobrador para a Agência do IAPC e depois no INPS, em São Lourenço MG. Posteriormente vamos nos encontrar no INPS, admitidos através do seu primeiro concurso público que se realizou em 1968 e fomos admitidos como servidores em 1969.

Transcorria o ano de 1966. Coitado do Lysias, numa de suas cobranças, a uma venda de beira de estrada, naquele Sul de Minas poeirento de então, descansou sua maleta sobre uma saca de milho debulhado, enquanto preenchia um recibo para o “dono da venda”. E não é que aparece um asno não se sabe de onde e ávido pelo saco de milho abocanhou também um talão de recibos...



Correria, dor de barriga, Deus do Céu. E agora? Como justificar a perda dos recibos já preenchidos?

E a cena seguinte: surpreendente e inusitada. Tragicômica: O Lysias puxando o talonário da boca do quadrúpede, e o burro, empacado, negando-se a entregar seu “almoço”.

Apavorado, o Lysias, num átimo de tirocínio, sai correndo em direção ao lambe-lambe da pracinha. Lambe-lambe era aquele fotógrafo das praças, cuja máquina fotográfica era constituída de uma pequena caixa de madeira apoiada num tripé. Apiedado do coitado do colega, tirou uma foto do asno mastigando o talonário, já imprestável, entre os dentes. Como a luz do flash do equipamento antigo era produzida pela queima de uma mistura de pólvora com sei lá o quê, o quadrúpede soltou o talonário e, assustado, saiu em desabalada carreira rua abaixo.

Imagine-se: um processo para justificar a perda de recibos oficiais, inusitado, e instruído com papel mastigado por burro e uma foto do referido orelhudo com o talonário entre os dentes, como prova do extravio.

Desta, meu amigo Lysias se safou, não sem muitos contratempos!





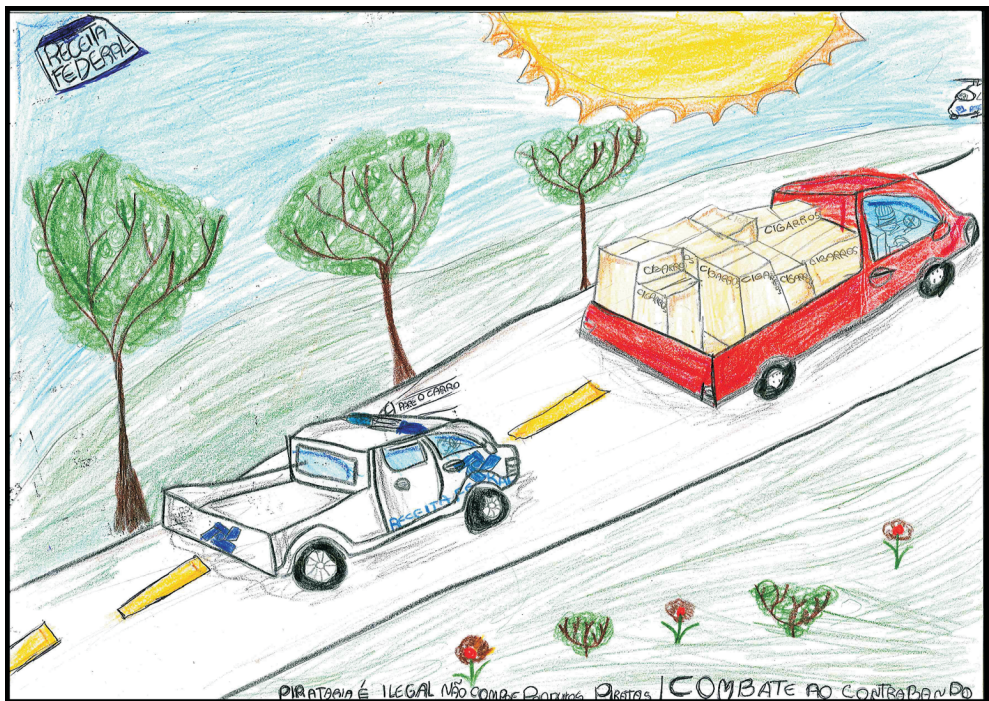
*Menção*

*Honrosa*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

Autor: Leonardo Andrade Dourado Reche/5º ano do Ensino Fundamental  
Responsável: Luis Felipe de Barros Reche – SUARI





## *Menção Honrosa*

### **A linda Capital e o seu prédio, um caso complicado**

*Rubia Bittencourt de Oliveira*  
*ARF Itajaí/SC*

*Ingressou na Receita Federal em 30/06/1987, atuando principalmente na área aduaneira, até ser convidada a participar do projeto da Sede de Florianópolis e em seguida da obra de revitalização do Casarão Malburg (Itajaí) e do projeto da DRF/Joinville, entre outros projetos de arquitetura. Em 2008 iniciou o atendimento de regularização de obras de pessoa física, até abril de 2014. Atualmente está participando de atualizações de Projetos como Agência Modelo da São José e DMA em Joinville.*

Em 2002, após 15 anos trabalhando na Receita Federal, atuando em diversas áreas (inclusive na área aduaneira, no Porto de Itajaí), fui convidada (por ser formada em arquitetura) a participar da elaboração de projetos e obras de engenharia da Receita Federal, o que foi algo profissionalmente pra mim muito especial. Naquele ano, a Receita, através da 9ªRF, uniu esforços para iniciar o projeto do prédio da Delegacia e Alfândega em Florianópolis, uma das poucas capitais brasileiras ainda sem sede própria.

Após a definição do Programa de Necessidades, que consiste num trabalho inicial de levantamento de dados (realizado com a colaboração dos colegas da Delegacia e da Alfândega, ansiosos por concretizar esse sonho), pude, com muita satisfação, envolver-me naquela importante e nova tarefa: projetar para Receita Federal.



Anteriormente, já tinha feito alguns desenhos de interiores (layouts) para atender às alterações e adaptações da Delegacia de Itajaí, bem como vários desenhos de balcão de atendimento e estações de trabalho, mas esse empreendimento, grande na dimensão e na responsabilidade, me levaria a uma situação que eu nunca havia imaginado como funcionária pública. Naquele momento, ser arquiteta fazia todo o sentido.

Ainda em 2002, fui a Brasília, juntamente com o colega da DIPOL/9ªRF, o engenheiro civil Mário Leonardo, para conhecer os procedimentos de elaboração de projetos, algo na época relativamente novo no âmbito da Receita, cujo gerenciamento coube a COPOL/DIENG (Coordenação-Geral de Programação e Logística/Divisão de Engenharia). Recebemos as orientações, vimos um projeto em andamento e as diretrizes referentes ao partido arquitetônico. Estas definiam a predominância horizontal, espaços distintos para expediente e serviços, modulação básica, prumadas de instalações (shafts), área de atendimento preferencialmente no térreo, iluminação e ventilação naturais (incluindo jardins internos) e cobertura com terraços abaixo de 20% da área coberta. Tínhamos, então, parâmetros bem definidos.

De volta a Florianópolis, comecei a projetar e dar forma aos espaços de tão importante construção. Imagina elaborar um prédio com um complexo fluxograma e com uma área acima de 7.000 m<sup>2</sup>? A consulta prévia havia limitado a altura da edificação, portanto teria que ser o mais horizontal possível, na verdade com apenas dois pavimentos. Após algumas semanas, apresentei ao Delegado Paulo Renato e à chefe do SEPOL, Cátia Vicente, algumas plantas desenhadas na prancheta, através dos caminhos que o programa de necessidades apontou, principalmente referente à quantidade e dimensão das áreas, divididas em expediente, infra-estrutura (ou apoio), áreas especiais etc. Depois de todo esse percurso, pude elaborar o Anteprojeto (que constitui a concepção inicial da solução arquitetônica para a obra, contendo



plantas baixas, cortes, elevações e volumetria). O resultado, ao final de alguns meses, foi uma área de quase 7.500 m<sup>2</sup> dividida em dois pavimentos (conforme as exigências municipais), e ainda faltava pensar no estacionamento e especificar a cobertura...

Somente com o Anteprojeto definido e submetido à consulta prévia aos órgãos locais e à COPOL, é que houve a licitação e a contratação da empresa para a elaboração do Projeto Básico Completo. Nesse ponto, uma ansiedade inevitável se formou com a seguinte questão: a empresa contratada mudaria completamente ou em parte o projeto arquitetônico? Ou não mudaria?

Talvez a equipe da contratada tivesse uma outra ideia. Na verdade eu esperava que a empresa, a partir das áreas e do layout projetados, fizesse muitas alterações, por ter profissionais tão qualificados, mesmo eu sabendo que as exigências da prefeitura (e não esqueçamos dos Bombeiros!) limitassem muito.

Mas para minha surpresa, nada foi significativamente alterado nas plantas dos dois pavimentos, a não ser o acréscimo de muitas escadas, de quatro para dez! Isso complicava muito o projeto, mas a contratada justificou que seria para atender a prevenção contra incêndios, pois eram escadas protegidas e com duto de ventilação, que servem para saída de emergência. Nessa reunião estava presente também a arquiteta da COPOL, Cristina Hoffmann, que da mesma forma que eu, achou um exagero as escadarias. Nós duas nos reunimos depois, a partir daquele dia, até conseguirmos diminuir para seis o número de escadas protegidas! Todas atendendo a distância máxima entre as áreas de trabalho e as saídas no caso de incêndio. Valeu muito a pena colocar nosso empenho nisso.

Bom, descrevendo o projeto arquitetônico final, o resultado foi um extenso prédio de mais de 11 mil m<sup>2</sup>, com dois pavimentos de áreas de expediente e de apoio, divididas em quatro alas, cujo centro ficou formado pela circulação, sanitários, copas, escadas e elevadores (estes para atenderem portadores de necessidades especiais), além de um auditório com 180m<sup>2</sup> no segundo piso.



Também dividindo parte das alas, projetamos dois jardins internos, para permitir ventilação e luz natural. De novidade mesmo, pela contratada, foi a inclusão no projeto de um meio subsolo (aproveitando o desnível do terreno), para abrigar vagas de garagem e algumas áreas de infra-estrutura, além de um piso técnico entre os dois pavimentos (chamado de entrepiso), para passagem da grande quantidade de fiação e tubulação das instalações (água, luz, lógica, ar condicionado etc).

Tanto o meio subsolo como o piso técnico, ambos logicamente aumentaram consideravelmente a altura do prédio, submeteram o projeto a uma nova avaliação pelos órgãos municipais e consequentemente deu início a uma maratona de reuniões com o IPUF (Instituto de Planejamento e Urbanismo de Florianópolis).

Na verdade, nada seria problema se outro fosse o local da obra. Mas a localização da futura Sede da Receita desencadeou uma série de restrições e exigências por parte dos órgãos da esfera municipal, estadual e federal (esta através do IPHAN). Pois o terreno, de 9.643 m<sup>2</sup>, destinado à construção do prédio, situava-se nas proximidades da Ponte Hercílio Luz, tombada como patrimônio histórico e artístico. E, além disso, aquela área também fazia parte do Aterro da Baía Sul, obra de paisagismo criada em 1971 por Burle Marx, e obviamente, qualquer edifício ali inserido teria que dar o devido valor para aquele espaço urbano. Por tudo isso, o impacto do novo prédio da Receita Federal sobre o urbanismo daquela área causava preocupação quanto ao apelo visual e especialmente quanto à altura, pois o volume arquitetônico não poderia impedir a visão da Ponte, seja de pedestres ou de veículos que circulassem nas vias próximas. Além disso, sua fachada teria que apresentar cores e elementos discretos e sua cobertura deveria ser tratada como a quinta fachada, nas palavras de alguns profissionais na época, devido à visão panorâmica que se teria do futuro prédio, proporcionada pelo Mirante local. Também foi exigida a criação junto as três vias que circundam o prédio, de espaços relacionados à



história local, como marcação da orla da praia, do antigo porto e do casario ao redor; e por último, criação de um espaço cultural, de acesso ao público em geral.

Estas exigências, que contrariavam parte das diretrizes para projetos da Receita Federal, foram amplamente discutidas em diversas reuniões no IPUF, inclusive com criação de uma comissão formada por arquitetos e autoridades de vários órgãos (SEPHAN, IPHAN, FCC e IAB) que, durante os meses de setembro e outubro de 2004, discutiram o projeto e seu efeito sobre o entorno e culminaram com as alterações elaboradas em conjunto com o corpo técnico formado pela Receita Federal e a empresa contratada.

Em 14/10/2004, data que seria a última reunião da comissão, as principais alterações que a Receita deveria atender para a aprovação do projeto ficaram definidas da seguinte forma: 1) ESPAÇO CULTURAL – situado na entrada da Alfândega, próxima ao saguão principal, de fácil acesso aos visitantes. 2) FACHADAS – as sugestões foram apresentadas novamente, em virtude da presença do representante do IPHAN, que recomendou que escolhêssemos as cores o mais neutras possível. Por fim ficou definido que as opções com floreiras não tiveram o efeito esperado, que melhor ficariam as fachadas limpas, revestidas com pastilhas.

3) COBERTURA – foram apresentadas pela contratada duas opções, primeiro parte da cobertura em terraço com jardim (Ala Norte, Central e Oeste), com menos de 50% com telhas metálicas, pintadas, tipo sanduíche para conforto térmico. A segunda opção da cobertura foi de 100% com terraço e jardim. Foram discutidas as duas opções, sendo lembrado pela equipe da Receita o quanto de dificuldades a segunda opção acarretaria nos projetos complementares, sobretudo no Estrutural, e bem sabíamos dos custos de impermeabilização e manutenção. Mas prevaleceu a necessidade de valorização da quinta fachada, e foi concluído pelos presentes que seria



importante chegar a um consenso, tendo em vista os prazos a serem cumpridos para a licitação da obra, ficando aceita a implantação de terraço em 100% da laje.

Portanto, após um grande esforço, onde tentamos o equilíbrio entre manter o mínimo de modificações e o máximo de chance da aprovação do projeto, tivemos que trabalhar nas alterações impostas e definitivas para o Projeto da nova Sede das Unidades da Receita Federal em Florianópolis. Essas alterações tiveram, como objeto, os projetos de Arquitetura e de Paisagismo, ambos necessários para aprovação na Prefeitura, e que atenderiam as exigências do COTESPHAN (conforme constado em Atas). O efeito dominó sobre os demais projetos sempre foi preocupante e agora iríamos trabalhar nisso.

Em 22/11/2004, a empresa de arquitetura encaminhou para a DRF/Fpolis, as plantas com as modificações necessárias e solicitadas. Nessa data, todas estas alterações já estavam definidas em plantas e o detalhamento do terraço, por se tratar de uma área de cerca de 3.700 m<sup>2</sup>, seria entregue depois. Isto foi concedido em virtude da Receita necessitar da aprovação do projeto o quanto antes, para dar início ao processo de licitação da obra. Os complementares, após serem aprovados nos respectivos órgãos (Corpo de Bombeiros, por exemplo), em conjunto com o Arquitetônico aprovado, daria liberação do alvará de construção, que dependeria também da entrega do detalhamento das alterações da cobertura.

A empresa encaminhou em 10/05/2005, o material referente ao Projeto Estrutural, contendo 10 volumes, que haviam sido devolvidos à contratada para atualização e que agora procedia à entrega com as pranchas substituídas, conforme as alterações necessárias. O engenheiro Mário Leonardo retornou novamente à DRF/Florianópolis, com o intuito de fazer a análise do material entregue, culminando com o Relatório de 20/05/05, que considerou o Projeto Estrutural aprovado. E considerando que a maior alteração ocorreu na



cobertura, o conceito básico da solução adotada anteriormente foi mantido, inserindo-se logicamente, os ralos para floreiras e torneiras ao longo de toda a área dos jardins; essas adaptações refletiram principalmente no projeto hidrossanitário. Assim, pudemos comunicar à contratada que podia dar início aos demais projetos complementares, sem exceção, a partir daquela data, e providenciar o atendimento das observações feitas no Relatório mencionado.

Claro que todo o paisagismo do terraço se tornou o centro das atenções e foi completamente detalhado no desenho do piso, das floreiras e luminárias, além das especificações de vegetação.

A contratada fez nova entrega em 04/07/2005, com o material contendo as modificações dos projetos complementares para a nova Sede de Florianópolis, constando dos projetos elétrico, de fundações, de pavimentação, de ar condicionado, hidrossanitário, preventivo contra incêndio, e de estrutura, além do Caderno de Encargos, Orçamento e Cronograma.

Outra observação a ser feita é quanto à impermeabilização da laje de cobertura. Quando da aprovação de 100% de terraço, onde ocorreu a eliminação do telhado, substituído por laje impermeabilizada com floreiras, já havíamos conversado com a contratada sobre este importante componente. Enfatizamos a atenção a este item no sentido de que a impermeabilização indicada fosse a mais eficiente e duradoura, em virtude da grande área a ser aplicada, incluindo agora os novos produtos existentes no mercado, se fosse o caso, mas como o solo naquela região trabalha muito a futura construção também trabalhou. Isto ocasionou alguns pontos de infiltrações na laje e também nos pontos de iluminação, originando infiltrações e vazamentos pelo forro, mas logo foi solucionado, levantando-se as caixas de passagem elétrica e corrigindo as infiltrações.

Finalmente e, ao mesmo tempo iniciando uma nova luta, houve a publicação do Edital da obra da nova sede de Receita Federal em



Florianópolis. A contratação da empresa ocorreu em novembro de 2008, dando início aos serviços preliminares. Já estávamos no ano de 2009 e a contratada de engenharia enfrentava o primeiro grande problema: uma forte chuva seguida de maré alta ocasionou alagamento do subsolo. Isso trouxe dúvidas quanto ao posicionamento do prédio, no aspecto altimétrico, porque sempre acarretaria problemas com as chuvas (tão comuns na nossa região). O que alguns especialistas alegaram é que o fato de ocorrer chuva com maré alta raramente se repetiria. Mas alguns locais, como a subestação, foram "levantados" para evitar que eventualmente pudessem ser atingidos pela água.

A esse ponto, muitos foram os questionamentos acerca do projeto, pois quem não participou da odisseia da sua elaboração e aprovação, perguntava: por que o prédio foi posicionado desta maneira? Por que foi criado subsolo, sujeito à inundação? Por que tantas escadas e só dois pavimentos? Pra que tanto terraço? Mas todo o histórico não deixa dúvidas, as imposições dos órgãos intervenientes, especialmente quanto às limitações de altura total do prédio, e que produziram seus efeitos até o fim, alcançaram todos os níveis da construção, sendo maiores aqueles problemas ocasionados pela cobertura, através do seu imenso e lindo (vamos admitir) terraço.

E entre o subsolo e a cobertura, ainda haveria uma série de questões advindas do projeto, não só pelo partido arquitetônico ou técnicas e materiais definidos, mas pela defasagem que as soluções adotadas na época (2002 a 2005) acarretariam no início das obras, quase cinco anos depois, com as evoluções tecnológicas. O caso mais expressivo foi do sistema de ar condicionado, que gerou dúvidas e atrasos. Mas ainda cabe citar os projetos de instalações elétricas e de lógica, também importantíssimos no âmbito da Receita Federal, que foram objeto de vários relatórios por parte do engenheiro da DIPOL/9ªRF, Marcelo Pereira Santos, com o objetivo de ajustar várias inconsistências detectadas nas sucessivas entregas.





Somente em julho de 2013, após alguns meses em que ocorreu a mudança do prédio alugado para a Sede própria, o evento da inauguração pode acontecer, com toda a satisfação que uma obra deste porte, entregue a uma das mais lindas capitais do Brasil, poderia proporcionar, tanto aos seus servidores quanto aos usuários em geral, mas especialmente àqueles que não mediram esforços e nem desistiram até verem concretizado esse sonho.



## *Menção Honrosa*

### **À meia luz (ou nenhuma luz)**

*Alberto de Castro Fernandes Júnior*

*DRJ Ribeirão Preto/SP*

*Oriundo da Previdência Social, onde ingressou em junho de 1993, é Julgador, membro da 17ª Turma da DRJ/RPO/Campinas.*

No início da última década do século passado (há quanto tempo!), quando a informática era para nós uma novidade, algo muito estranho, até meio assustador, eu era, como costumávamos chamar, um “fiscal de pasta”.

Bons tempos aqueles! Movido que era (e certamente ainda sou!) pelo mais legítimo e notável entusiasmo, daqueles que acreditam que seu trabalho tem um propósito elevado, com finalidades sociais claras: assegurar não apenas a manutenção do Estado, enquanto entidade responsável pela gestão do bem-estar comum, mas principalmente porque constitui um eficaz e indispensável instrumento de distribuição de riquezas, numa sociedade em que somente por força da rigorosa fiscalização tributária é possível fazer justiça fiscal.



O sistema tributário é complexo? É injusto? Certamente que sim. Mas aqui só cuido de lembranças. Não é momento, tampouco o local, para discutir tão complexo tema (nem sei se tenho conhecimento para tanto).

É hora apenas de contar uma pequena (e quiçá) engraçada (ou melancólica) historinha...

Pois bem! Designado para fiscalizar uma pequena empresa, dirige-me à sua sede.

Naqueles heróicos tempos, o planejamento das fiscalizações tributárias dependia basicamente do acompanhamento de apontamentos de protestos e de pedidos de falência, pesquisados nos jornais locais ou de falhas (ou oscilações para baixo) nos registros de recolhimentos (o que era registrado em tiras de papel, extraídas de “telex”).

Assim, quando recebíamos designação de fiscalização, encontrávamos, muitas vezes, o contribuinte em difícil situação financeira, muitas vezes prestes a fechar as portas, na mais desoladora penúria.

Era exatamente o que estava acontecendo.

Logo de início, já me pareceu que lá os negócios realmente não andavam muito bem: um conjunto razoavelmente grande de escritórios, sem alguém que os ocupasse, quase abandonado; móveis em estado de conservação que exigia manutenção urgente (desbotados, riscados, empoeirados); cestos de lixo transbordando; documentos acumulados pelas mesas, com tampos de vidro rachados; gavetas desconjuntadas, semiabertas e que não se encaixavam nos arquivos e armários. Uma desolação!

A recepção: uma sala abafada, com cortinas desbotadas, amarfanhadas e desbeichadas; uma pequena mesa enfeitada por um miserável vaso de flores de plástico (também desbotadas); as paredes emolduradas por vigorosas e vetustas teias de aranha em pleno funcionamento, até como certa saturação...



Identifiquei-me para a única pessoa que podia ser vista no local e informei porque estava ali.

Imediatamente veio a reação que sempre podia ser esperada nestas ocasiões: um rápido abrir-fechar de olhos, um pigarro, novo pestanejar, um gaguejar, outro pigarro, outro gaguejar, e, finalmente, a recuperação, com um longo suspiro: “Pois não, doutor!”.

Era a recepcionista, que, cheia de si (segundo me pareceu, já totalmente recuperada do “susto”), informou-me que também exercia as funções de auxiliar administrativa, de responsável pelo “setor fiscal” e do “RH”. Enfim, uma “faz-tudo” (quando, evidentemente, não estivesse cuidando das unhas – como diligentemente o fazia – no momento em que entrei na sala).

Pedi-lhe que me apresentasse os livros contábeis e os documentos relativos ao pessoal (folhas e recibos de pagamentos, livro de registro de empregados, rescisões de contratos de trabalho, fichas de salário-família e de salário-maternidade..., enfim, vocês sabem muito bem a que me refiro!).

Pretendia até fixar prazo para o atendimento das providências, mas como certamente estava entediada, com a falta do que fazer (exceto pintar as unhas), dispôs-se a me atender imediatamente (acho que só para passar o tempo).

Então, mãos à obra! Fui à fiscalização! Realmente a situação da empresa era crítica, absolutamente crítica: a escrituração da contabilidade estava atrasada (não era feita há dois anos); as últimas folhas de pagamentos disponíveis eram de mais de seis meses atrás; os salários tinham sido substituídos por “vales”, pequenos adiantamentos feitos aos empregados, na medida em que sobrava algum recurso para tanto.

Gabo-me de ser uma pessoa observadora, como então exigia (e ainda certamente exige) as minhas funções. Mas confesso que não me dei conta de que



o único som que nos chegava, além dos motores e das buzinas dos automóveis lá fora, era o de um pequeno, surrado e fanhoso rádio de pilhas, colocado sobre um desconjuntado armário.

Nem mesmo me dei conta de que, na tarde toda em que lá estive, o telefone não tocou sequer uma vez (aliás, naquele tempo não havia ainda o celular, no máximo telefone sem fio, o que ali nem era o caso...).

Tarde quente de verão, quentíssima! Só à base de muita água era possível suportar aquele calor terrível. Água? Disponível no único, velho, surrado, amassado e desbotado bebedouro! Água morna, mas água, enfim!

A tarde foi avançando...

Ar condicionado? Nem pensar!

O ventilador, pequeno, de plástico, estava sobre outro armário, também desconjuntado, sem a grade de proteção, com a hélice fora do eixo, o cabo pendurado, inerte... Nem precisei testar. Com certeza, estava fora de combate há muito tempo.

Não dispunha, pois, propriamente, das melhores condições de trabalho, mas precisava ser feito. Minhas convicções, meu entusiasmo não ofereciam alternativa.

Busquei as informações. Faltavam documentos. A recepcionista, auxiliar administrativa, assistente fiscal muito pouco podia me ajudar (acho que sua especialidade era, na verdade, a manicure...); o contador havia deixado o trabalho (depois de três meses de atraso nos seus honorários); o encarregado do “Recursos Humanos” já não aparecia há tempos (cansou de ouvir reclamações sobre salários atrasados. Atrasados? Não! Salários não pagos...); o sócio-gerente havia saído, para “resolver uns problemas”, mas voltaria logo, a qualquer momento (jamais voltou, não o conheci, nem nas demais vezes em que lá voltei).



A tarde seguia. E o calor? Aumentava. Não havia nem mesmo a mais leve brisa para amainar aquele clima insuportável, subsaariano. Mas, para continuar, uma pequena nota técnica: naquela época, ao constatarmos a ocorrência de uma infração, devíamos lavrar imediatamente o auto de infração (mesmo que a ação fiscal prosseguisse depois). Neste caso, era necessário preencher um formulário pré-impresso, em quatro vias, numerado e com vários campos: identificação do contribuinte; relato da falta e seu enquadramento na legislação pertinente; fixação da multa e sua fundamentação legal.

Lavrar aquele documento era uma tarefa difícil, uma façanha! O formulário poderia ser manuscrito, mas deveria ser preferencialmente datilografado (nossas garatujas o tornavam ilegível).

Não poderia conter erros, lacunas ou rasuras (era, inclusive, necessário justificar a inutilização de vias do formulário, que deveriam ser devolvidas, para obtenção de novas).

Mas voltemos à abrasadora fiscalização!

É verão. O tempo quase sempre muda à tarde. Costuma chover. Não me dei conta. A tarde estava avançando, a noite não tardava. O tempo mudou. Escureceu. Começou a ventar. Finalmente, veio a chuva.

Meu tempo acabou. Não tinha mais jeito, era hora de lavrar o auto de infração. Precisava de uma máquina de escrever. Pedi uma emprestada. Só havia uma. Uma única máquina de escrever, daquelas de teclas, que precisavam ser batidas com força, com as alavancas emperradas (lembram delas?).

A tempestade, a hora avançada, o escurecer... Precisava de luz. Acionei a tomada. Nada! A recepcionista, auxiliar administrativa, assistente fiscal informou: o fornecimento de energia elétrica havia sido cortado por falta de pagamento.



O que fazer? Fora imprevidente. Deixara para a “última hora” a lavratura do auto de infração. E agora? Sem luz! Era inadmissível deixar de cumprir minha obrigação! O auto deveria ser lavrado a qualquer custo!

Quantos sinais deixei passar: o rádio de pilha, a falta de comunicação (o telefone também havia sido “cortado”), a água morna no bebedouro, a falta de ar condicionado, o ventilador que não funcionava! Simples (só agora me dava conta): não havia energia elétrica!

Nervoso, quase apavorado, olhei para um lado, olhei para o outro... Lá fora, um fecho de luz iluminava a janela que ficava de frente para a calçada!

A necessidade é a mãe da criatividade! A iluminação pública foi a minha salvação!

O prédio era antigo, daqueles de paredes grossas. Na janela havia (ainda deve ter) um parapeito largo! Cabia direitinho a máquina de escrever.

Ainda chovia; mas, por sorte, a chuva estava amainando. Parou de ventar!

Lá fui eu: máquina no parapeito da janela; formulário na máquina; o coração aliviado; a obrigação (a sagrada obrigação) funcional seria (e foi) heroicamente cumprida!

Parou de chover. Em pé, no parapeito da janela, um longo e profundo suspiro de alívio: obrigação fora cumprida! A penalização estava sacramentada!

São lembranças que despertam saudade. São reminiscências de fatos que jamais se repetirão; de um tempo que passou; de quando éramos tão jovens, que tínhamos uma vida pela frente.

A saudade, mesmo amarga, alimenta-me a alma e deixa a sensação de que, apesar de tudo, ainda vivo. Hoje me dou conta de que o tempo passou



muito rápido. Agora, há muito mais passado do que futuro. Há mais lembranças do que esperanças!

Deixa pra lá. Não era para ser triste. Era para ser apenas uma lembrança.



## *Menção Honrosa*

### **Contribuinte do Futuro... a menina moça premiada que virou servidora**

*Rosemari Glatz*

*ARF/Brusque/SC*

*Analista Tributário da RFB, foi nomeada em 15/05/1991, tendo a primeira lotação e exercício na Inspeção de Itajaí. Removida em 1992, foi chefe de Setor na então ARF /Blumenau. Em 1998, com a extinção da DRF/Blumenau, foi chefe da SAPOL até março de 2009. Em abril de 2009 assumiu a chefia da Agência da Receita Federal em Brusque/SC, função que ocupa até a presente data.*

Nos idos dos anos 80 do século passado, a Secretaria da Receita Federal tinha um programa denominado “Contribuinte do Futuro – 80”. Era aberto à participação de qualquer aluno do ensino público fundamental do território nacional. Os alunos eram convidados a escrever uma redação e o tema deveria versar sobre tributos. A primeira seleção era feita por uma equipe de professores da própria escola. Três redações escolhidas de cada escola eram enviadas para a Delegacia da Receita Federal de jurisdição do município da escola participante, onde havia outra comissão. As redações selecionadas pela comissão da DRF eram encaminhadas para a Superintendência jurisdicionante que, então, fazia uma nova seleção.

A menina moça sempre fora aplicada aos estudos, ao mesmo tempo em que auxiliava nas atividades domésticas. Depois de auxiliar a família a carrear



um porco, preparar o torresmo e fazer a limpeza, já próximo de meia-noite, ainda se dedicou a escrever uma redação, cujo tema tratava da questão social do tributo e do importante papel do Estado no processo de arrecadação, administração e aplicação dos recursos.

Entregue a redação, sua obrigação estudantil fora cumprida e o assunto caiu no esquecimento... Mas qual não foi a surpresa daquela menina moça quando, meses depois, foi chamada à Direção da escola para receber a feliz notícia de que a sua redação fora selecionada.

Em dia e horário marcado, direção, professores e alunos do Colégio Estadual Luiz Bértoli foram prestigiar a honraria de entrega das premiações. A menina moça de então, autora da melhor redação do Colégio, da melhor redação da DRF Joinville e da 6ª melhor redação da 9ª Região Fiscal, bem como o professor regente pela classe e o próprio Colégio foram premiados com relógios, gravadores e outros prêmios. A aluna, além dos prêmios já mencionados, também recebeu um “Diploma” pela sua participação no programa e uma medalha de “Honra ao Mérito – Programa Contribuinte do Futuro”. A entrega das premiações e das honrarias foi feita pelo então Agente da Receita Federal de Taió, servidor Inácio Fiamoncini.

Passados alguns anos, a menina moça de outrora prestou concurso para trabalhar na Receita Federal. Já no exercício da função pública, teve a grata alegria de reencontrar aquele que, no passado, procedeu a entrega dos prêmios e das honrarias: o amigo ímpar, Inácio Fiamoncini, que já conta quase 40 anos dedicados à Receita Federal de maneira exemplar.

A menina moça, premiada de outrora, até hoje guarda como joia rara seu diploma e sua medalha. Em poucos anos, também aquela menina moça encerrará sua missão na Receita Federal, de igual modo ao amigo Inácio Fiamoncini o faz agora. E então, tudo isso será mais uma história para se contar.



## *Menção Honrosa*

### **Eucalipto?**

*Cláudia Brandão Schwab*

*IRF Chuí/RS*

*Atua em atendimento ao contribuinte desde 2006, chefe substituta da EAT/Chuí. Ingressou na RFB em 18/04/1991 e já esteve lotada e em exercício na Alfândega do Aeroporto Salgado Filho e DRF/PoA. Experiência em Aduana e tributos internos.*

O ano, eu não lembro mais. Faz tempo já, mas era setembro. Primavera louquinha para mostrar suas graças e odores. Aqui no sul, primavera é festa depois do inverno, quando saímos da repartição e já é noite. Setembro chega com os belos pores de sol do final de tarde e com esta coisa que fica no ar, um não-sei-quê de alegria e leveza, tudo tão bonito...

Mas, do lado de dentro das Agências e dos Centros de Atendimento ao Contribuinte, setembro chega com um terror: o ITR. Quanto menos urbana a localidade onde está a Unidade da Receita Federal, maior o pânico. A declaração do Imposto Territorial Rural, obrigação anual de quem possui um pedaço de chão, traz aos setores de atendimento uma leva de herdeiros, posseiros, proprietários rurais de primeira viagem, enfim, todo o tipo de pessoas que, por um motivo ou outro, precisam regularizar a situação da posse ou propriedade da terra junto ao fisco federal.



E há contabilistas não habituados a trabalhar com o ITR, gente urbana e cosmopolita que herdou a terra do avô e não faz a menor ideia de suas responsabilidades em relação a isso. Há quem herdou, comprou, vendeu, permutou e nem sabe mais ao certo quantos hectares possui. E pequenos produtores que mal conhecem as letras - mas sabem tanto do cuidar do gado leiteiro, da relação das fases da lua com a floração dos vegetais, enfim, que chegamos a nos perguntar, afinal, para que mesmo saber tanto de letras e números!

Pois dentre esta multiplicidade de seres que procura a Receita Federal em função de sua terra, um dia recebi dois senhores, já avançados em anos. Dois amigos: um feliz por ter conseguido regular finalmente a posse da terrinha que arava já há décadas. O outro, feliz com a felicidade do amigo, companheiro, veio junto para que juntos enfrentassem esta fera sem rosto chamada Receita Federal.

- Boa tarde, doutora.

- Boa tarde, senhores. E por favor, doutora não. Senhora fica de bom tamanho.

- Mas vá, senhora! Imagina... podia até ser minha filha... Doutora mesmo, pode ser, que fica bom assim.

Bem, travestida em “doutora”, pela humildade do “meu” contribuinte, tratei de saber o que ele precisava, e o que era preciso era cadastrar o imóvel recém legalizado, orgulho de uma vida, para “deixar tudo bem acertadinho, como tem que ser”. Olho bem este senhor: dedos largos, mãos calejadas, afeitas ao cabo da enxada, não a canetas. Preencher o DIAC - Documento de Informação e Atualização Cadastral do ITR? Nem pensar, os óculos ficaram na chacinha. Muito bem, preencho a declaração, que nada mais me resta: nossa Unidade está no meio da BR 471, distante de tudo.



- O senhor gostaria de dar um nome para o seu imóvel, seu fulano?
- Um nome? É... um nome é bom... O que tu achas? Pergunta ao amigo.
- Um nome... mmm... tem aquele “ocalito” grande lá na frente... só ele...
- “Ocalito” só!
- “O-ca-li-to-só”! É. Fica bonito.

E eu, segurando o sorriso, digito, completamente insensível: Eucalipto Só. Concluído o processo, imprimo um relatório do cadastro para entregar ao proprietário feliz, que de maneira compenetrada e metódica lê o documento todinho, com alguma dificuldade e com uma ruga de preocupação entre os olhos. Mostra a folha ao seu amigo, cochicham enquanto eu faço cópia da documentação para arquivo. Estão inquietos. Então, pergunto:

- Algum problema, seu fulano? Pode me falar, se tem alguma coisa errada, eu ainda posso corrigir. O que há?

Ao que me responde, muito constrangido e sem jeito, o amigo:

- É que a senhora errou o nome, dona. Aqui ó: é “Ocalito”. “Ocalito Só”.

Silêncio. Dois, três segundos apenas.

- É verdade, meu deus! Onde ando com a cabeça! “Ocalito”. Mas não se preocupem, em um minutinho eu corrijo isso.

E anda lá, corrigir o CAFIR e registrar o nome da pequena propriedade. E olha, que pensando bem... “Ocalito” é muito mais bonito do que “eucalipto”. Nem se compara!





# *Prosas* *Classificadas*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

Roberta Ramos/4º ano do Ensino Fundamental

Responsável: Rosângela das Graças Caitano – DRF/Rio de Janeiro II





## A deficiente

*Maria Marlise Welter*

*Aposentada*

*Serviu à RFB durante 22 anos na DRF/Foz do Iguaçu/PR. Ingressou em 15 de maio de 1991, como TTN, hoje ATRFB. Trabalhou em vários setores, predominantemente na área aduaneira e, especialmente no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu. Aposentou dia 31 de maio de 2013. Atualmente mora em Londrina/PR.*

Ela entra na área do check-in caminhando vagarosamente devido a sua deficiência.

Atrás dela, vem a bagagem conduzida por um auxiliar; três grandes caixas de papelão e uma pequena bolsa de viagem.

Ao se aproximar do raio X ela pega a bolsa de viagem dizendo conter apenas algumas roupas e objetos de higiene pessoal. Pergunto-lhe o que leva nas três caixas.

- Tudo brinquedo, ela diz.

- A senhora tem uma loja de brinquedos? Pergunto-lhe.

- Não, senhora. Tenho muitos sobrinhos e afilhados, responde-me.



Oriento o condutor da bagagem que coloque as caixas sobre o balcão para que eu possa verificar o conteúdo.

A primeira e a segunda caixa contem vários brinquedos grandes, ou seja, muito volume, pouca quantidade e de pouco valor, inclusive. A última caixa, a maior delas, está se esfacelando. Na parte superior percebe-se nitidamente o conteúdo: brinquedos. Pego o estilete e a fita adesiva a fim de fechá-la melhor. A mulher protesta:

- Vai abrir esta caixa também? A senhora não está vendo que só tem brinquedo? Além disso, a caixa está se “desmanchando”, argumenta.

- Na verdade, vou lhe fazer um favor. Vou colocar estes brinquedos em uma bolsa, pois esta caixa não está em condições de viagem, digo-lhe.

- Não, não, diz ela. Melhor não mexer. Vou levar pra embalar.

Fiquei intrigada. Investir pra proteger uma caixa capenga com uma variedade de brinquedos de pequeno valor?

Decidi abrir a caixa, sob os protestos da passageira.

Lembrei-me do trabalho na Ponte da Amizade, onde costumeiramente as mercadorias de valor são encontradas no fundo das caixas. A lembrança fez com que eu fechasse a caixa na parte superior e abrisse o fundo. Imediatamente entendi por que a passageira não queria que a caixa fosse aberta. No fundo havia várias câmeras fotográficas e celulares, muitos celulares.

Separei os eletrônicos para fazer o Termo de Apreensão e coloquei os brinquedos da caixa em uma bolsa dessas “made in Paraguai”, como tencionava fazer desde o início.

Como estava no horário limite para o encerramento do check-in da passageira, pedi-lhe que fosse fazê-lo enquanto eu concluiria o Termo de Apreensão e, que orientei que aguardasse no balcão da companhia aérea que eu



levaria o Termo concluído para que ela o assinasse. Evitava, desta forma, o seu deslocamento, em consideração a sua deficiência.

Na contagem da mercadoria apreendida constatei que havia muitos carregadores para celular enquanto que, havia uma quantidade muito menor de aparelhos celulares. Ainda se fossem baterias, o usuário costuma tê-las sobressalentes, porém, não é comum adquirir dois ou mais carregadores para o mesmo celular.

Eu havia visto e esvaziado o conteúdo das três caixas de papelão. Não havia celulares, além dos que estavam sendo apreendidos. Entretanto, não verifiquei o conteúdo da pequena bolsa de viagem que, segundo a passageira, continha roupas e objetos pessoais. Hora de verificar.

Fui até o balcão da companhia e a passageira estava concluindo o seu check-in. Pedi que liberassem a sua bolsa de viagem para verificação e nos dirigimos à sala de fiscalização. Questionei a respeito dos celulares faltantes, ao que me disse:

- Juro por Deus: não tenho mais nada.
- A senhora tem mais ou menos 20 (vinte) carregadores a mais, argumento.
- Não sei por quê. Vai ver que estes celulares vêm com dois carregadores, ela rebate com naturalidade.
- Eu vou verificar a sua bolsa de viagem.
- Melhor não, ela argumenta. A senhora só vai encontrar roupa suja.

Realmente, ao abrir a bolsa havia uma quantidade razoável de roupa usada. Entretanto, havia um volume embaixo do fundo protetor da pequena bolsa. O conteúdo não surpreende. São os aparelhos celulares que faltavam para os carregadores excedentes.



## A deficiente – Parte II

*Maria Marlise Welter*

*Aposentada*

*Serviu à RFB durante 22 anos na DRF/Foz do Iguaçu/PR. Ingressou na RFB em 15 de maio de 1991, como TTN, hoje ATRFB. Trabalhou em vários setores, predominantemente na área aduaneira e, especialmente no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu. Aposentou em 31 de maio de 2013. Atualmente mora em Londrina/PR.*

Caminhando lentamente ela entra na área do check-in. Junto dela, um auxiliar empurrando o carrinho com uma caixa grande de papelão, pois, devido a sua deficiência física, a passageira não tem condições de fazê-lo. Olho a cena e me recorro de ter presenciado situação semelhante recentemente.

- Tudo brincado? Pergunto-lhe.

Ela me olha, primeiramente surpresa e, em seguida esboça um sorriso forçado e diz:

- Sim, tudo brincado, como da outra vez.

Lembro-me que a “outra vez” a qual ela se referia, além de brincados, havia também uma porção de eletrônicos no fundo de uma das caixas (câmeras fotográficas e aparelhos celulares). Eu a havia fiscalizado a mais ou menos um mês e meio.



- Coloque a caixa no raio X, peço ao condutor.

Constato que são brinquedos. Entretanto, como da outra vez, há carregadores e baterias de celulares. Estes são retirados da caixa.

- Essa é toda a sua bagagem? Pergunto-lhe.

- Sim, diz ela. Só tem mais a minha bolsa de mão, acrescenta.

Verifico o conteúdo da bolsa e encontro notas do Paraguai de telefones celulares com data do dia anterior e uma outra bolsa pequena, dobrável.

- Onde estão os celulares? Pergunto-lhe.

- Não estão comigo. Minha amiga viajou de ônibus e levou os aparelhos, ela diz.

Faço a apreensão dos acessórios (carregadores e baterias para celular) e libero os brinquedos pois, ela havia feito a DBA destes e, além disso, não havia exagero na quantidade.

Enquanto preencho o Termo percebo que ela está visivelmente inquieta e, não quis sentar para aguardar a conclusão deste.

Alerto-a de que, após o despacho da bagagem na companhia aérea, ela passará por outro raio X antes da sala de embarque e, neste há detector de metais.

- A senhora viu toda a minha bagagem. Não tenho mais nada, eu juro por Deus. Quero cair “sequinha” aqui se eu estiver mentindo, diz ela com convicção.

Entrego-lhe uma via do Termo de Apreensão e ela segue com o restante da bagagem para fazer o check-in.

Alguns minutos depois, ligam do raio X da sala de embarque chamando o policial de plantão pois, estão tendo problemas com uma passageira que se



recusava a passar pelo detector de metais, alegando sua deficiência como motivo para não se submeter à inspeção pela qual todos os passageiros se submetem antes do embarque.

Acompanho o policial até o local. Não me causa surpresa constatar que se trata da passageira recém fiscalizada. O policial lhe explica que todos, sem exceção, devem passar pelo detector de metais e ela rebate:

- Eu passei minha bolsa, tirei todas as coisas de dentro dela. Não tem mais nada.

- A senhora precisa passar pelo detector, o policial insiste.

- Não, moço, não vou não, diz ela.

- A senhora possui em seu corpo algum pino ou prótese de metal? Ele pergunta.

- Não, diz ela. Eu só estou usando uma cinta elástica abdominal com fechos de metal.

Eu não posso tirá-la, pois, ela dá sustentação à minha coluna.

Sugiro fazer a revista física a fim de verificar o tipo de cinta que ela usa.

Passo a mão sobre a blusa da passageira e constato que ela está realmente usando uma cinta elástica, mas, por baixo da cinta, há vários volumes pequenos.

Antes que alguém desconfie ou conclua tratar-se de entorpecentes, por exemplo, pergunto-lhe:

- São os celulares?

- Sim, são os celulares dos quais a senhora “prende” os carregadores e as baterias.

- Então, vamos voltar a sala da Receita Federal para colocá-los também no Termo.

E assim foi feito.



## A simplicidade de um contribuinte

*Dioclécio Xavier*  
*Escor - 01RF*

*Ingressou na RFB em outubro de 1984. Atualmente é membro de Comissões de Inquérito, juízo de admissibilidade, pareceres, etc. Desempenhou a função de chefe da ARF/Paraíso do Tocantins de 1991 a 1997, assessor na SRRF01 de 1997 a 1999, chefe do patrimônio de 1999 a 2003 e presidente de comissão de desfazimento de mercadorias estrangeiras.*

No ano de 1994, quando o servidor Dioclécio Xavier ocupava a função de chefe da Agência da Receita Federal de Paraíso do Tocantins, em um certo dia apareceu um senhor de aproximadamente 65 anos, de estatura média, calça amarrada com uma embira, chapéu de palha na cabeça, calçado de botina com um buraco na lateral e o dedinho de fora, suja de esterco de vaca e ficou parado na porta da Receita; perguntei o que queria, então começou o atendimento:

Contribuinte: - Eu quero tirar um tal de CPE.

Servidor: - Deve ser o CPF.

Contribuinte: - Isso mesmo, moço.

Servidor: - Então pode entrar.

Contribuinte: - Os meus pés estão sujos.



Servidor: - Não tem problema.

Contribuinte: - Bateu os pés na calçada e entrou na Agência.

Servidor: - Preciso da identidade.

Contribuinte: - Tirou os documentos de dentro de um saco plástico.

Servidor: - Peguei a identidade, comecei a preencher o antigo formulário chamado MIA.

Contribuinte: - Preciso deste CPF para abrir conta no banco.

Servidor: - Qual o seu endereço?

Contribuinte: - Cuma? Não estou entendendo não, senhor.

Servidor: - Onde o senhor mora?

Contribuinte: - Ah! O senhor quer saber onde moro, é na Fazenda Olho D'Água.

Servidor: - Então o senhor mora na Zona Rural.

Contribuinte: - Lá não é zona não, senhor. Exijo respeito!

Servidor: tentei dialogar para amenizar a situação.

Contribuinte: ficou calado e com um semblante muito sério.

Servidor: - Agora o senhor assina aqui embaixo.

Contribuinte: - Eu não assino não, senhor.

Servidor: colhi a digital, onde o contribuinte endureceu o dedão e ao final entreguei o CPF.

Contribuinte: - Quanto é?

Servidor: - Não custa nada.





Contribuinte: - Eu fico muito agradecido e o senhor está convidado a comer uma galinha mais eu na minha fazenda.

Servidor: - Agradeço o convite e o senhor será sempre bem vindo.



**Alô**

*Marilene Cardoso de Lucena Flores*  
*ARF - Veranópolis/RS*

*Trabalha na Agência da Receita Federal de Veranópolis desde 16/03/1987, no cargo de Analista tributário da RFB, sendo Agente da mesma desde 14/04/2003.*

Trabalho na Agência da Receita Federal de Veranópolis há 27 anos. Já passei mais anos dentro da Receita Federal do que fora dela. Gosto do que faço e acredito que uma das maneiras de sermos felizes é fazendo do nosso trabalho algo prazeroso e gratificante.

Passei por muitas fases dentro da Receita, e sempre que o sistema me deixa ansiosa e nervosa porque “tranca” e não anda, lembro do FC e do FAP no sistema de conta corrente, onde esperávamos quase um mês para sabermos se uma alocação tinha dado certo ou não. Hoje estamos sem paciência para esperarmos um minuto. Lembrar daquela época faz agradecer pelo que tenho hoje, pela Instituição que trabalho, pelos colegas.

E, nestas idas e vindas, tivemos épocas difíceis, com pouquíssimo pessoal e com muito trabalho. Tínhamos que cobrar escanteio e cabecear ao



mesmo tempo. Difícil, mas que com uma boa parceria, conseguíamos fazer o nosso melhor e superar qualquer obstáculo.

Lembro de um dia, que estávamos em duas na Agência, com muita demanda, várias pessoas para atender e as duas linhas telefônicas que não paravam de tocar. Atendi ao telefone, resolvi o problema e me dirigi ao balcão (porque atendíamos de pé no balcão), olhei para o contador e tentando resolver tudo ao mesmo tempo, já que o telefone estava tocando novamente, falei, olhando atentamente nos olhos dele: - Alô!

Encabulada, sem saber o que dizer, pedi desculpas e totalmente constrangida perguntei o que ele desejava. Felizmente, ele disse que me entendia e sabia que estávamos numa época difícil e com muito trabalho.

Em outro dia, minha colega atendeu ao telefone e solicitou que o contribuinte aguardasse na linha até ela procurar a resposta. Largou o telefone na mesa e começou a navegar na internet à procura da resposta. Quando a encontrou, começou a dar a resposta para o contribuinte, em voz alta, como ela fala costumeiramente, porém sem falar ao telefone. Falava, olhando atentamente no computador para não perder nenhum detalhe. O telefone estava repousando em cima da mesa.

Acredito até que pelo tom de voz dela, altíssimo, o contribuinte deve ter ouvido a resposta. Mas, também constrangida, pegou o telefone e repetiu a resposta, desta vez junto ao ouvido.

Cheguei à conclusão que estávamos precisando de um estagiário para atender ao telefone e demais funcionários. Até porque estávamos respondendo ao telefone, sem usá-lo e respondendo ao contribuinte como se fosse ao telefone, dando um simpático alô.

Passados alguns anos, com mais funcionários, melhores condições em todo o sentido, descobri que podemos sobreviver a qualquer situação. Basta manter a calma, trabalhar com dedicação e amor, e procurar fazer o melhor dentro daquilo que temos.



## Banho de água fria

*Nelito de Jesus Ramos Campos*  
*DRF Campinas/SP*

*Contador, advogado, professor, chefe do Seort/Prev, ativo desde 12/07/1993, fiscalizou empresas, especialmente entidades de assistência social.*

Certa ocasião, estava eu no plantão fiscal e, depois dos vários atendimentos, lá compareceu o contador de uma empresa do ramo de instalação e conserto de aquecedor solar para solicitar a emissão de Certidão Negativa de Débitos – CND.

Analisados os documentos apresentados, dentre eles estava uma declaração de que a empresa não possuía empregados e que os serviços eram executados pelos sócios.

Tratava-se de uma empresa familiar, cujo capital social era formado por cotas dos dois cônjuges.

Estranho, pois para se instalar um boiler é praticamente impossível para uma pessoa sozinha, e presumivelmente, a esposa-sócia não subiria em telhados para realização desse tipo de atividades.



Só para esclarecer, o boiler é um reservatório, com capacidade de 250, 500, 1000 litros de água, ou mais, onde fica armazenada a água aquecida através da energia solar. Ele é responsável por mantê-la aquecida até o momento da utilização.

Nada contra as mulheres, mas essa é uma atividade complementar da construção civil que exige força bruta, incompatível, em tese, com a delicadeza feminina, embora as mulheres com a evolução dos tempos estejam realizando atividades que há muito pouco tempo eram de exclusividade masculina.

Mas, a mim, plantonista, aquela declaração não convenceu.

Interessante é que naquela mesma semana eu havia contratado uma empresa para realizar a instalação de aquecedor solar em minha residência, e, para a realização dos serviços foram necessários cinco funcionários entre técnicos e ajudantes.

Coincidência maior ainda é que naquele mesmo dia, enquanto atendia o representante do escritório de contabilidade requerendo a CND, eu recebia ligação telefônica da empresa informando que os técnicos estavam em minha casa para realização dos trabalhos.

Por se tratar do mesmo ramo de atividade e de a empresa estar sediada no mesmo município da representada, achei por bem, ainda que por telefone, interrogar o representante da que, então estava em cima do meu telhado, sobre questões técnicas, destelhamento, posição do sol, vazamento, e, aproveitando o gancho, pedi seus dados para que eu pudesse efetuar o pagamento via transferência bancária da parcela, conforme combinado.

Conversa vai, conversa vem, ao perguntar sobre a razão social da empresa que receberia o crédito, a pessoa que estava do outro lado da linha me passou um nome que coincidia com o da empresa que eu estava analisando.

Pedi ao contabilista a gentileza de se retirar da sala do plantão fiscal por alguns minutos, pois precisava analisar algumas informações cadastrais da empresa,



obviamente para ficar mais à vontade para obter as informações para negar a CND, já que agora eu tinha a certeza de que aquela declaração de que não possuía empregados merecia uma melhor investigação.

Depois de conversar por telefone com o sócio, e munir-me das informações técnicas e cadastrais suficientes, chamei de volta o contabilista e pedi o livro de registro do empregados, pelo que ele novamente afirmou que, conforme estava declarado, a empresa não possuía empregados e que os serviços eram prestados pelos sócios.

Diante dessa assertiva e da petulância do contabilista em manter a sua declaração, resolvi declinar-lhe que a empresa que ele estava tentando tirar a CND era a mesma que eu contratei, e que, apesar de sua declaração de inexistência de funcionários, só em cima de minha casa havia cinco deles.

O homem ficou vermelho, tossiu, abaixou a cabeça e, ainda assim, disse que não era possível. No mesmo ato, peguei novamente o telefone e liguei para o sócio, aquele que juntamente com outros funcionários estava no meu telhado e pedi para que conversasse com o contador.

Para deixá-los à vontade, retirei-me da sala por alguns momentos e retornei.

Ele pediu mil desculpas, pois havia se enganado e justificou que, na verdade, a empresa não necessitaria mais da certidão negativa e que houve um equívoco no requerimento.

De qualquer forma, adotei os procedimentos de praxe, orientei-os a regularizar a situação dos seus empregados, e entrar com novo requerimento, caso ainda necessitasse da CND.

Aquela situação embaraçosa deve ter soado para eles com um verdadeiro “banho de água fria”.



## CAC libertador

*Adilson Muneo Kemotsu*  
DRF Londrina/PR

*Ingressou na RFB em 29/06/2006, trabalhou na ARF/Santo Antônio da Platina/PR, de 2006 a 2007. Safis/DRF/Londrina/PR, de 2007 a 2012. CAC/DRF/londrina/PR, a partir de abril de 2012. Atualmente chefe do CAC da DRF/Londrina/PR, desde junho de 2012.*

São situações como esta que me fazem ter algumas certezas: “O mundo dá voltas”, “Nada é por acaso”, “Deus sabe o que faz” e o CAC liberta! A última oração, sem aspas, porque é de minha autoria.

Em meados do ano de 2002, a família de minha esposa passou por uma situação extremamente traumática e desagradável. Meu cunhado, irmão da minha esposa, ao parar em um semáforo numa movimentada esquina de Londrina-PR, foi abordado por um cidadão armado, nitidamente alterado, possivelmente por uso de entorpecentes, que entrou em seu veículo e o obrigou a se dirigir até a sua casa. Chegando lá, o cidadão, que receberá nesta história o nome fictício de Emerson, invadiu a casa de minha sogra aos gritos e ameaças, iniciando um verdadeiro furacão em toda a casa, revirando absolutamente tudo a procura de qualquer coisa que tivesse algum valor. Infelizmente, ou



felizmente, minha esposa estava lá naquele dia visitando a sua mãe. Por sermos descendentes de japoneses, Emerson insistia, aos gritos, apontado a arma de modo ameaçador, que queria dólares obtidos no Japão, queria saber onde era o cofre etc. Naquela época, era muito comum a ida de descendentes trabalhar no Japão na condição de dekasseguis, mas não era o caso dessa família e sequer havia algum cofre na casa. Em resumo, foram horas de terror e violência, com empurrões, chutes e pancadas com a arma que tinha em mãos, até que Emerson resolveu ir embora, levando o carro da família e tudo o que pode carregar com relativo valor. Para piorar, antes de sair fez questão de deixar muito clara a ameaça de que, caso a família o denunciasse à Polícia ele voltaria para se vingar etc. Apesar de sabermos que isso normalmente não ocorre, o trauma e o medo causado nas pessoas em momentos assim é a pior parte e demora muito para passar. No dia seguinte, Emerson foi preso e foi feito o seu reconhecimento na delegacia. Toda a família, inclusive eu, que sequer estava na casa naquele dia, jamais nos esquecemos do rosto, da aparência e do nome completo de Emerson. Os hábitos de toda a família ao entrar e sair de casa mudaram em razão do medo e de sempre imaginar que o cidadão poderia voltar algum dia. Cogitou-se até mesmo uma mudança de residência, o que acabou não ocorrendo, obrigando a família a reforçar a segurança com cercas elétricas, novos portões etc.

O tempo passou e vai-se aprendendo a conviver com os traumas, porém, a feição e o nome completo de Emerson, ninguém jamais esqueceu. Nem mesmo eu, que, como disse, não estava lá naquele dia.

Em 2006 fui aprovado no Concurso da Receita Federal para o cargo de analista-tributário da RFB e iniciei minha carreira numa pequena Agência próxima de Londrina que acabou sendo extinta quando da fusão da Receita Federal com a Receita Previdenciária, formando a atual Receita Federal do Brasil. Com a extinção daquela Agência, tive a felicidade de voltar a minha cidade e trabalhar na Delegacia de Londrina-PR, atuando na Seção de Fiscalização. Em 2012, a pedido do Delegado, fui removido para trabalhar no





CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte e, pouco tempo depois, acabei assumindo a Chefia do CAC - função que exerço até hoje.

Como chefe do CAC, sempre gostei e achei importante participar diretamente do atendimento, especialmente naqueles momentos em que a fila de espera encontra-se extensa. Em um desses dias, ainda em 2012, no meu primeiro ano de CAC, chamei uma senha de regularização de CPF e entrou em minha sala um rapaz moreno, quase careca, alto, locomovendo-se em uma cadeira de rodas. Quando dei “bom dia” olhando nos olhos daquele rapaz, lembrei-me imediatamente das feições de Emerson. Pedi, como de praxe, seu documento de identidade, e estava lá o nome completo de Emerson, o mesmo que ouvimos por tantas vezes no noticiário policial da época e o mesmo que lemos em todos os jornais da região quando do ocorrido.

Dez anos depois daqueles momentos tão traumáticos e violentos, estava exatamente em minha frente, Emerson, o causador de todos aqueles temores e medos marcados em minha esposa e em sua família. Ele estava com seu CPF suspenso e necessitava regularizá-lo para poder usufruir de serviços médicos públicos. Naqueles segundos, com o documento de identidade de Emerson, uma verdadeira novela passou pela minha cabeça. Ao mesmo tempo em que tinha vontade de agredir e ofender de modo totalmente imprudente aquele rapaz e falar muitas e muitas verdades, o fato de vê-lo numa cadeira de rodas me fez repensar sobre a atitude a ser tomada. Depois de respirar fundo por várias vezes, simulando olhar para a tela do computador, tive a ideia de perguntar com total descompromisso, o que havia lhe causado a necessidade de utilizar uma cadeira de rodas. Emerson, sem qualquer constrangimento, disse que havia acabado de obter sua liberdade depois de permanecer preso por mais de 10 anos. Relatou que em um dia de indulgência aos presos com bom comportamento, envolveu-se em um assalto à mão armada e levou um tiro de arma de fogo que o deixou irreversivelmente paraplégico. Falou, ainda, que já havia cumprido toda a sua pena e que desejava verdadeiramente iniciar uma



nova vida, longe dos crimes e das drogas. Disse que tinha um filho de 12 anos, com quem praticamente não conviveu devido aos longos anos de detenção e que isso o entristecia muito. Falou tudo isso, sem que eu perguntasse por maiores detalhes, quase que se justificando e pedindo perdão pelos prejuízos financeiros e psicológicos causados. Se eu não tivesse a certeza absoluta de que ele não tinha a menor ideia de quem eu era, juraria que estaria falando tudo aquilo de maneira pensada, para colocar de uma vez por todas, uma pedra sobre aquele caso.

Após nossa conversa de alguns minutos, mas que pareceram longas horas, finalizei a regularização de seu CPF, agradei por ter me confiado e confidenciado sua história de vida, apertei a sua mão e lhe desejei toda a sorte do mundo. Aquele ato foi realmente libertador. Não via a hora de voltar para casa e contar tudo aquilo para minha esposa. Naquele dia, um verdadeiro incômodo que, lá no fundinho, convivia com toda família de minha esposa por longos anos, simplesmente deixou de existir. Um sentimento ruim transformou-se em um desejo de boa sorte. Naquele dia, atuar no CAC me libertou.



## Confundidos com assaltantes

*Odilon de Mello Filho*  
*DRF Ponta Grossa/PR*

*Ingressou na RFB em 29/02/1980 como Analista Tributário, atividade desempenhada na Saort. ocupou por dez anos o cargo de chefe da seção de orientação, controle e auditoria da rede arrecadadora-Secoca. Trabalhou também na Fiana.*

Antigamente as declarações de imposto de renda pessoa física eram elaboradas e entregues manualmente pelos contribuintes, junto aos órgãos da Receita Federal e às agências bancárias denominadas agentes arrecadadores.

Dessa forma, para coibir erros de preenchimento e na recepção das declarações de imposto de renda era usual fazer visitas aos estabelecimentos bancários para orientá-los e auditá-los, evitando futuros dissabores como a interceptação pela malha fina.

Assim, nesta tarefa, que era de incumbência da SECOCA - Seção de Orientação Controle e Auditoria da Rede Arrecadadora, a qual compunha a DIVARR – Divisão de Arrecadação, eram vistoriados todos os agentes arrecadadores jurisdicionados à Delegacia da Receita Federal de Ponta Grossa.



O trabalho era exaustivo, pois se analisava praticamente todas as declarações existentes na rede bancária, atendo-se aos rendimentos tributáveis e, principalmente, às deduções com educação, despesas médicas, previdenciárias e pensão alimentícia.

Foi assim que, lá pelos idos de 1985, fui escalado com outro colega da DIVIEF – Divisão de Informações Econômicos Fiscais, para executarmos o projeto denominado Recepção e Análise das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física.

Justamente nessa operação um fato inusitado, e por que não dizer hilariante, marcou o fim do primeiro dia de trabalho, visto que, após uma vasta quilometragem percorrida, com direito inclusive a uma travessia de balsa sobre as caudalosas águas do Rio Ivaí, chegamos já à noite em Cândido de Abreu. Esta cidade, na época, só tinha um hotel, o qual estava com suas dependências lotadas.

Restou para nós então, somente à opção de dormirmos na cidade de Manoel Ribas, distante cerca de 30 km de Cândido de Abreu.

Como teríamos que visitar o único banco da cidade, o Banco do Brasil S/A, resolvemos, para não ter que voltar no dia seguinte, antecipar o trabalho, e, mesmo esgotados, dispusemo-nos a inspecionar a mencionada agência bancária, na qual, apesar do horário, por volta de 19 horas, percebiam-se pessoas trabalhando.

Sem titubear, batemos na porta nos fazendo ver. Como não fomos atendidos, repetimos o gesto, porém novamente fomos ignorados. Estranhando o comportamento daqueles funcionários, batemos mais uma vez, agora incisivamente. Tudo em vão!

Irritados e nos sentindo ofendidos, resolvemos ir embora; quando, abruptamente, surgiu um carro da polícia civil, de onde desceu um policial militar.



Nervoso, inquieto e desprovido de qualquer armamento, o miliciano nos abordou de peito aberto e austeramente nos deu voz de prisão.

Surpresos e sem entender o que estava acontecendo, nós o questionamos do porquê daquilo, uma vez que, afinal, não estávamos fazendo nada errado. Como a autoridade estava avessa a qualquer conversação, mesmo dizendo que éramos funcionários públicos, fomos ordenados a entrarmos na viatura da polícia.

Imediatamente e em uma atitude extrema nos obrigamos mesmo à contragosto, a mostrar a nossa carteira funcional, identificando-nos então efetivamente como funcionários da Receita Federal, e que estávamos ali para fazer o trabalho de auditoria nas declarações de imposto de renda. Mediante isso, o nosso “desafeto” acalmou-se, e, mais sensato, confidenciou-nos que exatamente no mesmo horário, há alguns dias atrás, aquela agência bancária havia sido assaltada por vários elementos, os quais levaram um grande montante em dinheiro.

Esclarecida a situação, o fato, que parecia ganhar dramaticidade, transformou-se em alegres gargalhadas, até do policial, que constatando tratar-se de pessoas de bem, nos pediu mil desculpas, inclusive nos convidando a tomarmos umas cervejas no bar da esquina. Agradecendo o convite, solicitamos que, enfim, ele nos ajudasse a fazer o nosso trabalho. Dessa forma, finalmente a porta foi aberta, e com a devida atenção do gerente, adentramos na agência bancária; entretanto, mais uma vez, fomos pegos de surpresa, haja vista que naquele banco ainda não havia sido entregue qualquer declaração de imposto de renda.

Assim, no crepúsculo daquele dia de trabalho, todo o nosso esforço em querermos adiantar o serviço não surtiu efeito, porquanto, além de sermos “confundidos com assaltantes”, o nosso objetivo não foi alcançado; porém, para compensar, fomos escoltados até a saída da cidade pelo nosso, agora,



“amigo policial”, que com votos de boa viagem e um breve retorno, saudou-nos, e livremente pegamos a estrada são e salvos, agradecendo a Deus por não termos que passar a noite na cadeia daquela cidade, esperando ver o sol nascer quadrado.



## CPF de Alumínio

*Mirtes de Fátima dos Santos*

*DRF Sorocaba/SP*

*Ingressou na RFB em janeiro de 1993, hoje chefe do CAC/Sorocaba.*

Era uma manhã como tantas outras, numa cidade do interior de São Paulo, Itapetininga. O dia estava claro; não chovia; e o sol aparecia meio tímido por entre algumas poucas nuvens. Nas ruas do centro, o vai e vem de pessoas num cotidiano bem conhecido daqueles que por ali transitam diariamente. Alguém levanta a porta de ferro de uma loja; outro varre a frente da lanchonete; um bom dia aqui, outro acolá... E assim damos início a nossa história. Na pequena Agência da Receita Federal do Brasil o atendimento ao público já teve início; são oito horas da manhã. Enquanto alguns servidores ligam os computadores, outros ajeitam o espaço da sala de espera; outros, já chegam com desejo de se deliciar num cafezinho cheiroso que vem lá da máquina de café. O burburinho do salão de espera vai aumentando à medida que os contribuintes vão tomando assento.



Gente boa, esta do interior, gente tranquila... Nada parecido com o tipo de gente da cidade grande que imagina que uma repartição é ringue, onde todos têm muita pressa e pouca paciência. Não! Cá, no interior, tudo se resolve na conversa... e haja conversa!

Todos se conhecem. Para determinados serviços, um atendimento que dure em média cerca de cinco minutos, nas Unidades maiores, cá pode levar uns vinte minutos ou mais... Tudo vai depender da gravidade dos acontecimentos mais recentes da cidade. E uma conversa amistosa tende a ser mais longa porque todos se conhecem e é preciso deixar as notícias em dia: o dia está quente... O dia está chuvoso... E o seu pai, como vai?... E o acontecido na rua de baixo... Você soube do beltrano?... E coisa e tal... Tudo isso faz parte do contexto da gente simples do lugar.

De vez em quando aparece por lá uns contadores que vem da região para tratar dos assuntos dos seus clientes. Os servidores não são muitos, mas dão conta do recado e, como sempre são gentis com o público cativo. Não se têm notícias de queixas registradas na Ouvidoria. É bem verdade que, vez por outra, surgem umas figuras fora do contexto só para quebrar a rotina! Daí que, neste dia, todos os atendentes em ação, surge um cidadão desconhecido da plateia e um tanto apressado. Vai direto para a mesa de atendimento do nosso João. Este, digamos também não é um servidor, digamos, muito convencional. E naquele dia, chegara sem tempo para o costumeiro cafezinho. Mas o cheirinho estava muito convidativo.

O fato é que o contribuinte sentou-se e, com aparência de quem está angustiado foi logo disparando:

- Bom dia! Eu vim buscar meu CPF de alumínio, por favor.

O atendente, pego de surpresa, nem pestanejou:

- O senhor está enganado! Não temos CPF de alumínio!





O contribuinte nem se fez de rogado, rebateu no ato:

- Quem está enganado é você! O meu é de alumínio! E estou aqui para levá-lo

- Estou dizendo ao senhor que não tem! Nunca teve!

- E eu digo a você que tem! Como é que não tem? Você deve ser novo aqui, né?

Está explicado! Pois digo novamente: tem, sim, senhor! Vou provar! Tira um aí para mim agora!

- Por favor, não se exalte, sim? Mas entenda: não há CPF de alumínio!

- Há quanto tempo o senhor trabalha aqui?

- Faz pouco tempo!

- Está vendo? Eu não disse? Você não sabe! Como é que pode? Vocês estão vendo? O sujeito atende a gente e nem sabe que existe CPF de alumínio!.. Que que é isso, minha gente! - O sujeito vira uns olhos esbugalhados para a plateia atônita!

- Meu CPF é de alumínio, ponto. Por favor, faça-me logo essa caridade! E depressa, senão vou perder meu ônibus que sai daqui a pouco lá do ponto da Praça da Matriz!

- Senhor, o que eu tenho que fazer para que o senhor entenda o que eu digo? Já disse mil vezes! Não temos CPF de a-l-u-m-í-n-i-o!

Vendo o enrosco em que o colega havia mergulhado, a chefe da Agência resolve interceder:

- Colega, por favor, deixe-me ajudá-lo!

- Você viu, né, chefe? Estou tentando ser educado e o contribuinte insinua que eu não conheço um CPF! Aonde já se viu? CPF de alumínio? Pelo amor de Deus!



- João, espere!

E o servidor, nervoso, diante da insistência do contribuinte, não conseguia ouvir; mas o salão era todo ouvidos! E quanto mais ela tentava explicar o que estava acontecendo, mais agitado nosso colega ficava; e, mais bravo ainda, ficava nosso contribuinte.

Instalada a confusão. Até que imposto um silêncio, assim, meio que na marra, nosso atendente, que não era natural da região, ficou sabendo da existência de uma cidade chamada Alumínio e que o contribuinte queria apenas o número do CPF dele, que por acaso... era de Alumínio!

Contribuinte vitorioso; atendente aturdido! Todos felizes!

E vamos para o atendimento que a fila anda!

Pois é... pois é... pois é!



## **Depósito de Mercadorias Apreendidas da RFB no Ipiranga – São Paulo/SP**

*José Florentino Basílio*  
SRRF-08RF

*RC&D da Divic há 2 anos. Na RFB desde 13/11/1995, na Divisão de Arrecadação por 2 anos, e na Dipol/Equipe de engenharia/arquitetura com vistorias e acompanhamento/fiscalização de contratos de obras e serviços relacionados aos edifícios de interesse ou ocupados/administrados pelas Unidades da SRRF08, por 12 anos, tendo atuado com chefe (ou substituto) desta equipe, e trabalhou na DRF/Osasco/CAC por 21 meses com CND de obras.*

A primeira vez foi em 1997. Fui conhecer, acompanhado de um colega, ambos engenheiro civil e arquiteto lotados na Dipol/SRRF08, o antigo Depósito de Mercadorias Apreendidas que se situava na Av. Presidente Wilson, 5325 no Ipiranga – São Paulo/SP.

Fizemos inspeção completa: da estrutura física às instalações elétricas, hidráulicas:

- Observamos destelhamento da cobertura externa, calhas cheias de detritos, vazamentos pelas colunas que suportavam a estrutura do telhado, esta muito esbelta, de aparência fragilizada, pisos cimentados irregulares com empoçamentos d'água; instalações elétricas com “gambiarras”, ou seja, ligações inadequadas com fios dependurados, mal fixados, e quadros de entrada e transformadores de energia em péssimo estado, com mau



funcionamento etc.; mercadorias amontoadas ou empilhadas sobre estrados de madeira sujeitas à poeira, umidade, gotejamento, infiltração, provenientes do telhado, em ambiente insalubre para os servidores locais, e uma “fiel” (guardadora) se desdobrando para manter tanto ambiente como mercadorias em condições mínimas de conservação e segurança, inclusive seu próprio escritório que se encontrava também em mal estado em todas as suas instalações.

As Administrações, Inspetoria e Superintendência, para melhorar tais condições, passaram contar com uma empresa de manutenção predial que se ocupava de corrigir determinadas emergências e remediar aquelas em estado mais calamitoso.

De repente, ocorreu um incidente: um vendaval. O vento entrando por frestas sob as telhas provocou um bolsão de ar interno que fez uma grande área de telhas de zinco voar pelos ares, retorcendo a esbelta estrutura e fazendo um enorme buraco no teto.

Acionada a empresa de manutenção (contratada pela SRRF08 para manutenção predial de todos os imóveis da grande São Paulo/SP e Litoral: Santos, Guarujá) providenciou o “remendo”, mas a situação continuou precária.

Não demorou muito, aconteceu outro evento: um sinistro. Uma área utilizada para guarda de cigarros pegou fogo no dia 01/05/2001 às 10 horas (Jornal o Estado de São Paulo), destruindo todo aquele ambiente e diversos carros apreendidos, estacionados próximos: veículos “de marca”, importados, de alto valor comercial, que aguardavam destinação.

Com o fogo, as paredes laterais do depósito, à esquerda da entrada, e parte dos fundos, junto a esta área, ficaram fragilizadas permitindo buracos por vândalos e consequentes furtos.



Iniciou-se, então, por parte da Superintendência, as providências para a contratação, o mais rápido possível, previsão inicial em dois meses, de um Projeto Básico, com minha participação e de mais dois colegas servidores, para posterior licitação e contratação da obra para construção do novo Depósito de Mercadorias Apreendidas. Licitado e elaborado o Projeto Básico, este demorou mais de 4 meses para ficar concluído, e, ainda, com imperfeições que suscitaram reestudos e readequações posteriores, como novas exigências municipais, procedeu-se à Licitação para contratação da empresa construtora que executaria a Obra.

Ainda, naquela época, surgiu interesse do Governo Federal, para destinar aquela área para construção de residências para população de baixa renda, o que implicaria prejuízos à Administração da RFB, já que o Projeto Básico, a esta altura, já estava elaborado e pago e seria necessário buscar nova área para atender às demandas urgentes da Inspeção. Entretanto, em virtude de laudo apresentado à Administração (Superintendência) com parecer de possível contaminação do solo, este interesse ficou afastado.

Seguiu-se, então, a construção da obra, sob a responsabilidade administrativa da Inspeção da Receita Federal em São Paulo, com muitos questionamentos, logo no início, acerca da solução dada para execução do piso, que deveria suportar enormes cargas: O solo seria de péssima qualidade, conforme Construtora, e não suportaria as cargas previstas, precisaria ser trocado, ou, ao menos, ser dada uma solução de reforço estruturado, com diversas brocas e vigas de travamento, em concreto armado, para posterior execução do piso.

Foi questionada a empresa que elaborou o Projeto Básico e contratado laudo técnico de especialista, resultando o entendimento de viabilidade, sem tal reforço, considerando que aquele solo já teria um adensamento significativo em virtude das cargas de toneladas de sacos de café que eram estocados ali



anteriormente, entretanto tendo se perdido tempo com muitas reuniões com o Inspetor, contratada e fiscais do contrato para deliberação de acertos e prosseguimento.

Mas, ao final, se procedeu à execução do piso, com cuidados especiais, de maneira adequada para sustentar as referidas cargas. Seguiu-se toda a construção, cerca 16.000 m<sup>2</sup> de área coberta, com pilares e vigas pré-moldados “in loco”: uma grande área para depósito e guarda de mercadorias, outras para administração e expediente e espaço para estacionamento de veículos e caminhões, com preservação e manutenção de uma antiga e enorme máquina de moer café (torrefadora).

O atual Depósito de Mercadorias Apreendidas foi inaugurado no dia 14/12/2007, com a presença de autoridades e servidores, e substituiu o antigo depósito, construído na década de 20 pelo Instituto Brasileiro de Café – IBC. Este depósito, inicialmente, servia para o armazenamento de toneladas de café e somente passou a integrar a estrutura da Receita Federal por volta da década de 80, quando já necessitava de reforma para funcionar adequadamente.

O custo do novo Depósito, um dos mais baratos do mercado para esse tipo de obra, já se pagou, em três anos, com a entrega do Depósito de Cumbica, que era alugado.

O Depósito de Mercadorias Apreendidas do Ipiranga possui tudo o que há de mais moderno em sistema de segurança, instalações hidráulicas, elétricas e de rede lógica, contando com empilhadeiras, pontes rolantes e toda a infraestrutura de segurança e tecnologia. Somente a área de armazenamento de mercadorias é de 11.645 m<sup>2</sup>, com capacidade para 17 mil paletes.

Atualmente, é o maior, mais moderno e mais seguro da Receita Federal, abrigando centenas de milhões de reais de mercadorias e veículos.

Suas dimensões surpreenderam a todos que compareceram à solenidade



de inauguração. Estavam presentes o Sr. Inspetor-chefe José Paulo Balaguer, o Inspetor-Adjunto Alexandre G. de Moraes, a Sra. Diva Kodama (representando o Sr. Superintendente Edmundo Spolzino), o Sr. Marcelo Barreto (chefe da Dipol/SRRF08), o Sr. Antônio Marcio de Oliveira Aguiar (chefe da Copol, representando o Sr. Secretário Jorge Rachid), bem como inspetores, delegados, chefes de serviço e diversos servidores da Receita Federal.



## Deus ajuda quem cedo madruga

*Hermano Lemos de Avellar Machado*

*SRRF-06RF*

*Ingressou na RFB em 1982, trabalhou na arrecadação e fiscalização e foi delegado nas unidades de Varginha e Belo Horizonte. Atualmente exerce a função de superintendente regional em Minas Gerais.*

Estávamos em meados dos anos 2000, o atendimento da Receita Federal vivia seu pior momento devido a enxurrada de cobranças indevidas por erros de preenchimento das declarações, especialmente as DCTF – Declaração de Créditos e Débitos Tributários Federais.

Cerca de 70% dos contribuintes receberam intimações e necessitavam comparecer ao atendimento presencial para solucionar suas pendências. O atendimento, ainda sem tempo e forças para reagir, o que aconteceria mais à frente, penava com filas intermináveis e ambiente carregado.

Nós, trabalhando na delegacia de Belo Horizonte, lutávamos contra estas dificuldades. Ainda em código de acesso, e-Cac, agendamento pela internet, autorregularização e outras inovações relevantes que viriam no futuro, fazíamos o que podíamos para minorar os problemas.





Distribuíamos senhas às terças-feiras pela manhã na nossa triagem para toda a semana e carimbávamos o número do CNPJ ou CPF na papeleta, além de exigir a apresentação da documentação comprobatória da necessidade do atendimento. Tudo no intuito de impedir o desprezível comércio de senhas que já cercava nossa unidade.

Nossa frágil estratégia, pelo excesso de demanda, contava ainda com um grande inimigo. O Sr. Aristeu, uma pessoa que fazia diversos bicos e que encontrou no nosso problema uma fonte de renda. Todas as noites de segunda-feira, já conhecedor de nossa forma de atuar, plantava muitos moradores de rua da cidade na porta de nossa unidade. Estes dormiam ali e garantiam os primeiros cinquenta a cem lugares da fila, ocupando quase 20% de nossa capacidade de atendimento. Os verdadeiros contribuintes, mesmo aqueles que chegavam de madrugada, muitas vezes sequer conseguiam uma senha para os últimos dias da semana.

Sr. Aristeu vendia os lugares e as pessoas, que realmente seriam atendidas, chegavam pouco antes das 07 horas da manhã e ocupavam a vaga dos moradores de rua, mediante pagamento, passando na frente dos que, não podendo ou não querendo pagar, haviam amargado horas na fila. Tentamos acionar a PM e nossa vigilância. Tudo em vão. Ninguém podia impedi-los de estar ali e repassar seus lugares. Como se dizia em meu tempo de criança - “A rua é pública”.

A imagem de nossa instituição já afetada pela incapacidade de atender a todos, ficava ainda mais arranhada pelo que a imprensa erroneamente chamava de “venda de senhas”.

Eis que surge uma ideia interessante. Se as pessoas chegam pela madrugada e a distribuição de senhas dura pouco tempo, porque não abrimos mais cedo. Vamos abrir às 05 horas, antes que os compradores de lugar na fila tenham acordado.



Levamos a proposta aos atendentes do CAC e o número de voluntários surpreendeu. Todos estavam indignados e queriam participar. E assim fizemos. Eu, na época delegado local, e a equipe do CAC que se ocuparia da triagem, estávamos lá às 04:30 de terça-feira. Arrisquei uma volta pela longa fila que, no frio da madrugada, dobrava a Avenida Álvares Cabral e entrava pela Rua Goiás, contornando todo o nosso prédio. À frente, o exército de sem teto do Sr. Aristeu dormia na calçada.

Às 05 horas da manhã, para surpresa de todos, especialmente do tal do Aristeu, abrimos as portas da DRF-BHE. Os moradores de rua sem a documentação comprobatória do atendimento foram um a um sendo retirados da fila pelos vigilantes e os verdadeiros contribuintes madrugadores foram entrando e ocupando os primeiros lugares na nossa triagem. Quando o espaço ficou lotado, recebemos uma salva de palmas dos contribuintes pela iniciativa.

Depois, restou-me ficar no saguão, recebendo os cumprimentos dos que iam passando e rir muito, primeiro dos colegas da limpeza e portaria que, chegando ao prédio, apertavam o passo e conferiam o relógio, imaginando-se irremediavelmente atrasados e, por fim, do Sr. Aristeu, cercado pelos moradores de rua que exigiam sua gratificação pela noite passada na fila e pelos seus clientes cobrando sua senha de atendimento.



## Diabedo!

*Marcos da Rosa Riella*

*ARF Canela/RS*

*Funcionário do Serpro na ARF/Cachoeira do Sul/RS, de 08/08/1984 até abril de 1991; na carreira ARF desde então, exerceu chefia da arrecadação na IRF/Chui/RS de 1991 até 1996; chefe da ARF/Canelas/RS de 1996 até 2009. Atualmente trabalha com o atendimento ao contribuinte na ARF/Canela/RS.*

Estava atendendo o balcão da ARF/Canela/RS, quando entra uma senhora muito nervosa e agitada. Cumprimentei-a e perguntei o que a tinha trazido até a Agência. Ela puxa um saquinho plástico de açúcar, todo dobrado contendo alguns documentos, coloca-os sobre o balcão e começa a dizer que a Receita tirou o CPF dela e ela o queria de volta. Disse que falou com um conhecido vereador da cidade e ele disse que estava tudo errado e que a Receita não podia fazer isso e ela já se achava cheia de razão. Peguei o seu documento e fui verificar nos sistemas o que havia ocorrido, mas ela continuava falando alto, dizendo que não iria fazer nenhum documento novo e que a Receita tinha que devolver o CPF que era dela, que a Receita tinha roubado o CPF e tinha que devolver.



Alguns contribuintes que estavam no balcão esperando o atendimento e conversando, ficaram assustados quando ela disse em alto e bom som que não gostava que as pessoas ficassem rindo perto dela. Estava uma verdadeira fera. Verifiquei a situação do CPF e descobri que ela possuía mais de um CPF e um deles fora cancelado por duplicidade. Voltei para o balcão e expliquei o motivo do cancelamento e que o CPF que tinha ficado ativo era o que ela deveria usar, pois tinha propriedades e empresa sob o número. A senhora não gostou nem um pouco, mas juntou todos os documentos que estavam sobre o balcão, reclamando, resmungando e falando sem parar sempre dizendo que a Receita tinha roubado o CPF dela e saiu da Agência. Fui atender outros contribuintes, quando olho para a porta a dita senhora está voltando, com o rosto completamente vermelho, bufando de raiva. Abre a porta, de sopetão e todos os que estavam no balcão ficaram olhando espantados e ela grita: DIABEDO! Fecha a porta e vai embora. Foi uma gargalhada geral.

A partir daquele dia tudo o que acontecia de diferente na Agência virava culpa do DIABEDO, que virou, por muito tempo, o bordão da Agência.



## **Diga-me com quem andas e te direi quem és...**

*Carla Patrícia Lima Barbosa*

*DRF Campina Grande/PB*

*Ingressou na RFB em 2003, durante esse período trabalhou em Porto Velho/RO, Tabatinga/AM, Porto Seguro/BA, Boa Vista/RR e atualmente trabalha em Campina Grande/PB. Trabalhou em diversas atividades, fiscalização PF, PJ, aduana, administração e compensação. Esses deslocamentos lhe proporcionaram aprendizado de vida, de trabalho e de boas lembranças e histórias para contar.*

Esta é uma reflexão de como as nossas experiências pessoais passadas são determinantes na formação da nossa personalidade e do nosso comportamento como pessoa e como profissional. E como isso pode, em determinadas circunstâncias, nos colocar em apuros.

Filha de comerciantes, desde muito pequena aprendi a conviver com as incertezas, decepções e dramas enfrentados pelo pequeno empresário. Meu pai, ainda jovem, mas com uma família para sustentar, decidiu abrir mão da segurança de seu emprego para aventurar-se no mundo empresarial.

Sem dúvida, essa escolha mudaria radicalmente a vida de toda a família, especialmente a minha. Assim, em 1986, aos 10 anos, mudei de cidade, virei comerciante junto com meus pais e, como quase todos os pequenos comerciantes, trabalhávamos de domingo a domingo.



Lamentavelmente nessa época não contávamos com as facilidades do Estatuto das Micro e Pequenas Empresas e nem tínhamos o Simples Nacional, Federal, Estadual ou qualquer coisa parecida. Todas as empresas pequenas, médias ou grandes estavam na mesma situação perante a lei, possuíam as mesmas obrigações, ainda que tão distantes em realidade, instrumentos e acesso à informação.

Mesmo com todas as dificuldades e graças ao trabalho familiar, que não contava com nenhum dia de folga, o comércio conseguiu prosperar por um tempo, ajudado pela inflação que fazia tudo parecer maior.

A grande verdade é que o progresso empresarial tem o seu preço e muito rapidamente começamos a senti-lo. Os efeitos desse crescimento podem ser mais danosos quando não contou com adequado alicerce negocial, jurídico e contábil. Meu pai, apesar de muito esforçado e trabalhador, tinha muito pouco estudo.

Os primeiros sinais do crescimento foram sentidos com a constante visita de fiscais de toda a sorte, de todo o gênero: Inmetro, Sunab, Sefaz, Prefeitura e outros tantos que nem me recordo. Numa cidade que era conhecida por ser a “cidade da morte”, por conta de grupos de extermínio que nela atuam, vocês podem ter uma vaga ideia dos tipos de fiscais com quem convivíamos!

Mesmo tendo pouco mais de 12 anos, eu acompanhava indignada a atuação desses “profissionais”, cujo único propósito era arrumar alguma coisa para levar ilegalmente algum dinheiro de um coitado que trabalhava de domingo a domingo. Certo dia, um desses “bandidos” teve a audácia de sentar na cadeira do meu pai. Lembro perfeitamente de mandar ele sair daquela cadeira que ela pertencia ao meu pai. Se tivesse mais altura e peso e nada a temer, poderia arrancá-lo de lá debaixo de bons bofetes! Esse era o meu desejo mais íntimo, tamanha era a minha revolta.



O desconhecimento, junto com um inadequado acompanhamento contábil e jurídico nos deixava vulneráveis a essas ações criminosas.

A única forma de nos livrarmos do ciclo vicioso que se consolidava e que reduzia dia a dia os resultados conquistados ao longo de muitos anos de trabalho era eu me profissionalizar para prestar uma assessoria qualificada à empresa. Assim, para a alegria e orgulho do meu pai, escolhi fazer o vestibular para ciências contábeis.

Cresci com a ideia distorcida que todo fiscal era corrupto, dissimulado e cruel. Ser fiscal atentaria contra a minha natureza e minhas crenças! Seria algo inimaginável até então.

Mas, para a tristeza do meu pai, os planos inicialmente traçados foram modificados e a tão sonhada assessoria contábil e fiscal terminou não acontecendo. Casei, mudei do Cabo de Santo Agostinho para Porto Velho antes mesmo da conclusão do curso superior.

Investi na profissão contábil, trabalhei em grupos empresariais mais fortes e, modéstia à parte, eu tinha condições de enfrentar qualquer fiscal, justificar cada dado contábil, sem o medo que tínhamos outrora. Os corruptos poderiam ser engolidos por mim. Nem precisaria dar qualquer “bofete”, apenas o conhecimento e a lei seriam suficientes para botá-los para correr.

Lógico que a qualidade dos fiscais nem chegava próximo aos que tive contato no passado, tanto em termos de conhecimento quanto de retidão. De qualquer forma, persistia a impressão que o objetivo era autuar o maior valor possível, ainda que infundadamente.

Todavia, o mundo empresarial também tem as suas mazelas e não precisei de tanto tempo para percebê-las. Definitivamente, compactuar com elas também não fazia o meu estilo. A visão romântica e ingênua do empresário vítima de autuações injustas e que trabalhava para a subsistência familiar aos poucos estava sendo quebrada, o que exigia de mim uma mudança de rumos.



Assim, após muitos anos de trabalho e algumas decepções, o novo plano seria ser Auditora Fiscal da Receita Federal. Devo confessar que esse plano parecia deveras audacioso e um tanto quanto distante. Desejar é o primeiro passo, não é mesmo?

A vida dá muitas voltas e sempre contei com uma especial proteção divina: e, no ano de 2002, aos 27 anos de idade e com um filho de três anos, fui aprovada no concurso da Receita Federal.

Socooooorro! Agora eu sou Auditora Fiscal da Receita Federal! Que tipo de fiscal eu seria, como me comportaria? Todas as lembranças do passado distante e de situações um pouco mais recentes vieram como uma enxurrada! Sem dúvida, jamais me pareceria com aquelas figuras que eu abominava, ao mesmo tempo, vislumbrava a possibilidade de contribuir com a efetivação da justiça fiscal através do respeito à capacidade contributiva.

Primeira lotação, DRF Porto Velho-RO. Seção, Fiscalização! Grande começo!

Todos os dilemas vivenciados influenciariam na definição dos pilares que dariam forma à minha atuação como profissional. Entendia como justa a busca da verdade material na definição do “quantum” a ser lançado e o compromisso de oportunizar ao contribuinte todas as possibilidades de defesa permitidas. Seria um começo, um equilíbrio, remontando a ideia do “dar à César o que é de César e a Deus, o que é de Deus”.

Parecia simples e filosoficamente perfeito! Mas, na prática, era preciso conhecimento, persistência e até um pouco de audácia para materializar esses preceitos. Alguns contribuintes são bem complicados, mas entrar em apuros por querer agir assim jamais me passou pela cabeça.

Por mais equilibrada e justa que venha ser a atuação do auditor na condução de uma fiscalização, o procedimento é muito desgastante para contribuinte. Isso é fato! Devo reconhecer que, apesar do meu temperamento





forte, geralmente conseguia manter um relacionamento cordial e respeitoso com os fiscalizados, quando deixava claro que o único objetivo era apurar o quanto, indevidamente, deixou de ser recolhido e que tudo que ele tivesse ao seu favor poderia ser considerado.

Até que em determinado momento somos desafiados... Em 2004, recebi a missão de conduzir uma fiscalização demandada pelo Ministério Público Federal em determinada pessoa física. Motivo: denúncia de graves desvios de recursos de determinada organização sindical. O negócio era meio sinistro! Meia dúzia de denunciados, da nossa jurisdição apenas um contribuinte para ser fiscalizado.

Depois de analisar os documentos encaminhados pelo MPF, tentei, sem sucesso dar início ao procedimento fiscal. O Termo de Início de Fiscalização havia retornado sem a ciência. O contribuinte havia mudado de endereço sem a devida atualização cadastral. Situação previsível: Ele tinha motivos para esconder-se e eu tinha motivos para querer localizá-lo.

Iniciar um procedimento sem qualquer atuação do contribuinte era algo que iria contra a ideia de oportunizar a ampla defesa e determinar, com justiça fiscal, o quanto deveria ser lançado. Sem a participação do contribuinte, seria um lançamento fácil, frágil e sem utilidade para o MPF. Esse seria o último recurso.

Iniciei uma busca no sentido de localizar o contribuinte. Nessa época, não usávamos o Google, o máximo era uma lista telefônica na internet. Foi difícil encontrar o homem, que queria parecer invisível!

A partir da ex-esposa conseguiria chegar ao contribuinte. Dei início à primeira parte do plano: Bom dia senhora, eu sou Carla Patrícia e trabalho na Receita Federal, estamos tentando localizar sem sucesso o seu marido. Não demorou para me corrigir: Ex-marido! Continuei: A senhora pode indicar um



telefone em que eu possa falar com ele? (Imagino que mesmo que tivesse o número dificilmente ela me passaria se soubesse o motivo).

Mas boa parte das mulheres são curiosas e ela perguntou sobre que assunto eu queria falar com ele. Se eu desejava ter algum sucesso precisaria ter um motivo atraente. Assim, tive a “brilhante” e quase “insana” ideia de dizer que era sobre uma restituição que ele tinha direito.

É, colegas, rapidamente percebi que a palavra “restituição” opera milagres quando o objetivo é localizar contribuintes escondidos. E a minha busca chegou ao fim mais rápido do que eu poderia imaginar e, em menos de 30 minutos recebia a ligação do sumido contribuinte.

É Carla, por telefone não tem ciência, ciência tem que ser pessoal. Gente, a euforia dele ao pensar em uma restituição até me causou um certo arrependimento. Mesmo estando convicta das minhas nobres intenções e que estava diante de um contribuinte que não era exemplo de retidão em termos de cumprimento de suas obrigações fiscais.

Bom dia, eu sou o “fulano de tal”. A senhora ligou e parece que tem um negócio bom pra mim na Receita Federal. (Oh, se tinha!) Eu tive que confirmar que o “negócio” era do seu interesse, mas, desta vez sem mencionar a palavra restituição. Ele estava deveras ansioso e queria saber de todos os detalhes (só pensava na restituição!).

Com a voz polida e séria informei que, em respeito ao sigilo fiscal, as informações só poderiam ser repassadas pessoalmente após a correta identificação do contribuinte.

No mesmo dia ele se dispôs a comparecer à delegacia. Como o atendimento ao público encerrava às 14 horas, abri uma exceção para atendê-lo na parte da tarde, tamanha que era a sua ansiedade. Um detalhe deixava a coisa mais surreal, ele não tinha nenhuma restituição pendente de recebimento.



Sabia que enfrentaria um problema: o contribuinte esperava receber alguma informação sobre restituição, imaginava as cifras entrando em sua conta corrente, porém sairia de lá com um Termo de Início de Fiscalização. Provavelmente o único dinheiro seria saindo de sua conta e indo para a conta do Tesouro Nacional.

Falei ao chefe desse atendimento e, preocupado com a possível reação do contribuinte, optou por ele mesmo fazer esse primeiro atendimento. Nossa! De longe eu ouvi os gritos! “Isso é uma sacanagem e eu não vou assinar nada e quero é falar com a fiscal que me ligou!” De fato e com uma certa razão, ele estava bastante zangado.

Após orientações de seu advogado, assinou o termo e a fiscalização foi então iniciada. A partir dali a missão voltaria para as minhas mãos. Ele tentou escapar, mas o TIF foi reiterado. E depois de uns 02 meses ele voltou a aparecer. Recebo a ligação da recepção: tem um contribuinte para falar com você. Eram tantos. Mandeí subir. Estava diante do próprio, em carne, osso e com a mesma raiva de outrora.

A senhora é a Carla Patrícia? Sim senhor, respondi. Então a senhora é aquela sacana que falou comigo ao telefone dizendo que tinha uma coisa boa para mim e que quando eu cheguei aqui era um Termo de Início de Fiscalização? A senhora fez uma pegadinha comigo! Ele parecia quase tão furioso quanto da primeira vez. Abstenho-me de contar todas as loucuras que ele me falou. Enfim, era hora de enfrentá-lo. Ele merecia uma explicação.

Mais uma vez, amparada pela tradicional proteção divina, iniciei a explicação. Precisaria ter sucesso na empreitada de pacificar os ânimos.

Senhor, “fulano”. Entendo o seu descontentamento. Realmente falei que se tratava de uma coisa boa que tinha à sua espera, pode parecer estranho, mas vou provar que realmente essa fiscalização é boa para o senhor.



Essa fiscalização foi demanda do MPF. O senhor responde a um processo que esta sendo conduzido por eles, não é verdade? A pena a ser aplicada, caso fique configurada a sua participação no crime é bem pesada não é? Essas palavras operaram um segundo milagre, ele passou a ouvir atentamente as minhas considerações. Segui: Preliminarmente já analisei toda a sua movimentação financeira e de alguns de seus parentes e não observei, inicialmente, nenhuma grande incompatibilidade que o coloque em situação delicada. Entretanto, observei também que o senhor tem sim possíveis inconsistências fiscais e essa é a oportunidade que o senhor tem para justificá-las, com os documentos e as provas que o senhor possuir e darei o tempo necessário para o senhor reunir esses documentos. Informo-lhe que ao final dos trabalhos, um relatório da fiscalização será encaminhado ao MPF com todas as inconsistências apuradas e, por incrível que pareça, isso poderá ser utilizado a seu favor na ação penal, se não restar comprovado que o senhor recebeu os recursos desviados.

O senhor concorda que isso é bom para o senhor? O máximo que pode acontecer é o senhor receber um auto de infração, que poderá ser parcelado. Coisa bem pior poderia acontecer se o senhor não tivesse a chance de se defender.

E, aquele contribuinte que havia chegado à DRF revoltado, descontrolado e soltando fumaça pelo nariz, terminou calmo, apertou a minha mão, pediu desculpas por seu descontrole e agradeceu-me.

Até esqueceu da promessa de restituição. Não imaginava que a busca da verdade material e o respeito à ampla defesa exigiria tanta audácia e que isso quase me colocaria em apuros!

Esse caso terminou me dando o divertido título de “domadora” de feras.

Passados mais de 11 anos do meu ingresso aos quadros da Receita Federal, de tantos casos e tantos trabalhos diversificados, percebo que perdi algumas das minhas habilidades. Talvez esteja na hora de, mais uma vez, rever os meus conceitos e definir outros pilares.



## Divina Providência

*David Ramos Campos*  
DRF Campinas/SP

*Auditor fiscal, ex previdência, ingressou em julho de 1993 no Seort, desde 2007, gosta de poesia, premiado no concurso em 2012 e 2013.*

Incumbido de fiscalizar uma empresa de médio porte do segmento de transportes e de posse de algumas informações básicas, fundamentais em qualquer atividade fiscal, dirigi-me ao estabelecimento onde ficavam concentradas grandes indústrias da região.

A importância da atividade fiscal deveu-se não apenas ao fato de prescrição iminente, mas, também, de reclamação trabalhista, a ser averiguada.

A unidade era composta de uma área aberta, reservada a caminhões de médio e pequeno porte, agregada a um galpão onde eram executadas as atividades burocráticas.

Ao me apresentar a um dos sócios e exibir a identificação funcional, fiz uma breve explanação sobre os procedimentos fiscais quanto à disponibilização de documentos e ao local onde estes seriam auditados,



especificando, inclusive, a data em que seria iniciada a verificação, conforme detalhado no Termo de Início da Ação Fiscal.

Quando já preparava para me despedir, o sócio, Sr. Gérson, solicitou mais “um minutinho” de atenção.

Deu a volta no balcão que nos separava, aproximou-se a uma distância não superior a metro e meio e com a voz alterada disse:

- Seu Pereira!

- Ferreira, Antônio Ferreira, corriji.

- A gente trabalha feito burro, vem cedo pro serviço, não vence pagar imposto, tem de aturar cara feia de empregado e ainda por cima vem esses cara do governo pra multar a gente.

E prosseguiu...

- Papai trabalhou a vida inteira na lavoura. Tem os pés e mãos calejados. Só nos últimos tempos conseguiu, aqui na cidade, um serviço como ajudante de limpeza pra ver se um dia consegue se encostar no INPS. Tá querendo o quê? Propina? Eu vou ligar pro meu contador e fechar essa m... Se quiserem me achar, que vão procurar no inferno.

Sem me desconcentrar, pude observar uma funcionária “encolhida” por detrás de uma escrivaninha.

- É só isso?

Afônico, apenas acenei positivamente com a cabeça, estendi-lhe a mão e virei as costas. No momento, senti as mãos trêmulas e frias, além das pernas que não colaboravam para que melivrasse daquela situação.

Dados alguns passos ele me chamou e perguntou.

- Qual a sua religião?



- Frequento a igreja católica, mas...

- Olha meu caro...

Já há algum tempo que converso contigo aos gritos, por muito pouco não me descontrolei completamente e você se manteve nessa calma toda.

Se estivesse eu, no seu lugar, acho que não suportaria tanto desaforo.

- Senhor Gérson, retruquei, nós estávamos tão próximos, não havia a necessidade de falar tão alto... o objetivo da fiscalização é a arrecadação das contribuições previdenciárias e também a orientação para que a lei seja aplicada corretamente. Parte do dinheiro arrecadado retorna em forma de benefícios para o segurado, como por exemplo, a aposentadoria.

Durante a verificação dos documentos, pude constatar, inclusive, alguns recolhimentos de acidente de trabalho, efetuados com alíquota maior que a devida. Concluídos os trabalhos e na presença do contador, expliquei, resumidamente, os procedimentos realizados, os quais culminaram em notificação fiscal.

Quanto aos recolhimentos indevidos, foi orientado para que, assim o desejando, requeresse a restituição ou compensação dos valores.

- Restituição, compensação, que é isso?

Esclarecidas as dúvidas, assinou a ciência do Termo de Notificação Fiscal acompanhada daquele de encerramento das atividades.

Alguns anos passados, encontramos-nos, por acaso, no calçadão de uma igreja próxima ao INSS.

- Seu Ferreira, lembra de mim?

Tentei, a todo custo, reconhecê-lo, mas com tanta gente conhecida, fugiu-me à memória.





- Gérson, da empresa Gertransp que o senhor fiscalizou. Nossa! Parece que foi Deus que colocou o senhor em nossa vida. Esta é minha mãe - Alcina. Meu pai faleceu há quase quatro anos. Estou indo com ela no Banco receber a pensão que ele deixou.

Mamãe usa o dinheiro, inclusive pra comprar remédios. Não é muito, mas fico imaginando se o velho não tivesse recolhido INPS.

Cabisbaixo, após breve pausa...

- Dá um abraço!

Obs. do autor:

A empresa e os personagens apresentam nomes fictícios.

INPS é uma sigla do antigo Instituto Nacional da Previdência Social, atualmente INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.



## **DRF/Poços de Caldas, suas unidades e seu pessoal**

*Valmir Paulino Benício*

*ARF São Sebastião do Paraíso/MG*

*Ingressou na RFB no concurso para TTN em 1989; foi nomeado no dia 15/05/1991 para a Alfândega de Cumbica. Depois trabalhou na DRF/São Bernardo do Campo em 1995, DRF/Poços de Caldas em 2004 e ARF/SSP em 2010. Elaborou a Edição Especial da Revista Comemorativa de 10 anos da DRF/Poços de Caldas e participou e várias edições do Concurso histórias de Trabalho da RFB.*

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas possui atualmente duas Agências – São Sebastião do Paraíso e Guaxupé-MG.

Durante alguns anos houve mais uma agência na cidade de Muzambinho. Na ocasião, Poços também era agência, que juntamente com a de Muzambinho e Guaxupé eram da jurisdição da DRF/Varginha. A agência funcionou entre o final da década de 1970 e a década de 90. A partir daí, todo serviço prestados pela Receita passou a ser atendido em Guaxupé. A agência em Muzambinho funcionava na Av. Dr. Américo Luz, 201, no Centro. Seu último Agente foi o Sr. Luiz Carlos Montanari, hoje com 65 anos e ainda morador da cidade.

Quatorze anos depois, a RFB inaugurou um posto avançado na cidade, no dia 16/05/2014. O CAC Avançado em Muzambinho originou-se de uma



Parceria da Prefeitura Municipal com a Receita Federal e atendeu a uma antiga reivindicação da população local. Com este posto inaugurado na cidade, muitos serviços serão resolvidos em Muzambinho ou pelo menos recepcionados e encaminhados a ARF/Guaxupé.

SERVIDOR MÁRCIO BATISTA FERREIRA - Em relação ao já falecido servidor Márcio, que foi Agente em São Sebastião do Paraíso de 1969 a 1986, e delegado da Receita Federal em Divinópolis entre 1986-1990, há uma curiosidade. Ele e amigos da cidade de São Sebastião do Paraíso-MG, onde morava na ocasião, em reunião costumeira em um barzinho popular, resolveram fundar um clube recreativo para os moradores. O clube recebeu o nome de Ouro Verde Tênis Clube e hoje é um dos mais importantes centros de recreação da região Sudoeste de Minas Gerais. A abertura formal do clube ocorreu em 24 de setembro de 1980. Seu Márcio, como era conhecido, era casado e teve cinco filhos, nasceu em 02 de abril de 1930 em Cássia/MG e faleceu em São Sebastião do Paraíso em 30/08/1997.

Ingressou na Coletoria Federal em Pratápolis no ano 1956, por indicação do Governador Juscelino Kubitschek. Em 1968 foi transferido para Passos e depois Varginha, onde em 1969, fez concurso da Receita Federal, sendo classificado em 1º lugar. No mesmo ano, foi transferido para São Sebastião do Paraíso como Agente da Receita Federal. Em 1986, foi empossado como Delegado da Receita Federal em Divinópolis, onde atuou até 30/03/90, quando se aposentou e retornou a São Sebastião do Paraíso.

Ainda como agente da Receita, além de atuar como auditor-fiscal em várias capitais e cidades dos Estados do Norte, Nordeste e do Sudeste do Brasil, ministrou aulas e palestras. Era entusiasta e incentivador da prática esportiva, em Pratápolis fundou a Corrida de São Silvestre, que existe há mais de 50 anos e recebeu homenagens por isso. Atuava no futebol como jogador, árbitro e técnico. Na cidade atuou para conseguir a implantação de um posto telefônico. Além disso, recebia e apresentava os artistas famosos da época no clube e no cinema da cidade. Como se vê, Seu Márcio era realmente bem atuante.



A partir do interesse intrínseco ao esporte e atividades sociais despertou o desejo junto a amigos para a fundação de um espaço onde pudessem realizar suas atividades com maior conforto (gostavam de jogar pôquer), daí nasce o audacioso projeto de construção do Ouro Verde Tênis Clube.

Foi também em São Sebastião do Paraíso onde trabalhou a servidora Noêmia da Silva Neves, que ficou muito conhecida por ter sido nomeada pelo então Presidente Getúlio Vargas. Na ocasião o órgão se denominava Coletoria das Rendas Federais - Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional de Minas Gerais. Dona Noêmia, que viveu até próximo dos 84 anos, ainda recebeu uma emocionante homenagem do pessoal da Unidade da RFB na cidade no dia 06/05/2011 pouco tempo antes de falecer no ano seguinte.

Outro episódio importante, ligado à Agência de Guaxupé/MG, foi a inauguração de um posto REDEX da Receita Federal dentro da Unidade de uma cooperativa de café da cidade para agilizar exportações. O Posto Redex (Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação) serve para facilitar despacho aduaneiro de produtos. Quando chegam ao porto de Santos (SP), as mercadorias vão direto para o embarque. Além de reduzir substancialmente os custos sobre transporte e logística, por meio dos serviços inerentes ao despacho aduaneiro de exportação com lacração e certificação pelas autoridades aduaneiras, no caso a Receita Federal do Brasil e o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, ainda há o benefício do desafogamento do porto de Santos em relação ao trabalho de inspeção e fiscalização das cargas em containers.

A dita cooperativa de café exportou no ano de 2012, dois milhões e 28 mil sacas de café. É considerada uma das três maiores do mundo. Apesar do Redex funcionar lá dentro, outros empresários também podem utilizar-se do serviço. O volume de exportação no Sul de Minas aumenta a cada ano e a missão da Receita Federal é o fortalecimento do comércio exterior.



A seguir os Dirigentes das Unidades da DRF/PCS:

**Agentes da Receita Federal em Poços de Caldas-MG**

\*Transformada em DRF/ Poços de Caldas-MG

Waldemar Loureiro 1969-1972

José Raimundo Faria 1972-1974

Creso de Carvalho Coutinho 1974-1996

José Carlos Scudeller 1996-1998

**Delegados da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas-MG**

José Carlos Scudeller 1998-1999

Arnaldo Faria Moreira 1999-2001

Flávio Vilela Campos 2001-2008

Luiz Gonzaga Ventura leite Junior - 2008

**Agentes da Receita Federal do Brasil em Guaxupé-MG**

Antônio Francisco de Oliveira 1969-1977

Wilson Antônio Bassani 1977-1979

Antônio de Souza Sanedese 1979-1986

José Heitor Valim Baltazar Camacho 1986-1992

Edir Simões Junior 1992-2002



Emília Regina Martins Cavalli. - 2002

Pérsio Romel Macedo Ferreira 2002-2003

Maria Elzy Casseb Abbas 2003- 2008

Alessandro Augusto Simões – 2008 - 2009

Maria de Lourdes Sousa – 2009 - 2012

Simone Dorinho de Oliveira - 2012

### **Agentes da Receita Federal do Brasil em São Sebastião do Paraíso-MG**

Edmur Leite 1969-1969

Márcio Batista Ferreira 1969-1986

José Reinaldo Elói dos Santos 1986-1987

Edelweiss Freitas Pereira 1987-1987

Maria Terezinha de Carvalho 1987-1992

Fernando José Aguiar de Moura 1993-1998

Antônio Vieira Tavares Junior 1998-2001

Carlos José Teixeira 2001-2004

Alex Rodrigues de Faria 2004 - 2005

Dalton de Pádua Felício - 2005



## Empresário da bicicleta

*Marcelo Oliveira da Costa*

*ARF Ituiubá/MG*

*Ingressou na RFB em 2003 no concurso de TTN para a cidade Poços de Caldas/MG, onde trabalhou na Satec. Após 3 anos foi aprovado no concurso de remoção para a cidade de Ituiubá/MG onde desempenha as funções até hoje como atendente no CAC.*

Nas atividades de atendimento ao público, no CAC da agência de Ituiubá, no triângulo mineiro, vez em quando ou “vez em sempre” aconteciam situações inusitadas. Certa feita um senhor muito simpático compareceu ao atendimento dizendo estar com o CPF irregular. Atendido por Sérgio, servidor com larga experiência de atendimento ao público, estabeleceu-se o seguinte diálogo:

Atendente: Olha Sr. Astolfo, o seu CPF foi suspenso por falta da entrega de declaração de Imposto de Renda.

Sr. Astolfo: “Decraração”, mas como pode ser, eu não tenho renda para “decrarar” imposto.

Atendente: Realmente, mas vejo aqui que o senhor tinha uma empresa,



isso o obrigou a declarar imposto de renda no ano de 2009. Como esta declaração não foi enviado o seu CPF foi suspenso.

Com olhar típico do mineiro ressabiado o senhorzinho responde:

Sr. Astolfo: Empresa, vixi, mas como assim? Qual empresa? Onde?

Atendente: Vejo aqui que a empresa em seu nome se localiza no bairro Copacabana na cidade de Uberlândia, o senhor era empresário...

Sr. Altolfo: Ah, isso ai era uma oficina de bicicletas que eu já não trabalho faz tempo.

Atendente: Pois é, mas o senhor precisa entregar uma declaração de renda deste ano para o seu CPF regularizar.

Após a entrega do relatório e outros esclarecimentos findou-se o atendimento e o senhor Astolfo foi embora.

Como já era fim de expediente o atendente Sérgio se dirige à saída quando encontra o Sr. Astolfo num sol a pino, agachado, tentando desamarrar a bicicleta do pilar no qual ele a tinha amarrado.

Foi quando ele se vira para o Atendente e com um sorriso no qual se notava a falta de alguns dentes e imitando um sotaque de carioca diz:

“Empresário em Copacabana, né? Eu?”





## **Fronteira: singularidades que encantam, ensinam e até assustam!**

*Carla Patrícia Lima Barbosa*

*DRF Campina Grande/PB*

*Ingressou na RFB em 2003, durante esse período trabalhou em Porto Velho/RO, Tabatinga/AM, Porto Seguro/BA, Boa Vista/RR e atualmente trabalha em Campina Grande/PB. Trabalhou em diversas atividades, fiscalização PF, PJ, aduana, administração e compensação. Esses deslocamentos lhe proporcionaram aprendizado de vida, de trabalho e de boas lembranças e histórias para contar.*

A aprovação no concurso da Receita Federal é um momento especial na vida de cada servidor e costuma vir acompanhada de muita euforia e comemoração, afinal, representa a coroação de um grande esforço.

Contudo, em pouco tempo a euforia inicial vai dando lugar à apreensão. A definição da lotação é outra grande prova que o servidor terá que vencer, em alguns casos, a mais desafiadora de todas elas.

A Região Norte termina sintetizando bem todos esses medos e dificuldades. São fronteiras, lendas, selva, condições mais precárias de educação e saúde e unidades com quadro reduzido de servidores.

Eu vivi esse quadro. Sobrevivi a esse quadro e tenho algumas histórias para lembrar e contar. Eu passei por uma espécie de batismo progressivo na Região Norte.



Pernambucana de nascimento, comecei a minha jornada na Região Norte por Porto Velho- RO. Para quem morava em Recife, a chegada em Rondônia, há mais de 16 anos, já pode ser encarada como uma experiência radical.

A pouca urbanização, a grande quantidade de floresta nativa beirando a cidade, a imponência e força das águas eram surpreendentes. (Pra falar a verdade, é assustador no começo).

Exceto para quem tem o privilégio de estar próximo ao Rio São Francisco, não tem nordestino que não fique admirado com tanta água e com tanto verde. Sem falar na fauna, que é um capítulo à parte, não apenas pela variedade dos exemplares, mas pelo fato deles estarem sempre tão próximos da gente!

Se no nordeste é a falta de água que determina alguns movimentos populacionais, no norte é o excesso dela que muitas vezes cumpre essa tarefa. Os rios governam parte de nossas vidas: isso é fato.

Apesar de alguns pequenos sustos, alguns micos, a minha estada em Rondônia foi ótima. Mas a vida ainda me reservaria boas surpresas e a odisseia pela região norte estava apenas começando.

Depois de quatro anos na RFB e quase 10 em Rondônia, fui removida a pedido para Tabatinga- AM. Seria a segunda fase do batismo, quase uma redenção!

Tabatinga é mesmo diferente de tudo que já tinha visto e eu que pensei que já tinha visto muito depois de morar 10 anos em Porto Velho. Poderia fazer uma descrição bem romântica da cidade, abordar a magnitude daquela floresta, da imensidão do rio Solimões, da diversidade da fauna, da incrível preservação ambiental, da diversidade populacional, entre outras coisas. Seria uma justa homenagem ao lugar e ao seu povo que, antes de tudo, sente imenso orgulho de



ser brasileiro e povoar aquele pequeno pedaço de Brasil. Mas, escolhi fazer um retrato um pouco mais pitoresco embora absolutamente real.

Tabatinga é um clarão em meio à selva amazônica. Uma pequena cidade espremida entre a floresta e o rio Solimões. Partindo de Manaus, são três horas sobrevoando muita floresta e muita água. Se a aventura for de barco, são necessários mais de seis dias. Essas são as únicas formas de se chegar ou sair. Bem vindos ao isolamento!

Tríplice fronteira que tem como vizinhos a cidade de Letícia (Colômbia) e a cidade Santa Rosa, no Peru. São três pequenas cidades em meio a uma natureza quase selvagem.

Transportes mais comuns na região: motocicleta e voadeira.

Nesse ponto Tabatinga tem uma peculiaridade: se a quantidade de motos circulando pode causar surpresa, muito mais impressionante é que se consegue fazer com elas: moto é transporte familiar (já vi andar quatro pessoas numa única moto), transporte de carga (transporta sofá, fogão, malas, cano, ferro e tudo mais que for possível acomodar), também é usada como ambulância (as mulheres vão para a maternidade de moto e voltam com o bebê recém-nascido na moto). Pode parecer exagero, mas acredito que uma das primeiras lições da criança é aprender a subir na moto, dada a importância que esse meio de transporte tem na cidade. Não há linha regular de ônibus, apenas de mototáxi.

Quem lá nasceu e nunca saiu para outros lugares não conheceu uma sala de cinema, uma escada rolante, um elevador, um viaduto, até ônibus é coisa rara de se ver por lá. Por outro lado, quem ficou próximo à população indígena (muitos nem falam o português), comeu muito peixe delicioso e frutas nativas fresquinhas, viu crianças que têm arara ou tracajá como bichos de estimação, conviveu simultaneamente com duas moedas e presenciou índio tentando orgulhosamente pagar imposto (eu querer pagar posto! - demorou, mas entendemos que ele queria pagar imposto de um motor).



Posto de Gasolina: até meados de 2008 a gasolina era vendida em garrafas plásticas em qualquer esquina. Quando cheguei, até pensei que se tratava de venda de mel – ingenuidade, seriam preciso muitas abelhas para uma produção daquelas. Tempos depois essa prática foi banida pela Polícia Federal e gasolina apenas no país vizinho.

A alimentação era bastante precária, tudo vinha de balsa de Manaus e demorava por volta de 15 dias nesse transporte. As verduras, legumes e frutas disponíveis vinham das pequenas plantações dos índios Tikunas e dos peruanos que abasteciam ilegalmente a cidade.

Saúde: apenas um hospital do exército para atender toda a região do alto Solimões. Tudo que era oferecido em termos de saúde era prestada unicamente pelo setor público. (Se a saúde costumava ser um problema nos grandes centros urbanos, imaginem vocês em plena selva amazônica!)

O trabalho desenvolvido na Inspetoria de Tabatinga, ressalvado o atendimento do CPF, era essencialmente aduaneiro: repressão, controle de bagagem, despacho de exportação, trânsito aduaneiro e trânsito de passagem.

Para uma contadora aprovada no concurso para a área de auditoria e que trabalhou com fiscalização PF e PJ, esse seria mais um desafio a enfrentar. Os serviços aduaneiros exercidos até guardavam certa simplicidade no que se refere a conhecimentos técnicos necessários para o seu desempenho, mas verdadeiras maratonas para serem executados. O desafio para os servidores era se fazer presente naquela área e, principalmente, conquistar a compreensão e aceitação daquela população de que os controles aduaneiros visavam resguardar interesses maiores, tais como a soberania, segurança e economia nacionais.

Isso é muito mais complexo do que alguns possam imaginar. Como explicar para uma população carente que a motocicleta adquirida no país vizinho pela metade do preço exigiria a realização de complexos



procedimentos no que se refere à obtenção de licenças ambientais para circular? Que os motores náuticos, comumente adquiridos, apesar de estarem abaixo da cota de bagagem também exigiriam procedimentos aduaneiros diferenciados? E que, uma vez introduzidos irregularmente esses produtos no território nacional, a pena aplicada era o perdimento?

As cidades de Tabatinga e Letícia eram cidades gêmeas, em determinados pontos não se sabia ao certo onde era Brasil e onde era Colômbia. Até o cemitério da cidade era binacional. Segundo relatos, alguns corpos foram sepultados indevidamente na parte colombiana do cemitério – quase uma extradição não autorizada pós-morte.

Tudo isso junto aumentava a dificuldade de compreensão: Por que tantos procedimentos para que um produto possa cruzar uma rua? Mas essa era a nossa realidade, e cumprir a legislação era o nosso trabalho! Assim, administrar alguns conflitos fazia parte da nossa rotina.

Na aplicação de penalidades aduaneiras, o efeito imediato de privação de um bem causa bastante desconforto para o contribuinte, que costuma externar com bastante veemência o seu descontentamento. Aprender a lidar e a contornar essas manifestações é algo necessário. Exige certa dose de talento, sangue frio, firmeza e até um pouco de bom humor.

Seria mais fácil se, na cidade vizinha, não tivesse tantos produtos atraentes e com preços convidativos para a compra de perfumes, joias, cosméticos, bebidas, tênis, eletrônicos: o luxo em plena selva! Inimaginável.

Ah, se fosse possível passar despercebido nas horas de folga também ajudaria, mas em cidade pequena todo mundo conhece o Fiscal da Receita Federal e tem sempre um parente, um conhecido, um amigo que teve mercadoria ou moto apreendida. Alisar o cabelo? Nem pensar, a gente não sabe se o cabeleireiro foi protagonista de algumas dessas histórias.



Carregar, mesmo sem querer, o título de fiscal 24 horas tem um preço alto a ser pago. Certo dia meu filho cortou o pé e precisou levar pontos. O médico de plantão que já teve produtos retidos por mim, olhou-me com aquela cara de “eu lembro bem de você” e eu tive retribuir com o olhar de “arrisca fazer qualquer coisa com o garoto!” Aqui eu sou mãe e como mãe sou pior que um leoa (uma alusão ao leão da RFB), mas o atendimento foi feio por um enfermeiro. Ufa!

A história de hoje retrata mais um conflito e ocorreu em janeiro de 2009. Durante os procedimentos de controle de bagagem acompanhada no aeroporto, foi retida uma sofisticada máquina fotográfica de um médico. A máquina tinha sido adquirida na Colômbia, estava acima da cota e não havia feito em tempo o recolhimento do Imposto de Importação. Como não havia tempo hábil para o pagamento antes do seu embarque para Manaus, o médico seguiria de férias e ficaria sem a máquina recém-adquirida durante todo esse período. Na época vigorava a Instrução Normativa nº 117/1998.

Eu não estava presente durante esse procedimento de retenção, mas, segundo alguns relatos, os ânimos ficaram bastante exaltados. Normal, a princípio, seria apenas mais um caso, diante de tantos outros semelhantes.

Depois de aproximadamente 20 dias, o médico retornou de suas férias e compareceu à Inspetoria de Tabatinga para efetuar o pagamento do Imposto e obter a devolução do equipamento. Essa seria a minha tarefa. Moleza!

Dado o tempo transcorrido, imaginei que o encontraria bem mais calmo, já que estava prestes a obter sua máquina de volta. Grande engano!

A identificação do contribuinte é o primeiro passo a ser seguido no atendimento. Ele cumpriu essa etapa com uma maestria sem igual. Bastava apresentar um documento de identificação, mas ele foi muito além.

“Eu sou fulano de tal, médico anestesista”. O único anestesista de toda a região do alto Solimões. Em Tabatinga tínhamos essa particularidade: a



condição de unitário era mais comum que em outros lugares: um semáforo, um hospital, um anestesista, uma obstetra, um voo diário. Até a Receita Federal já teve ali apenas um único auditor.

Se o velho ditado popular “em terra de cego quem tem um olho é rei” fosse adaptado para Tabatinga poderíamos pensar em algo assim: “em terra de curandeiro, médico é quase Deus”. Era assim que eles eram tratados, dada a sua importância e sua escassez!

Seguindo o seu discurso: “Foi da minha máquina que vocês fizeram a retenção. Acredito nem precisar dizer o quanto eu estou aborrecido com tudo isso!” Realmente, era desnecessário esse comentário, o seu tom de voz e seu sarcasmo já eram suficientes para percebermos o tamanho da sua raiva. “Não sei quanto tempo vou precisar para esquecer a raiva que estou sentindo!” Outra verdade, pensei que depois de 20 dias de férias, ele voltaria calmo e até feliz por saber que recuperaria a máquina fotográfica, quanto tempo mais seria preciso? Difícil estimar. “Talvez nem seja seguro para vocês da Receita Federal utilizar os meus serviços enquanto perdurar a minha raiva, pois corro grande risco de errar sem querer a quantidade de anestésico!” Essa foi de arrepiar. Só faltou limpar o veneno que parecia escorrer pelos cantos de sua boca. E concluiu mandando um recado para o auditor que havia feito a retenção: “e diga ao Cláudio que dele, principalmente dele, não esquecerei jamais.” Nessa hora, o que a gente mais deseja é ser esquecido... (risos).

Enquanto ele falava, eu tentava decifrar qual era o seu objetivo com aquele comportamento. Entender esse desejo é importante para decidirmos como vamos conduzir a conversa para contornarmos os ânimos raivosos. Ele desejava um tratamento diferenciado por ser “quase Deus”?

Almejava um pedido formal de desculpas? Mostrar o seu poder? Intimidar? Lamentavelmente, nenhum desses desejos poderia ser realizado. Não por mim!



É quando a gente pensa muito e pensa rápido. Numa situação normal a chance de usarmos os serviços de um médico anestesista é remota, mas um pequeno detalhe deixaria a situação um pouco mais dramática. Eu estava grávida de seis meses! Claro que esse “pequeno” detalhe não passaria despercebido pelo nosso ilustre contribuinte.

Até então, ele estava tão concentrado em seu discurso raivoso e torturante que não percebeu a minha condição de gestante. Foi a segunda parte da tortura: “Oh! Percebo agora que você está grávida. As suas chances de usar o hospital são maiores: parto, anestesia! O pior era que ele tinha razão! Se não me mantivesse absolutamente calma poderia precisar dos serviços dele antes do esperado. E seguiu: “Acabo de voltar de férias, assim que voltar ao trabalho contarei aos demais o tratamento que a Receita Federal tem dispensado a todos nós médicos, tenho certeza que eles gostarão de saber de todos os detalhes”. Gente, ele não queria sentir raiva sozinho, ainda queria levar todo o serviço de saúde junto com ele! Se de médico e louco todo mundo tem um pouco, ele estava mais para louco que para médico.

Enfim, diante daquele quadro, dialogar era inútil. Alertá-lo a respeito da gravidade de sua conduta poderia ser pior (ele ainda era o único anestesista e eu estava grávida!). Se os 20 dias de férias não foram suficientes para ele recuperar o equilíbrio emocional, de que adiantariam as minhas palavras?

Tentei engolir o medo e conter o impulso de falar o que ele precisava ouvir. Quem me conhece sabe que eu não costumo levar “desaforo” para casa. Usando as palavras certas e no limite da urbanidade consigo silenciar até os mais valentes. Mas diante da vulnerabilidade da minha condição, optei por seguir com o atendimento falando apenas o necessário. O DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais foi impresso; o imposto, pago e a máquina, devolvida. Tudo isso em poucas horas. Seria ótimo dar por encerrado esse episódio.





Poderíamos procurar a direção do hospital, com quem, por sinal, tínhamos um excelente relacionamento institucional.

Chegamos à conclusão de que era melhor esperar alguns dias e acompanhar a evolução dos acontecimentos. De qualquer forma, a dúvida martelava a minha cabeça e o medo de vir a ser atendida pelo único anestesista da cidade era real. Isso perpetuava indevidamente aquele incidente.

Não seria prudente pagar para ver. Aos sete meses e meio de gestação, entrei com licença médica e viajei para dar à luz à minha filha num lugar que pudesse contar com adequada segurança e conforto.

De Tabatinga levei uma bagagem cheia de recordações, de aprendizado, de muitas experiências de vida, de trabalho, de pessoas encantadoras que tive o prazer de conviver e com uma encomenda especial: uma filha “made in selva” no ventre. O saldo foi mais que positivo!

Tempos depois soube que o Inspetor (baixinho, bravo, empolgado, legalista, o mesmo que fez a retenção da máquina do anestesista) teve problemas de saúde e viajou às pressas para Manaus. Deve ter lembrado do médico e da sua desagradável condição de inesquecível... (risos).

Essa é uma pequena história, diante de tantas outras que acontecem a cada dia nos vários cantos onde a Receita Federal do Brasil se faz presente. Retrata a vida e rotina de trabalho de muitos servidores da nossa casa, que estão lotados nos pontos mais distantes desse nosso Brasil. Servidores que muitas vezes tiveram de abrir mão do convívio familiar para abraçar a nobre missão de servir à Receita Federal do Brasil e ao nosso país, marcando a presença do Estado nos pontos mais longínquos dessa nossa vasta nação.

As condições de vida e de trabalho são quase sempre desafiadoras, sejam fronteiras, portos, aeroportos, interiores, capitais ou metrópoles. Cada



localidade tem suas peculiaridades e representam, muitas vezes, desafios pessoais e profissionais.

Para aqueles que ainda pensam no serviço público como um conjunto de pessoas presas à burocracia e ao corporativismo, cuja motivação encerra-se com a remuneração, é preciso lembrá-los que muitas histórias marcam o ingresso nos quadros da RFB: histórias de alegria, de aprendizado, de dificuldades, de superação, de dedicação e de amor.

E, são as pequenas histórias de cada um de nós somadas a tantas outras que ajudam a construir o sucesso da Receita ao longo de sua História. E nesse processo de somar esforços, sentimos um orgulho especial de fazer dessa grande casa que é a Receita Federal do Brasil.



## **Homenagem ao Valdemar (chefe do IRPJ) da DRF Limeira (SP)**

*Francisco Silva Ruiz*

*DRF Limeira/SP*

*Ingressou na RFB em 2003 como Auditor Fiscal da Previdência Social, em São João da Boa Vista/SP, sempre atuando na fiscalização externa. Com a criação da RFB, em 2007, foi para a DRF/Limeira/SP e desde janeiro de 2013 está em trabalho remoto para a Divisão de Auditoria de Procedimentos de Fiscalização - DIAFI da Coordenação Geral de Auditoria Interna - Audit, em dedicação exclusiva.*

Enfim, depois de tanta ansiedade e expectativa, em maio de 2007, foi criada a Receita Federal do Brasil – RFB e nós, Auditores-Fiscais da Previdência Social – AFPS, da Gerência Executiva em São João da Boa Vista – SP, tornamo-nos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil – AFRFB, lotados na Delegacia da Receita Federal em Limeira – SP.

Fomos recebidos com o maior respeito e consideração pela Administração à época: Serrano (Delegado) e Santino (Delegado Adjunto).

A recepção e o carinho não poderiam ter sido melhores. Inclusive, o Odilon, oriundo da previdência - que participou da equipe de transição - assumiu o cargo de Assistente do Delegado.



O chefe do Setor de Fiscalização era o Paulo, a equipe de IPI tinha como comandante o Couto, o Adílson era o responsável pelo Imposto de Renda Pessoa Física e o Jonas e a Ana Maria, os chefes das equipes previdenciárias.

O chefe da Equipe de Imposto de Renda Pessoa Jurídica era o Valdemar dos Santos. Havia perfeita harmonia entre as equipes, comandadas por colegas experientes e capacitados, o relacionamento pessoal era ótimo.

Obviamente que a mudança era drástica e o choque de cultura administrativa enorme, mas todos fomos recebidos com muita cordialidade. As similaridades rapidamente se mostraram bem maiores que as diferenças e tudo se ajeitou rapidamente.

Os obstáculos foram superados de maneira natural. O quadro de pessoal era excepcional, muitos com reconhecido conhecimento técnico, principalmente, claro, o Valdemar.

Mas o tempo foi passando e as mudanças acontecendo. Serrano já não era mais o Delegado. Santino se aposentou. Odilon deixou de ser Assistente. Na Fiscalização, o Paulo deixou a chefia. O Adílson e o Jonas seguem firmes nos seus cargos. Ah, sim, o Valdemar se aposentou (já estávamos em 2011). Durante esse período, outras mudanças importantes ocorreram na Fiscalização: a complexidade cada vez maior das atividades de fiscalização, a perda de colegas importantes com alto conhecimento técnico, a migração de colegas para outras áreas, o desinteresse pela Fiscalização, a falta de reposição de pessoal. O sentimento era de abandono, insegurança, impotência e desalento. Perdemos aquela perfeita harmonia.

Meados de 2012, o Serrano reassume o posto de delegado, nomeia como chefe do Sefis o Teixeira (ex-previdenciário), sangue novo, competente e dedicado, que demonstra rapidamente a capacidade de conciliador e motivador e, com o apoio do Jeziel, que respondia interinamente pelas chefias do Sefis e da



equipe de IRPJ, começam um trabalho de recuperação do ambiente de trabalho. Havia esperança no ar.

No entanto, ainda faltava algo mais, relacionado com a necessidade dos auditores de um suporte técnico qualificado, que desse maior segurança na execução dos trabalhos de fiscalização, que pudesse trazer de volta a motivação para as atividades de fiscalização (para muitos, a principal atividade do auditor-fiscal).

Eis que, em 10/10/2012 é publicada a Portaria RFB 1.431, para reverter à atividade, o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, Valdemar dos Santos.

Cabe destacar a iniciativa e convite feito pelo Serrano, que proporcionou o retorno do chefe da Equipe de Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Colega, grande profissional, pessoa simples no trato, jeito sereno de ser, objetivo na solução de problemas, capacidade impar de optar pelo melhor caminho, orientador, conselheiro, uma unanimidade, quiçá um dia será lembrado como o Mestre Valdemar!

Em poucos dias a volta da motivação dos auditores-fiscais era evidente, pairava no ar um clima de otimismo, alegria, uma sensação de resgate, porque não dizer, o retorno dos velhos e bons tempos.

Enfim, aquela harmonia voltou e continua até os dias de hoje. Tudo isso fica claro cada vez que vemos os colegas trocando ideias com o mestre - naquela mesma mesa de sempre - com a placa indicativa de chefe de Equipe – IRPJ.

Só nos resta desejar que Deus abençoe o Valdemar e o mantenha forte por muitos anos!



## Imposto Rural na era digital

*Gilberto de Paula*

*Derat São Paulo/SP*

*Analista tributário, ingressou na RFB em 20/06/2002 na Derat/São Paulo/SP, já trabalhou na equipe de Parcelamento e CAC CNPJ, atualmente trabalha no CAC Tatuapé, onde atende os contribuintes em diversos assuntos, com Certidão Negativa, Cobrança, Dívida Ativa e Parcelamento.*

É comum atendermos pessoas de diferentes tipos na Receita Federal, às vezes com expectativas que não poderemos satisfazer. Também aparecerem contribuintes com uma visão muito negativa do serviço público, achando que vão encontrar apenas burocracia e funcionários que trabalham mal. Já chegam criticando sem entender direito o que aconteceu. No entanto, às vezes, a pessoa se surpreende e sai com uma ideia diferente do serviço público, mesmo não tendo sua solicitação atendida. Isso foi o que aconteceu no início deste ano de 2014, conforme relatado a seguir.

Compareceu ao Atendimento da Receita Federal, na cidade de São Paulo, mais precisamente no CAC. Tatuapé, uma senhora que estava tentando resolver um problema que o seu pai, já idoso, tinha com uma propriedade rural no interior do Pará. Seu pai tinha várias fazendas, mas uma delas, segundo



declarou, estava cadastrada em duplicidade no Imposto Territorial Rural – ITR. Havia dois números de inscrição, em um deles estava sendo entregue a declaração anual. No outro, apresentava pendência de falta da entrega da declaração correspondente nos sistemas da Receita Federal. No entanto, tratava-se da mesma fazenda.

Para estes casos, a solução é abrir um processo administrativo, juntando toda a documentação que prove a duplicidade, assim essa segunda inscrição seria cancelada. Como ela e seu pai moram em São Paulo, abriram processo por aqui mesmo. Mas o processo teve que ser enviado para análise na Delegacia da Receita Federal mais próxima da área rural, a quem competia analisar o caso, e ficava num município do estado do Pará, que por sua vez ficava bem longe da propriedade, não sei precisar ao certo, mas devia ficar a uns 50 km de distância.

Após os cumprimentos, a contribuinte já começou reclamando, iniciando a conversa mais ou menos assim: “Abri o processo há mais de um ano e juntei os documentos necessários, mas vi que a pendência ainda continua. Isto está muito demorado: a pessoa não pode ficar esperando a vida toda. Meu pai já é bem velhinho, precisa haver respeito ao contribuinte que paga seus impostos etc...”. Neste meio tempo, enquanto ouvia suas reclamações, consegui consultar o sistema e verifiquei que a pendência continuava, sendo que aparentemente a contribuinte tinha razão de reclamar da demora por parte da Receita Federal em resolver a questão.

Na época eu tinha pouca familiaridade com o sistema e-processo, que havia sido completamente implantado há pouco tempo na DERAT. Assim, pedi o auxílio de um colega para esclarecer a questão, como ela havia procuração para representar o pai, acessamos o sistema processo e descobrimos que o pedido foi indeferido e o processo tinha sido dado como encerrado e enviado para o arquivo.

Nesta hora, a contribuinte ficou muito surpresa e irritada, dizendo como poderia ter acontecido uma coisa dessas? Se ela cumpriu tudo que foi pedido e



ainda por cima nem foi comunicada de uma decisão, como poderiam ter encerrado o caso assim? “É uma falta de consideração para com o cidadão que fica sujeito a erros da Administração!”. Achamos estranho, pois a contribuinte alegou não saber de nada e isso não costuma acontecer. Teria havido algum engano ou desleixo de quem analisou o processo?

O mistério foi esclarecido com os documentos do processo digital que mostravam que houve indeferimento do pedido em razão da documentação juntada ser insuficiente. Se soubesse dessa decisão a contribuinte poderia complementar e juntar o documento que faltava ao processo.

Acontece que o Aviso de Recebimento dos Correios – AR – tinha sido devolvido. Pela regra, o Correio tenta entregar a correspondência por três vezes. Se não consegue, a carta é devolvida. Quando isso ocorre, a Receita Federal procede à publicação de um edital. O contribuinte é considerado regularmente intimado e o caso é encerrado com o indeferimento do pedido, pois a documentação foi insuficiente.

Aqui já foi difícil explicar para a contribuinte que a Receita Federal tem sim previsão legal para fazer isso. Ela então passou a questionar o endereço para o qual foi enviada a correspondência. A rua estava correta, mas o número estava errado, o que aparentava mesmo ser erro de algum funcionário. O que nos salvou foi constar no e-processo o requerimento inicial digitalizado preenchido com o número errado, ou seja: a correspondência havia sido enviada para aquele endereço indicado no formulário. Diante dessas evidências não sobraram novos motivos para a contribuinte reclamar. Ela só não esclareceu se foi ela mesma que preencheu o requerimento. Achamos melhor não ficar insistindo sobre esse aspecto.

O fato é que ficou tudo esclarecido rapidamente com a ajuda dessa nova tecnologia da era digital: o e-processo, coisa impensável nos tempos dos processos em papel, que para ser visto seria necessário que se pedisse o





desarquivamento e que o contribuinte se deslocasse para o interior do Pará, pois para ter certeza do que ocorreu só vendo o processo mesmo. O inusitado é que a contribuinte estava com várias certezas, tinha uma postura de quem acredita que o serviço público é muito moroso e comete muitos erros. Infelizmente temos situações em que isso ocorre, mas neste processo de Imposto Rural não foi o que aconteceu. Houve sim uma decisão desfavorável ao contribuinte, mas dentro das normas da Receita Federal, havendo também a tentativa de avisar a contribuinte, sem morosidade nem enganos por parte dos funcionários que analisaram o caso.

Finalmente a contribuinte, na verdade filha do proprietário rural, saiu esclarecida e conformada com as circunstâncias. Reconheceu que não houve erro no seu caso e disse que iria fazer novo pedido para resolver de vez a questão.



## Miscelâneas – Histórias de atendimentos na RFB

*Magali Maria Fernandes Nicolau*

*DRF Santarém/Pará*

*Analista tributário da RFB, ingressou em 1987. Funções ocupadas: chefe de tributação; de Sapol; do CAC e também Delegada Substituta da DRF/Santarém. Atualmente presta serviço em regime de exclusividade pra a SRRF02, participando do Grupo Especial de Trabalho, para contratação de obras de engenharia.*

### **Pagamento do ITR**

Em 1990 a competência para tributar, arrecadar e fiscalizar o ITR foi transferida do Incra para a Receita Federal. A partir dessa data, a Receita Federal, como não dispunha de nenhuma base de lançamento para o ITR — passou a utilizar-se do mesmo cadastro que o Incra vinha utilizando até então. Foi promovido um cadastramento fiscal dos imóveis rurais e dos respectivos contribuintes do tributo, com base na Lei nº 8.022, de 12 de abril de 1990.

Eu era chefe do CAC neste período. Fazíamos o atendimento normal, quando notei que uma atendente estava com problemas com um contribuinte que estava bastante nervoso. Aproximei-me para saber o que estava ocorrendo. Ela atendia um senhor que aparentava ter mais ou menos uns 65 anos, roupas bastante modestas, e por estarmos no período de entrega da declaração de ITR, logo deduzir tratar-se de um morador de comunidade rural.



Sua atitude não era agressiva, mas ele estava muito nervoso. Perguntei a ele qual era o problema e ele me disse: Doutora, disseram que eu tenho que pagar um imposto do meu sítio, e que eu tinha que vir aqui na Receita para preencher um formulário e pagar o imposto para não perder o sítio. Ela (apontou para a atendente) preencheu o papel e me deu para pagar. Ela disse que não paga aqui, mas eu trouxe o dinheiro que eu economizei por toda a minha vida, pois eu sabia que um dia eu poderia precisar. Então eu queria que a senhora recebesse o pagamento, pois eu tenho que voltar para casa. O dinheiro está aqui, e apontou para a mesa. Neste momento eu prestei atenção no dinheiro: sobre a mesa estavam espalhadas cédulas de várias moedas! Logicamente a maioria não poderia mais ser utilizada, pois não estava mais em vigor.

Para contar esta história fiz uma pesquisa sobre as moedas que o Brasil já teve. Desde a Independência, em 1822, o Brasil teve nove moedas: Século 19 - Moeda: Réis; Anos 40 - Cruzeiro; Anos 60 - Cruzeiro Novo; Anos 70 - Cruzeiro; Anos 80 - Moeda: Cruzado - ; Anos 80 - Moeda: Cruzado Novo; Anos 90 - Moeda: Cruzeiro; Anos 90 - Moeda: Cruzeiro Real e Real.

Na busca de amenizar os problemas causados pela perda do valor das moedas, o governo recorria à criação de novas moedas de valor superior. Este procedimento resultava em enormes transtornos para a população, que por períodos tinha que se valer de tabelas de conversão. Imagina para um morador rural, com pouco acesso à informação, receber a notícia e entender que a economia de uma vida toda não valia mais.

No atendimento temos que lidar com muito estresse, e criamos barreiras para nos pouparmos, mas este caso nos sensibilizou demais!



## **Mercadoria apreendida**

Por falar em sensibilidade, lembrei-me de outro episódio.

A Delegacia da Receita Federal de Santarém, por estar localizada próxima da fronteira da Zona Franca de Manaus (área isenta de imposto de importação e com tributação especial de IPI), exige uma fiscalização especial constante. Neste sentido a DRF/SAN realizava uma operação voltada para fiscalizar a regularidade de motores de popa, muito utilizado na região, pois as estradas aqui são os rios. A operação foi realizada no Rio Tapajós, e eram abordadas pessoas que navegavam nas pequenas embarcações, que a população local chama de “voadeiras”, pois comparadas com a velocidade das canoas à vela as embarcações “voavam”.

Quando as embarcações abordadas eram movidas a motores de popa, verificava-se a sua origem. Tratando-se de motores importados, eles eram apreendidos. Posteriormente os proprietários se dirigiam à DRF para apresentar os documentos comprobatórios da regularidade da importação.

Se correta a documentação, o equipamento era devolvido; senão, era lavrado o Auto de Infração propondo o perdimento do motor.

Na época eu trabalhava na Seção de Tributação (ainda não existiam as Delegacias de Julgamento), e nós fazíamos o julgamento de processos de mercadorias apreendidas.

Então entra na sala um fiscal acompanhado de um contribuinte. O fiscal queria saber se já estava julgado o processo de pena de perdimento do motor de popa do contribuinte. Eu me informei sobre o caso e dei uma olhada no processo. Como não havia documento que comprovasse a saída regular da Zona Franca, disse que o perdimento seria mantido.

O fiscal perguntou se não havia como alterar o julgamento. Fiquei desconfortável e estranhei o questionamento, pois o conhecia e sabia que era um



servidor sério e de excelente caráter. Expliquei que como ele deveria saber quando fez o Auto de Infração, não tinha como ser dado uma outra decisão para o processo.

O contribuinte saiu cabisbaixo e o auditor o acompanhou. No dia seguinte encontrei com o fiscal no corredor e disse a ele que não tinha entendido a sua atitude. Então ele me relatou a situação: disse que o contribuinte informou que o motor de popa tinha sido adquirido por parentes que residiam em Manaus, e que foi a maneira que eles encontraram de ajudá-lo a sustentar a sua família, pois ele era vendedor ambulante: comprava mercadorias no mercado de Santarém e vendia para os ribeirinhos, às margens do Rio Tapajós.

Disse que o motor de popa o ajudava a chegar mais rápido e ir mais longe para atendê-los. Informou que era o seu ganha pão, e que não sabia como iria sustentar sua família sem ele.

Eu também fiquei triste, pois apesar de saber que o contribuinte estava irregular, entendia a sua situação, pois conheço as dificuldades das populações ribeirinhas, que possuem poucas opções de trabalho: ou a pesca, ou o extrativismo. Expliquei que apesar de entender, eu não teria como liberar o motor, por falta de base legal.

Daí ele fez uma revelação surpreendente: tinha comprado um outro motor de popa para o contribuinte. Disse que não poderia dormir em paz sabendo que por causa de um ato seu uma família passaria necessidades. Às vezes, no nosso dia a dia nos deparamos com os dois lados do mesmo caso: a legalidade do ato e os seus efeitos na vida das pessoas. E me surpreendi positivamente com a atitude do colega, que demonstrou uma enorme sensibilidade, cada vez mais difícil de ser vista.



### **Suborno inusitado**

Por fim, para mostrar as situações inusitadas com que nos deparamos no nosso dia a dia, relato um episódio vivido na Base Candiru, base de fiscalização flutuante localizada perto da cidade de Óbidos, no Estado do Pará.

Neste dia, eu era a única servidora da Receita no local, e fiscalizava uma embarcação vinda de Manaus, contando somente com o apoio da Polícia Federal. Vistoriávamos tanto a carga como a bagagem dos passageiros, para verificar a existência de mercadorias estrangeiras e a sua regularidade na saída da Zona Franca de Manaus.

Já estava saindo da embarcação, quando olhei para um rapaz e achei que ele estava com cara de culpado. Pedi que abrisse a sua bagagem e me deparei com a sacola cheia de DVD's piratas.

Então pedi que me acompanhasse para que eu lavrasse o Termo de Retenção de Mercadoria. Nos dirigimos à sala ocupada pela Receita Federal. Éramos somente nós dois na sala. Ele então se aproximou de mim e disse: "Estamos só nós dois, então vamos fazer o seguinte: metade dos DVD's fica para senhora e metade para mim. Assim eu não perco tudo e a senhora também ganha". Eu lhe passei uma descompostura e ameacei denunciá-lo à Polícia Federal. Mandei que assinasse o Termo de Retenção e o liberei, para que voltasse para a embarcação e prosseguisse viagem.

Depois que ele saiu me pus a rir: tinha acabado de recusar o suborno de uns 100 DVD's piratas pornô da pior espécie, pelo que demonstravam suas capas, que visualizei quando efetuava a contagem. Pode?

E foi assim durante uma semana. Tudo funcionava bem até as 18h30.

Tanto reclamei, insisti e incomodei que convenci os envolvidos a monitorarem o funcionamento da rede no horário em que o problema se



manifestava. E foi assim que descobriram que pontualmente às 18h30 um vigilante de alguma empresa na cidade de Marechal Cândido Rondon, distante 100 km de Cascavel, desligava uma chave geral que fazia com que o nosso circuito se desconectasse. Não pergunte como isso era possível, mas era assim que as coisas eram.

Problema detectado, solução aplicada. E no dia seguinte, Azelir vem me procurar com seu largo e contagiante sorriso. Estava profundamente feliz porque o trabalho transcorrera sem sobressaltos. Mesmo não sendo necessário, ficara trabalhando até muito tarde para recuperar o tempo desperdiçado.

Depois de algum tempo emitiu um suspiro aliviado e falou: “- Ainda bem que não era culpa minha.” Bem sabíamos que nunca fora, mas precisamos nos esforçar para convencê-la disso.

Algum tempo depois Azelir nos deixou. Tomou um expresso para o andar superior da existência humana. Deixou saudades de sua alegria sincera e a lembrança de quão efêmeras podem ser nossas preocupações diárias.



## O fato gerador e a obrigação tributária

*Cleiton Alves dos Santos João Simões*

*ALF Porto de Santos/SP*

*Inspetor-chefe da Alfândega do Porto de Santos. Ingressou na RFB em 06/02/1996, desempenhou atividades em Santos e São Francisco do Sul, nas atividades de importação, exportação, procedimentos especiais, logística e licitações, infra estrutura aduaneira, além de ficar responsável pelo recebimento de delegações internacionais em visita à Unidade e, ainda, da equipe de oficiais dos Estados Unidos, do programa Container Security initiative, que possuem base em Santos.*

A história narrada aqui, já aconteceu, está acontecendo ou ainda irá acontecer em sua unidade ou em alguma bem próxima a você, afinal, sempre conhecemos um caso local semelhante ao ocorrido a seguir.

Ele era um FATO GERADOR que já estava há algum tempo naquela REPARTIÇÃO. Tinha ASPECTO TEMPORAL de meia idade, embora ainda faltassem vários anos até poder solicitar a tão justa DECADÊNCIA.

Veza ou outra, ao ir de um setor para outro, cruzava com uma OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA muito bela, que lhe chamava a atenção. Seu nível de TAXA SELIC aumentava cada vez que a via.

Seu pensamento ia mais longe do que prazo para pagar parcelamento de REFIS. Imaginava os dois juntos, de mãos dadas, em um PROCESSO que fluísse perfeitamente.





Ela, por sua vez, era nova por ali. Acabara de chegar. Ainda não conhecia o CÓDIGO TRIBUTÁRIO local. Era recatada e não deixava seus TRIBUTOS a mostra. Seus chefes viviam dizendo que desde sua chegada ela fora uma grande CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA para o Ministério.

O FATO GERADOR não sabia o que fazer, pois há um ano deixara de ser SIMPLES. A situação o amargurava. Suspirava todos os dias, lembrando da OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. Aí, sua consciência dizia: “FATO GERADOR, você é ISENTO! O que você está querendo não é correto!”.

Mas eis que a vida lhe deu uma forcinha: encontraram-se os dois, sem querer, em uma RM de COMPROT e aí, enquanto esperavam que alguém recebesse a RM, conversaram por bastante tempo e, a partir daquele momento, com tantas afinidades comuns, ela acabou virando OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA ACESSÓRIA dele.

Tentavam passar a maior parte do tempo juntos. Um dia resolveu que era hora de REGULARIZAR SUA SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA e abriu mão da ISENÇÃO. Correu até sua amada, que passou à condição de OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL.

Chamaram, até, um REPRESENTANTE LEGAL para acertar os papéis e tudo mais. Chegaram a tirar a CND, para provar sua nova situação.

Nove meses depois, foram coroados com gêmeos, fruto de seu amor: CRÉDITO TRIBUTÁRIO e REPRESENTAÇÃO FISCAL. Um casal de AFRFB assinou como padrinho.

Obviamente, como acontece com todos nós, a vida deles não foi somente um mar de rosas. Como em todo PROCESSO que se preze, houve várias IMPUGNAÇÕES, RECURSOS, DESPACHOS DECISÓRIOS durante sua vida a dois. Mas a vida é efêmera e só temos uma certeza. Para tristeza de muitos da UNIDADE, um dia ambos foram EXTINTOS.



Após a cerimônia de DIGITALIZAÇÃO, tiveram sua última MOVIMENTAÇÃO para poder descansar eternamente no ARQUIVO PROVISÓRIO do E-PROCESSO.



## Operação pelado

*Marcos da Rosa Riella*

*ARF Canela/RS*

*Funcionário do Serpro na ARF/Cachoeira do Sul/RS, de 08/08/1984 até abril de 1991; na carreira ARF desde então, exerceu chefia da arrecadação na IRF/Chuí/RS de 1991 até 1996; chefe da ARF/Canelas/RS de 1996 até 2009. Atualmente trabalha com o atendimento ao contribuinte na ARF/Canela/RS.*

Lá na Inspetoria do Chuí, pelos idos de 93 ou 94, no século passado, foi montada uma operação volante na fronteira. Era composta por duas viaturas da Receita Federal, uma da Polícia Federal, uma da Polícia Militar, uma do Ibama e uma da Polícia Civil. Seis viaturas andando em conjunto pelas estradas vicinais da região. Dentro de cada viatura, pelo menos quatro funcionários.

Uma noite, em torno de uma e trinta da madrugada, seguia o comboio por uma estrada vicinal quando encontrou estacionado na estrada um Monza que foi imediatamente cercado com viaturas parando na frente, atrás e ao lado do mesmo. Todos os policiais saltam das viaturas com armas nas mãos, a Polícia Federal, a Brigada Militar e a Polícia Civil, numa operação cinematográfica e imediatamente abrem a porta do carro, apontando as armas e lanternas para dentro esperando encontrar contrabando ou drogas.



Para a surpresa de todos, dentro do carro estava um casal, completamente nus, pelados como vieram ao mundo, comendo um “x burger”, e com uma cara de espanto. Para piorar a situação, o casal estava pulando a cerca e era conhecido de todos da operação. A situação ficou muito constrangedora, e baixou um silêncio sepulcral, só quebrado por um colega da Receita que deu boa noite, pediu desculpas e fechou a porta do carro lentamente.

Todos os presentes entraram em suas viaturas e tiveram um ataque de riso geral, pois o casal do Monza passava todos os dias pela Aduana.



## Os selos voadores: uma situação inusitada de trabalho

*Kátia Regina Gomes Gatti*

*DRF Sorocaba/SP*

*Ingressou na RFB em julho de 1999 no Serviço de Fiscalização da DRF Rio Grande /RS. Desde março de 2002 está lotada na DRFna DRF Sorocaba/SP, iniciou no grupo de ações judiciais, foi chefe da ARF em Itú entre 2010 e 2012, e atualmente trabalha na Sapac e Eqmac. Formação: administração de empresas, direito e especialização em gestão empresarial.*

Meu nome é Katia, sou natural de Itu, município localizado no interior de São Paulo, onde residi com meus pais até julho de 1999. Após um ano estudando dedicadamente para o concurso de Auditor-Fiscal da Receita Federal, realizado em 1998, com muita alegria recebi a notícia da tão sonhada aprovação na primeira etapa do processo seletivo.

Em março de 1999, fui a Porto Alegre para participar do curso de formação, que durou aproximadamente três meses. Foi uma experiência única: a organização, o aprendizado, o acolhimento dos servidores da Escola de Administração Fazendária - ESAF e dos professores, e, principalmente, a oportunidade de conhecer novos colegas, vindos de todas as regiões do Brasil. Convivíamos diariamente com os diferentes sotaques e formas de expressão. Os gaúchos utilizam muito o pronome da segunda pessoa “tu”.



Lembro-me de um diálogo com um colega:

- Tu és de qual estado? - perguntou-me.

- De São Paulo - respondi-lhe.

- Sou do Rio Grande do Sul... São Leopoldo.

- Itu - eu lhe disse, referindo-me à minha cidade natal.

Então ele disse:

- Sou gaúcho, de São Leopoldo, acabei de te dizer!

Percebi que ele havia entendido “E tu?” e não “Itu”.

Então complementei:

- Sou de Itu, cidade do interior de São Paulo.

- Ah, entendi!

Tomei posse no cargo no dia 15 de julho de 1999, e fui localizada no Serviço de Fiscalização da então Delegacia da Receita Federal em Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Estava radiante de alegria e emoção devido à aprovação no concurso e fiquei ainda mais feliz quando fui convidada para ser presidenta da comissão de destruição de selos de controle. Apesar de ter ingressado recentemente na Receita Federal, de nunca ter participado de uma comissão com esta finalidade e de desconhecer os procedimentos, aceitei o convite.

Residia sozinha em Rio Grande, pois minha família ficara em Itu. Tive muita sorte, pois aluguei um simpático apartamento no centro da cidade, próximo ao local de trabalho. Na época, não tinha linha de telefone fixo e utilizava um aparelho celular. Os telefonemas eram feitos raramente, pois o custo da ligação para o interior de São Paulo era alto. Mas esta notícia merecia



ser divulgada. Liguei para meus familiares e lhes contei sobre a designação para participar da comissão. Todos ficaram muito felizes.

Não me recordo exatamente das datas dos fatos, mas verificando a legislação sobre selos da época, consta que, em 05 de novembro de 1998, foi publicada a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 128, de 04 de novembro de 1998, que dispôs sobre os novos modelos de selos de controle, em face da previsão de que, a partir de 1º de março de 1999, os selos de controle a que estavam sujeitos os cigarros, as bebidas alcoólicas e os relógios obedeceriam a novos modelos, e que, os selos tornados inadequados para consumo em decorrência da substituição pelos novos modelos, deveriam ser devolvidos à unidade da SRF da jurisdição do usuário, até o dia 15 de março de 1999.

O artigo 5º da referida Instrução Normativa previa que os selos em desuso recebidos em devolução e os saldos remanescentes destes selos, existentes nas unidades da SRF, deveriam ser incinerados, nos termos das normas que disciplinam o assunto.

Foi então constituída a comissão, por meio de uma portaria do delegado. Li atentamente as páginas do processo no qual havia sido autorizada a destruição dos selos e a norma regulamentadora, conversei com colegas que já haviam participado de comissões anteriores, de modo a estar bem preparada para realizar corretamente os procedimentos.

No dia agendado, após as verificações e conferências necessárias, os selos em desuso foram colocados na caçamba da caminhonete que nos levaria ao local. Foi a primeira vez que andei de viatura oficial. O meu saudoso chefe alertou-me para que eu cuidasse para que nada fosse extraviado.

Rio Grande é um município localizado a 310 quilômetros de Porto Alegre, no sul do Rio Grande do Sul, entre a Lagoa Mirim, a Lagoa dos Patos e o oceano Atlântico, uma região em que venta bastante. Apesar de os selos terem



sido devidamente amarrados e acondicionados, no percurso entre a DRF e o local da destruição, de aproximadamente 3 quilômetros, eu não tirava os olhos da caçamba da caminhonete, atenta para que nada se extraviasse ou fosse levado pelo vento.

Chegando no local, que pertencia a um hospital da cidade, levamos os selos até a sala onde seriam destruídos. Era um recinto rústico, com pouca claridade, nada agradável aos olhos e nem confortável para se estar. No canto da sala, estava o forno, também utilizado para incineração de lixo hospitalar.

Eu acompanhava com bastante atenção a incineração, até que, em um certo momento, um senhor entrou no recinto segurando uma folha na mão e disse que a encontrara no cemitério que ficava ao lado, onde ele trabalhava. Disse que viu a folha saindo pela chaminé do forno. Para minha surpresa, era uma das cartelas de selos! A folha havia sido levantada pela fumaça e saiu pela chaminé! E agora?

Solicitei aos demais colegas integrantes da comissão que me acompanhassem até o cemitério, onde, com muito cuidado, iniciamos uma busca para verificar se havia mais cartelas voadoras perdidas. Finalizadas as buscas e incinerados todos os selos, retornamos à Delegacia. Realizados os procedimentos, elaborados os relatórios e planilhas, conforme previsto na Norma de Execução - CSF n.º 002, de 11 de janeiro de 1984, que dispõe sobre as normas de administração do selo de controle pelas projeções do Sistema de Fiscalização, o processo foi devidamente instruído e encaminhado à Superintendência Regional da Receita Federal, que fica em Porto Alegre. Passado um tempo, o meu chefe recebeu um memorando expedido pela Divisão da SRRF responsável pela administração dos selos de controle, contendo uma cópia dos autos deste processo, com a sugestão de que fosse utilizado como um modelo a ser adotado nos procedimentos de destruição de selos de controle nas unidades da Receita Federal da 10ª Região Fiscal.





Todas as tarefas para as quais somos designados devem ser recebidas com alegria e realizadas com zelo, responsabilidade e dedicação e nos sentiremos satisfeitos por termos desempenhado bem o nosso trabalho no final do dia.

Aproveito a oportunidade e parablenizo a RFB por esta iniciativa que objetiva coletar registros de experiências vividas pelos servidores.



## Síndrome do computador

*Lauro Fábio Alves Cardozo*

*Aposentado*

*Inativo. Ingressou na RFB em 05/08/1981, fiscalização IRPJ, IPI, chefe tributação DRF Salvador, chefe ARF em Santa Maria da Vitória, Delegado Vitória da Conquista, chefe Inspetoria em Porto Seguro, Análise Processos Restituição/Compensação e Plantonista. Aposentou em 21/05/2014.*

Num determinado dia de expediente normal na Delegacia da Receita Federal em Vitória da Conquista, eis que bate à porta do gabinete (naquela data eu era o Delegado) um senhor com uma reclamação de inscrição no CPF em duplicidade.

A secretária apurou os fatos e verificou que o contribuinte já tinha passado, pelo atendimento, pelo chefe de atendimento, chefe da SATEC e o problema não fora solucionado.

Pensei: que problema é este que os servidores, de competência incontestável, não conseguiram resolver?

Permiti que o contribuinte adentrasse o gabinete.

Perguntei: qual o seu problema com a Receita Federal?



- Dr., tire meu nome do computador.

- Tira seu nome do computador? Como assim?

- É que tenho dois números de CPF.

Solicitei que entregasse os documentos que estavam em seu poder. Depois de uma análise constatei que a duplicidade (naquela época acontecia inscrições em duplicidade) tinha ocorrido. Mas uma das inscrições encontrava-se cancelada. Os procedimentos do atendimento estavam exatos.

Então expliquei:

- Tudo já foi resolvido, o senhor não tem registro duplicado. Pode ficar tranquilo.

- Tá bom Dr., que bom! Mas tire o meu nome do computador.

Espantei. Fizera todos os esclarecimentos e argumentos para tranquilizá-lo de que o problema tinha sido resolvido.

Mas, mesmo assim, com toda paciência, repeti todos os esclarecimentos e falei:

- Pronto, o Sr. pode ficar tranquilo que o seu cadastro no CPF está perfeito, o Sr. só tem um número de CPF. Está tudo certo.

- Tá bom Dr., que bom! Mas, Dr. tire meu nome do computador.

Não era uma pessoa normal. Pedi que fosse embora, que o atendimento a ele tinha acabado e resolvido, ou seja, tinha sido conclusivo.

E ele respondeu:

Tá bom Dr., que bom! Mas, Dr. tire meu nome do computador. E não saio daqui enquanto o Dr. não tirar meu nome do computador.

Disse-lhe, mais uma vez, que não tínhamos mais nada a fazer, que fosse



para casa.

- Tá bom Dr., que bom! Mas...

Não permiti que terminasse. Naquele momento já estava com a segurança no Gabinete e solicitei que o conduzisse até a saída.

Ficou nervoso e alterado, mas, sem violência, foi conduzido até a saída. Mais ou menos duas horas depois recebi uma ligação do Delegado de Polícia relatando que compareceu na Delegacia de Polícia um senhor fazendo queixa contra a Delegacia da Receita Federal e que após o registro da queixa determinou ao cidadão que apuraria os fatos e que poderia ir embora.

- Tá bom Dr. delegado, que bom! Mas Dr., tire meu nome do livro.

Fazer o quê?

No serviço público nos deparamos com todo tipo de situação. O importante é sempre atender o cidadão/contribuinte da melhor forma possível.



## Um gesto de solidariedade

*Demétrius de Moura Soares*

*DRF Ponta Grossa/PR*

*Ingressou no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em janeiro de 1998. Chefe da Agência da Previdência Social em Ponta Grossa de março de 2005 a abril de 2007. Desligamento do INSS e ingresso na RFB em maio de 2007. Assistente do Gabinete da DRF/Ponta Grossa de maio de 2007 a setembro de 2008. Chefe da Seção de Orientação e Análise Tributária-Saort da DRF/Ponta Grossa de setembro de 2008 a dezembro de 2010. Delegado Adjunto da DRF/Ponta Grossa desde dezembro de 2010.*

Vinte e cinco de agosto de 2014. Às 8:30 de uma manhã nublada, dois caminhões repletos de cigarros, escoltados por uma caminhonete, deixaram o estacionamento do depósito de mercadorias apreendidas (DMA) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ponta Grossa. O comboio seguia para Foz do Iguaçu, município distante 550 quilômetros de Ponta Grossa, onde a mercadoria seria destruída. Faziam a escolta o servidor Alcides Pestana, responsável pelo DMA, e Giovanni Munsberg, da Seção de Administração Aduaneira (Saana).

Um dos caminhões seguia conduzido por motorista de empresa terceirizada. O outro, um caminhão, apreendido em operação da Polícia Federal, era guiado pelo experiente motorista oficial Ezequiel Palandrani.



A viagem transcorria normalmente. Contudo, por volta das onze horas, quando o comboio, que já havia percorrido 160 quilômetros, passou pelo posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Guará, distrito de Guarapuava, um caminhão, de súbito, parou. Ezequiel tentou dar partida no caminhão algumas vezes, mas logo percebeu que não estava diante de um problema de simples solução.

O motorista oficial, então, decidiu contatar a concessionária responsável pela manutenção daquele trecho de rodovia, e solicitou o reboque do caminhão, por medida de segurança, para o pátio da Polícia Rodoviária Federal, distante 150 metros do local do infortúnio.

Ezequiel suspeitou que houvesse sido bloqueado por um sistema de rastreamento via satélite, pois já havia percebido que o caminhão possuía um dispositivo com teclado instalado no painel frontal. Assim, utilizando o telefone fixo do posto da PRF, pois celular não funcionava naquela região, Ezequiel contatou o analista-tributário Douglas Portela, integrante da Equipe de Repressão Aduaneira da DRF/Ponta Grossa, para informar-lhe do ocorrido, e pediu-lhe que acionasse a empresa responsável pelo rastreamento do caminhão. Douglas atendeu prontamente e foi informado de que a DRF/Ponta Grossa deveria remeter um ofício, via e-mail, para determinado endereço eletrônico, formalizando o pedido do desbloqueio.

Em torno das quinze horas, antevendo que o restabelecimento do veículo tardaria demasiadamente e que o avanço do comboio seria inviabilizado, Alcides solicitou que Ezequiel permanecesse no posto da PRF diligenciando pelo funcionamento do caminhão e advertiu que o prosseguimento para Foz do Iguaçu somente deveria ocorrer acompanhado de escolta, que deveria ser requerida à Delegacia de Polícia Federal de Guarapuava. Assim, prosseguiram o deslocamento, escoltado por Alcides e Giovanni, que seguiam na caminhonete.



Pouco depois, com o relógio já registrando dezesseis horas, Douglas Portela e o chefe da Seção de Programação e Logística (SAPOL) Gilberto Henrique de Mello adentraram a sala do Delegado Adjunto Demetrius Soares, que estava respondendo pelo expediente da DRF/Ponta Grossa, cientificaram-no do problema e solicitaram-lhe que assinasse o ofício que deveria ser enviado para a empresa responsável pelo rastreamento do caminhão. Demetrius, então, preocupado com as circunstâncias, telefonou para o posto da PRF do distrito de Guará e conversou com Ezequiel:

- Ezequiel, boa tarde. Tudo bem? Já me contaram sobre a sua aventura...

- Pois é, Demetrius. Tá braba a coisa.

- Fique tranquilo, Ezequiel. Já assinei um ofício, que estamos enviando para a empresa responsável pelo bloqueio do caminhão, e espero que o problema logo seja resolvido.

- Que ótimo. Mas Demetrius, o comboio seguiu para Foz e, então, vou precisar de uma escolta para seguir viagem...

- Tudo bem, Ezequiel. Entrarei em contato com a Polícia Federal em Guarapuava e tentarei conseguir uma escolta para amanhã cedo, está bem?

- Maravilha.

- Ezequiel, conte para mim: Onde você pretende pernoitar?

- Olha, Demetrius, não quero deixar a carga aqui e ir para um hotel, não. Eu vou dormir no caminhão mesmo.

- Tudo bem, Ezequiel. Mas você tem cobertor e travesseiro?

- Tem um cobertorzinho aqui na boleia. Está tudo bem.

- Então você não está precisando de nada?

- Olha, Demetrius, vou ser sincero. Como eu não me sinto seguro em



largar o caminhão aqui, e como não tem restaurante aqui por perto, não comi nada ainda, desde o café da manhã...

- Ezequiel, fique tranquilo. Vou tentar fazer chegar comida aí para você, está bem?

-Agradeço, Demetrius. Agradeço.

Pouco depois, o obstinado Ezequiel, por meio do aparelho telefônico do Posto da PRF, recebia orientações de um atendente da empresa responsável pelo rastreamento do caminhão. O motorista digitava códigos na central localizada no painel do caminhão, descia do veículo, desligava as baterias por alguns minutos, religava as baterias, retornava para a cabine e tentava novamente dar partida no veículo. Assim procedeu inúmeras e incansáveis vezes, porém sem sucesso.

Iniciava o anoitecer, predizendo uma iminente chuva torrencial, quando, subitamente, o motor do caminhão soou com vigor, anunciando que o contratempo chegava ao fim.

Enquanto isso, o Delegado Adjunto contatava o Delegado de Polícia Federal de Guarapuava, Dr. Maurício Todeschini, que prontamente disponibilizou uma escolta, que seria conduzida por dois agentes, para acompanhar Ezequiel até Foz do Iguaçu na manhã seguinte.

A esta altura o leitor deve estar indagando: mas qual seria a situação inusitada que mereceria espaço nesta 5ª Edição do concurso Histórias de Trabalho? Afinal de contas, o servidor da Receita Federal do Brasil, no seu labor diário, está bastante sujeito a dificuldades como a aqui relatada. Os desafios são, por assim dizer, inerentes à sua própria atividade.

Ocorre, paciente leitor, que o protagonista desta história não é o servidor Ezequiel Palandrini.





Aliás, a personagem principal desta prosa sequer pertence aos quadros da Receita Federal do Brasil.

Vamos a ela.

Ezequiel, por volta das nove horas da noite, tendo comido apenas uma maçã desde o seu desjejum, recolheu-se, resignado, à cabine do caminhão, onde dormiria até a manhã do dia seguinte. Como o trajeto para Foz do Iguaçu ocorreria com escolta da Polícia Federal, o motorista oficial sentir-se-ia, então, seguro para estacionar o caminhão em alguma parada e fazer a ansiada refeição.

Pouco depois de se deitar (a forte chuva que se abateu sobre Guarapuava já havia se convertido em fina e fria garoa), Ezequiel escutou uma voz feminina que o chamava:

- EZEQUIEL...

Ezequiel aguardou alguns instantes para certificar-se de que realmente alguém o chamava naquele Posto da PRF, em plena noite, a cerca de vinte quilômetros da cidade.

- EZEQUIEL...

Ezequiel, então, abriu a porta da cabine e, surpreso, avistou uma mulher e um rapaz que gentilmente traziam-lhe duas marmitas, dois refrigerantes e duas garrafas com água.

Aquelas duas generosas pessoas que ali se encontravam eram familiares de Adriano Pereira Subirá, auditor-fiscal residente no município de Guarapuava.

Ocorre que Demetrius, o Delegado Adjunto, quando se comprometeu a diligenciar para que algum alimento fosse entregue a Ezequiel, imediatamente pensou em invocar a prontidão e o altruísmo marcantes de Adriano. Porém, ao



telefonar para a residência do auditor-fiscal, já por volta das dezoito horas, Demetrius foi informado por Guilherme, filho de Adriano:

- Senhor Demetrius, o pai não está em casa. O Senhor quer falar com a minha mãe?

Demetrius, imaginando que Adriano estivesse em Guarapuava, e tencionando obter o número do seu celular, respondeu:

- Sim. Obrigado, Guilherme.

Daniela Subirá, esposa do auditor Adriano, dirigiu-se ao telefone e, após os cumprimentos, escutou atentamente o relato do Delegado Adjunto:

- Daniela, hoje pela manhã, um comboio saiu de Ponta Grossa com destino a Foz do Iguaçu, transportando uma carga de cigarros para destruição. Acontece que, quando passaram pelo Posto da Polícia Rodoviária Federal do distrito de Guará, um dos caminhões parou, aparentemente devido a um bloqueio pelo sistema de rastreamento. O comboio seguiu para Foz, mas esse caminhão está parado no posto da Polícia Rodoviária Federal aguardando o desbloqueio. Ocorre que o motorista, Ezequiel, está sem se alimentar desde a manhã de hoje e eu gostaria de perguntar ao Adriano se ele poderia levar uma refeição para o Ezequiel...

Daniela interrompeu gentilmente o Delegado Adjunto:

- Demetrius, o Adriano não está em Guarapuava. Ele está em Curitiba, participando de um treinamento...

Ouvindo essas palavras, o Delegado Adjunto imediatamente pôs-se a pensar em um plano alternativo, quando, surpreso, foi interrompido em sua breve reflexão:

... Mas eu vou levar a refeição para o motorista de vocês. Ninguém pode ficar, assim, tanto tempo sem se alimentar, não... Imagina!



Demetrius ainda procurou certificar-se do que escutara:

- Puxa! Você poderia, então, fazer isso por nós?

- Claro! Respondeu convictamente Daniela.

- E você entendeu bem onde está o nosso caminhão? Indagou, ainda, o Delegado Adjunto.

- Sim, no posto da Polícia Rodoviária Federal de Guará, certo?

- Isso mesmo. Respondeu o agradecido e admirado Demetrius.

A esposa do auditor Adriano realmente se propusera a deixar o aconchego do seu lar, em plena noite, sob a forte chuva que caía sobre a cidade, possivelmente postergando afazeres para os quais já havia se programado, para ir ao socorro do motorista oficial da DRF/Ponta Grossa.

Pouco depois, Daniela e seu irmão enfrentavam vinte quilômetros de um arriscado trecho em pista simples da rodovia BR 277, sob intensa chuva. Chegando ao Posto da Polícia Rodoviária Federal do distrito de Guará, com duas marmitas contendo arroz, feijão, macarrão, um delicioso frango assado, salada com alface e tomate, além de duas latas de refrigerante e duas garrafas com água, eles demonstraram, com singeleza, admirável espírito de solidariedade e amor ao próximo.

Que o belo exemplo brindado por essas duas bondosas almas fique indelevelmente gravado em nossos corações.



## Uma oração que chegou ao céu

*Nelito de Jesus Ramos Campos*

*DRF Campinas/SP*

*Contador, advogado, professor, chefe do Seort/prev, ativo desde 12/07/1993, fiscalizou empresas, especialmente entidades de assistência social.*

Dona Léia, uma senhora idosa com 94 anos, segurada do INSS, aposentada. A voz trêmula, preocupada em receber a restituição de umas contribuições previdenciárias a maior que havia feito há mais de oito anos.

Seu processo já durava mais de cinco anos na situação "em análise". Segundo ela, há cada três meses comparecia na agência do INSS, e, com a unificação, no CAC da Receita Federal, sempre recebendo a mesma resposta: "o processo da senhora está em análise".

Com toda paciência e já cansada da mesma resposta, Dona Léia pediu para o atendente se podia passar o telefone do funcionário que estava analisando o processo dela há tanto tempo, pra ver se havia alguma providência que pudesse ser adotada.



O funcionário, óbvio, não podia passar o telefone, mas indicou que o processo estaria sob análise no Seort – Serviço de Orientação Tributária. Gentilmente, ele ligou em nosso setor e, ao atendê-lo, pediu-me que desse uma atenção especial, pois ela contou-lhe que estava muito doente e que a sua aposentadoria estava sendo toda consumida na compra de remédios. Que aquele dinheiro estava fazendo muita falta e lhe causando uma angústia muito grande.

Autorizei que ele lhe passasse o meu ramal, pois precisaria atualizar e confirmar alguns dados do pedido de restituição, que na época da formalização já fora preenchido com letra trêmula. Para mim, aquele processo passou a ser prioridade, ainda mais quando ela me ligou no mesmo dia, narrando-me novamente os fatos, a idade, e que queria receber o seu dinheiro enquanto estava viva.

Disse-me ainda que se eu resolvesse o problema de sua restituição me mandaria um presente, ao que, logicamente, recusei e disse que era nosso dever atender bem a todos os contribuintes. Dona Léia ficou tão agradecida com os primeiros atendimentos e com as orientações que me pediu:

- Já que eu não posso lhe enviar um presente, você aceita de presente uma oração?

- Lógico, Dona Léia. Oração é sempre bem-vinda!

Por telefone mesmo, ela, muito emocionada, fez uma oração inesquecível por mim, por meus filhos, pelo meu ambiente de trabalho, pela Receita Federal e pra que Deus me ajudasse a resolver o problema de sua restituição.

Eu também, aproveitando a ligação, orei por ela, pela sua família e pra que Deus me abençoasse de modo a resolver satisfatoriamente o seu processo. É realmente não havia nada que justificasse uma demora tão grande para a solução de um pedido tão simples. Procedi à juntada das telas de sistema



necessárias, saneei o processo, proferi o despacho decisório e encaminhei ao setor de pagamento pedindo prioridade máxima pelo Estatuto do Idoso.

Na semana seguinte, verifiquei que setor responsável já havia efetuado o pagamento do crédito e que só restavam questões burocráticas para procedermos ao comunicado oficial para Dona Léia.

Não resisti à espera e liguei pra Dona Léia pra confirmar se o crédito havia entrado em sua conta. Desta vez, sua filha que atendeu e disse que a mamãe havia sofrido um pequeno acidente doméstico e estava na cama com algumas escoriações, mas que acabara de verificar o saldo bancário e que o crédito havia entrado na conta.

Agradeceu-me muito pelo empenho e disse que a mamãe estava me mandando um forte abraço. No dia seguinte, recebi outra ligação de Dona Léia e ela disse que sentiu vontade de orar novamente por mim. Fez uma linda oração por mim, por meus filhos, por minha casa, ambiente de trabalho e disse ao final que se ela morresse naquele dia iria feliz, pois nunca recebeu uma atenção tão especial de um funcionário público.

Do meu lado, eu fiquei muito feliz e com a certeza de que aquela oração chegou aos ouvidos de Deus. Feliz porque não fiz mais do que a minha obrigação, e ainda saí com a sensação de que se fosse o meu único trabalho como servidor público já estaria completamente recompensado.



## Vendemos a “BMW do 007” e um Fiat 147 (ele duas vezes!)

*José Henrique Salatti Schitz*

*IRF Porto Alegre/RS*

*Ingressou na RFB em 18/04/1991. Presidente, membro de Comissão e de Equipe de apoio em vários leilões da IRF, da ALF do Aeroporto Salgado Filho e da DRF Novo Hamburgo (mesmo sendo lotado da IRF/POA). Pregoeiro habilitado na primeira turma da ENAP na RFB no RS. Foi Fiscal de vários contratos, inclusive, de grande monta, experiência em todas áreas da Logística da RFB (Patrimônio, Almoxarifado, Gestão de pessoas, Financeiro e Orçamentário, Licitações e Contratos, etc). Hoje chefe de Sapol.*

“Em leilão, carro sai por R\$ 100. Uma universitária arrematou um automóvel de verdade por preço de carro de brinquedo”. Assim noticiaram, com requintes hilários, jornal e rádio locais. Como sou ouvinte costumeiro do dito programa, tive verdadeiro deleite em ouvir comentários, dos mais hilariantes, a respeito de um feito do qual tive participação ativa. Claro que não foi um prazer maior do que os que me deram os nascimentos de meus filhos e, que me desculpem eles, principalmente da minha neta, mas esta já é outra história.

Não vou repetir para vocês o bordão de um personagem televisivo, que era assim: “Meninos, eu vi!”. Na realidade: “Meninos, eu fiz!” E esta foi a primeira vez que vendi aquela “maravilha”. E no ano seguinte, vendi de novo. O mesmo. Não era outro do mesmo naipe não, era ele mesmo.



Foi em São Leopoldo. Pra quem não sabe, São Leo fica na Região Metropolitana de Porto Alegre, coladinho em Novo Hamburgo, cidade polo do chamado Vale do Sapateiro e Capital Nacional do Calçado, mesmo que o pessoal de Franca discorde.

Recém chegado à Inspetoria de Porto Alegre, oriundo da Alfândega do Aeroporto Salgado Filho, minha missão era a administração e gerenciamento das mercadorias apreendidas da Unidade. Pega relatório, lê relatório, interpreta, monta planilha e a primeira conclusão: um leilão de veículos, incluindo antigos, sempre é um sucesso, então começaremos por isto. É! Colecionador paga por lata velha mais do que a gente paga por um carro zero.

Chega o Inspetor com a notícia de que haviam sido criadas várias metas para nossa área, uma delas, o incremento nas saídas em 30%, naquele ano. “Será que a gente dá conta, Schitz?” A minha resposta: “Só isto? Com um pé e uma mão nas costas, chefe.” Após uma risadinha amarela dele, expliquei que estávamos preparados para fazer no mínimo 50%. Acabamos chegando aos 103%!

Fomos fazer a identificação de chassis, fotografar os “brinquedinhos” e passar a estipular o lance mínimo para cada um. O que consta na tabela da FIPE é barbada. O problema eram aqueles contrabandeados do Uruguai que teriam como destino alguns colecionadores. Vamos à Internet fazer pesquisa. Encontramos de tudo um pouco. O mesmo modelo de carro encontra-se no mercado por várias faixas de preço, dependendo do estágio em que estiver seu restauro, que vai do nível zero ao luxo e requinte.

Não era o primeiro leilão em que venderíamos carros antigos, então valemo-nos daquela máxima: “O diabo sabe mais por velho que por diabo.” E se não confiarmos no nosso taco, quem confiará?

Cadê o leiloeiro para o certame? O da Inspetoria de Porto Alegre estava impossibilitado de fazer. Como Presidente da Comissão, tinha que resolver o assunto. Vou até a sala do Inspetor:





- Chefe, temos que trazer um colega de Uruguaiana para ser nosso leiloeiro.

- Tu conheces o cara?

- Sim. Eu comecei na Receita lá.

- Tu já viste o cara fazendo leilão?

- Não.

- Ele tem feito leilões ultimamente?

- Não.

- Por que não chamamos alguém que esteja fazendo leilão mais frequentemente?

- Chefe, eu sei que o cara sabe fazer leilão, e conheço a pessoa. Faremos um leilão grande, no qual, inclusive, vamos oferecer carona para outras Unidades, e eu quero é ele para trabalhar neste leilão. Confie em mim, que será um sucesso absoluto.

- Tá bem, o leilão é quando?

- 16 de dezembro, quarta-feira.

- Trago ele na terça?

- Não, no domingo. Segunda eu levo ele no depósito para ver o que vai vender. Na terça vamos a São Leopoldo fazer toda montagem dos equipamentos, com o pessoal da SATEC e vou levar ele junto para conhecer o local. O ginásio.

O local era o Ginásio Municipal de São Leopoldo, ao lado da Agência da Receita e com capacidade de 10 ou 12 mil pessoas, dizem eles. Mas que era grande, era grande. Já estava com pena dos volantes só de olhar para aquelas arquibancadas.



O volante é aquele que fica encarregado de identificar o arrematante vencedor de cada lote, que normalmente está no último degrau daquela vasta arquibancada, e havia mais de 4.000 pessoas presentes, segundo os agentes da Guarda Municipal presentes. No ano seguinte, voltamos e fizemos outro leilão no mesmo local. Foi quando vendemos aquele Fiat 147 pela segunda vez, mas depois falo mais disso...

Convocada reunião com toda equipe que iria participar. Convocado também o motorista terceirizado que estava encarregado de conduzir um micro-ônibus que levaria a equipe até lá, repassadas as orientações, discutidos últimos detalhes e o aviso final:

- Amanhã vocês não têm família, nem marido, nem esposa, nem filho, nem chefe, vocês me pertencem.

Tá achando grosseira a forma como coloquei? É! Eu também acharia, mas tinha que impactar a equipe e chamá-los à atenção do que nos esperava, que, na verdade, nem eu imaginava exatamente o tamanho da bronca, mas correu tudo tranquilo, talvez até porque estava todo o povo igual a escoteiro (sempre alerta).

Ao que retruca um colega:

- Teremos chefe sim. Tu.

O penúltimo aviso:

- Todos vocês sabem que não sou lá dos mais pontuais no dia-a-dia, mas lembro a todos que amanhã é um dia muito especial, daí mesmo que nosso expediente normal inicie às 8:00, temos que sair daqui, no máximo, 7:45, então temos que chegar aqui em torno de 7:30. Temos que fazer o deslocamento de 40 quilômetros dentro de um trecho de estrada com movimento pesado e fazer a checagem e teste dos equipamentos todos que



utilizaremos e não podemos correr o risco de atrasar o início do leilão, já que estamos representando uma das instituições mais respeitadas deste país continental.

E o último aviso:

- O senhor, nosso motorista, foi convocado para esta reunião pelo seguinte motivo: esteja quem aqui esteja, 7:45 o senhor vai dar partida naquele micro rumo ao ginásio de São Leopoldo. Quem não chegar a tempo, que vá com meios próprios, metrô, ônibus, táxi, bicicleta, skate, o que for, ou ligue avisando que está ali na esquina, que lhe embarcamos no caminho. A não ser que tenha algum empecilho grande no deslocamento, estarei no pátio fazendo a chamada, mas se EU não estiver no horário marcado, o senhor dará a partida no micro do mesmo jeito, e vou por meios próprios.

No caminho até o local, relembro a todos que minha previsão é de que não estaríamos liberados da função antes das 20 horas. Então avisassem maridos, esposas, namorados, namoradas, se ainda não o tivessem feito. Pela manhã, vamos testar tudo e testar de novo, depois iniciaremos o certame no início da tarde. Encerrada a sessão, tem o rescaldo, colocaremos os equipamentos no micro, voltaremos a Porto Alegre, descarregaremos os equipamentos que levamos, daí é que estaremos liberados. Estejam prontos para tanto. Na verdade, ficamos liberados somente aí pelas 21 horas.

Como alento, avisei que iria solicitar ao Sr. Inspetor-chefe um dia de folga para cada um. Como ele compareceu ao evento, sabia do horário que saímos, presenciou toda aquela função e trabalhadeira e ficou sabendo do horário que chegamos de volta. Deve ter até ficado com dó da gente, não é mesmo?

Em arrematação, 101 lotes, sendo cada um composto por um veículo. Entre eles o tal Fiat 147 caindo aos pedaços (que deveria ser vendido a quem fosse vacinado contra o tétano).

Nossa equipe, mesmo sendo sempre grande e experiente, como a ocasião exigia, estava ansiosa pelo resultado do “embate” entre os



arrematantes, afinal de contas um leilão tem como objetivo primeiro o esvaziamento (parcial, claro) de depósitos, e estava a nosso cargo leiloar veículos envolvendo praticamente metade de nossa Região Fiscal. Compromisso grande. Temos que fazer o “nosso melhor”!

Vendemos o 147. E outros piores ainda! Mas tinha coisa boa também. Alguns, praticamente novos e mais para perto do topo da “escala”. Tinha uma BMW 85 que diziam os entendidos era irmã gêmea, ou quase isto, duma que havia sido usada num filme do 007. E acabou que mais chamou atenção, como já prevíamos. Como tinha uns bonzinhos e vários antigos que têm os colecionadores sempre interessados, então o leilão estava salvo.

Compareceram vários veículos de comunicação entre jornais e canais televisivos. Sucesso total. Até uma revista virtual colocou, no ginásio, um enviado especial e uma equipe de reportagem para participar de maneira mais efetiva do evento. A equipe com uma cobertura muita ampla, ou seja, o tempo todo, e o enviado como possível arrematante. Achei aquilo incrível, e mesmo estando muitíssimo ocupado busquei dar o máximo possível de atenção a eles, mesmo que, a todo momento, ficassem me pedindo desculpas. Pô! Se estavam fazendo cobertura do leilão todo e da forma tão elaborada, tenho que dar aos caras o máximo de atenção possível, né?

Pois foi que no exato momento em que me perguntaram qual o lote eu imaginava seria o de maior valor de arrematação e respondi que seria a BMW, que a FIPE estimava em torno de R\$ 17.000,00, que o ginásio “explodiu” em aplausos, já que tinha sido vendido por 85 mil para um senhor que tinha vindo de São Paulo (tendo, portanto, seus outros custos para isto) somente para levar aquele brinquedinho para casa.

Conseguindo vender em torno de 70% dos lotes, todo leilão já é considerado um sucesso. Vendemos todos os 101. E como tínhamos, e temos, metas a cumprir (inclusive) de arrecadação em leilões, foi bastante satisfatório o resultado. Aquele leilão foi recordista na nossa Inspetoria.



Havia carros da IRF Porto Alegre, das DRFs Uruguaiana, Santo Ângelo e Santana do Livramento. E o tal do 147 era de Livramento.

Aqui é que começa a história. Brincadeira... Aqui é que saberão do desfecho da história. O 147 foi arrematado, naquele leilão, por R\$100,00 porque ainda não havia norma legal desonerando o arrematante das multas pré-existentes e de outras obrigações do mesmo gênero. Era o lance mínimo pelo cálculo que indicava um valor negativo, ou seja, PAGAR para o comprador, o que não é possível.

Trinta dias de prazo para a retirada, o que a universitária não fez. Sei lá porquê! Vai que iria ter mais despesa para buscar o 147 lá no outro lado do Estado do que vale ele. Acho que sim.

No ano seguinte, no mesmo local, já sob a égide da justa desoneração ao arrematante àquilo a que nada deu motivo e do que nadinha tem com ele relação alguma, o mesmo “precioso”, novamente foi levado à hasta pública. Resultado: novamente arrematado.

Encerrado o leilão, sentamos alguns membros da equipe para “almoçar” (isto mesmo) na lancheria do ginásio e comento:

- Caraca! Vendemos aquele 147 por 100 pilas no outro leilão, vendemos de novo agora para algum maluco que pagou R\$ 1.100! Maluco, né? Ou apaixonado pelo treco.

Daí é que me aborda um membro de nossa equipe:

- Tá vendo aquele magrão que tá indo ali? Tava lanchando na mesa aqui do lado. Vi uma guia (de Licitação) na mão dele. Era... a do 147.

- Putz!



## Viagem a Fabriciano – a saga

*Tereza Cristina Esteves Braga*

*DRF Coronel Fabriciano/MG*

*Atualmente atua na equipe de restituição, compensação e ressarcimento, Saort na Delegacia da Receita Federal de Coronel Fabriciano, Minas Gerais, ingressou na RFB no último concurso para ATRF de 2012, sua chefia imediata é o chefe da Saort, Ednaldo Ferreira Alves.*

Pessoal, minha história não aconteceu propriamente no ambiente de trabalho, mas está diretamente relacionada ao meu processo de remoção da cidade de Guarulhos, São Paulo, para Coronel Fabriciano, Minas Gerais; o que por si só, configura uma situação com repercussão direta no exercício do cargo de analista-tributário da Receita Federal.

Tudo começou com a obtenção de uma vaga, no último concurso de remoção de Analistas da Receita de 2014, para a Cidade de Coronel Fabriciano, Minas Gerais. Na ocasião, estava lotada em Guarulhos, no aeroporto Internacional, trabalhando no GFOR, SAPOL.

Ocorre que tenho uma filha de 16 anos, portanto em idade escolar, tenho três cães da raça Chow-chow e morava em um imóvel alugado naquela cidade paulistana. Essas três situações implicavam em conciliar o seguinte



quebra-cabeça: o meu deslocamento deveria ocorrer numa data mais próxima do fim de maio (data limite da remoção) para não prejudicar muito a conclusão do semestre letivo por minha filha, deveria ainda fazer coincidir a minha saída com o encerramento do contrato de locação e entrega das chaves à imobiliária de modo a não ser necessário o retorno a Guarulhos por qualquer motivo ligado à locação e tinha que pensar em como seria o transporte de meus queridos cães, já que havia descartado o serviço terceirizado, muito caro para as minhas despesas financeiras já um tanto alavancadas com a mudança, afinal, tinha que arcar com os gastos de entrega do imóvel, o que incluía pintura, pagamentos finais e o pagamento da mudança propriamente dita.

Para resolver o tal quebra-cabeça, adotei a seguinte estratégia: o imóvel seria entregue na penúltima semana de maio, na qual ocorreria um jogo da seleção brasileira e um feriado, o que ajudava minha filha a ter uma pequena pausa para viajar comigo até Sete Lagoas sem comprometer muito seus estudos, o transporte dos cães seria feito por mim mesma, de carro, com a utilização de tranquilizantes e a viagem começando no final da tarde e terminando de madrugada, período mais calmo. Além disso, como era época de Copa, fixaria duas bandeiras de plástico nas janelas traseiras do veículo para despistar curiosos e evitar que os cães igualmente viessem a ficar agitados com alguma movimentação externa. Isso porque o macho de nome Logan odeia bicicletas e motos, a fêmea de nome Lady é muito simpática e gosta de interagir com todos que se aproximam e a filhote de nome Luana também é bastante dinâmica para não dizer hiperativa o que significava agitação ao menor estímulo.

Chegaria em Belo Horizonte de madrugada, pernoitaria na casa de minha sobrinha e na manhã do dia seguinte que coincidia com um dos jogos da seleção brasileira, deslocaria de BH para Sete Lagoas (distância de uma hora aproximadamente), para a casa de outra irmã na qual os cães ficariam hospedados até eu conseguir alugar um imóvel em Coronel Fabriciano e então os levaria definitivamente. Com um detalhe importante: essa estadia na minha



irmã tinha um limite máximo a ser observado por mim, quinze dias. Isso para evitar um stress decorrente da presença de três Chow-chows meus com outros três cães dela, dois da raça Chow-chow e um da raça Lhasa Apso. Então numa segunda-feira do final de maio, iniciei a minha saga rumo a Belo Horizonte, no carro. Na frente, acompanhando-me estava minha filha e no banco detrás, devidamente acomodados com cintos presos em suas guias, os três cães.

O primeiro imprevisto ocorreu de cara, na saída de Guarulhos. De posse de uma receita médica obtida num petshop para comprar os tranquilizantes para cães a ser administrados momentos antes de iniciar a viagem dirigi-me a uma farmácia, no trajeto de entrega das chaves do imóvel na imobiliária, e qual não foi minha surpresa quando a atendente negou a venda do produto por falta de carimbo com os dados da veterinária, na receita. Tentei argumentar que se tratava de medicamento para cães e que não seria utilizado por pessoas, mas não houve jeito, não era permitida a venda sem as informações do profissional porque tal documento ficaria retido e deveria conter o carimbo com dados de habilitação exigidos pela fiscalização.

O que fazer? Voltar à clínica bastante movimentada e enfrentar nova espera para obter o tal carimbo estava fora de cogitação! Os cães já estavam me aguardando do lado de fora da residência presos à grade do portão de entrada e fazê-los esperar nessa situação era contribuir para o stress deles e meu também. Resolvi apostar no bom comportamento dos bichinhos e seguir viagem sem o tal tranquilizante.

O segundo incidente não demorou a acontecer. O macho, inconformado com a viagem no carro, porque desde bebê sempre teve medo das viagens de carro, começou a chorar e só sossegou quando subiu para o local de apoio sobre o porta-malas. Deitou-se lá sem maiores cerimônias e ficou ao longo de toda a viagem. Acredito que quem o visse pelo vidro traseiro (que possui desembaçador e, portanto, mascara a imagem), imaginava que se tratasse de um bicho de pelúcia preto em tamanho original.





As duas fêmeas permaneceram no banco detrás deitadas, com o detalhe de que a cada parada nos pedágios (oito ao todo até Belo Horizonte) elas se levantavam para ver os funcionários que recebiam o pagamento, alguns desses com aquele comportamento de brincar, aguçavam ainda mais a agitação das cadelas. Mesmo o macho, de vez em quando, saía de sua pose de cão de pelúcia para tomar satisfação sobre o que estava acontecendo. Então eu tinha que acalmar os meninos e seguir a viagem, torcendo para dar tudo certo até o próximo pedágio.

Eu e minha filha optamos por não fazer paradas longas no caminho para não haver necessidade de descer os cachorros e assim fizemos uma única parada bastante breve para irmos ao banheiro, comprar um lanche e seguirmos viagem. Como não corro na estrada, chegamos sãs e salvas em Belo Horizonte aproximadamente às duas horas da manhã. Descemos os cães, demos água a eles. Obviamente que fizeram suas necessidades básicas na primeira oportunidade, o que significou ter que providenciar a limpeza. Eu e minha filha ainda lanchamos e fomos dormir.

Após deixar os cães em Sete Lagoas conforme previsto voltei para Coronel Fabriciano e para minha nova surpresa, dessa vez agradável, consegui alugar uma casa boa, numa cidade próxima chamada Timóteo. Na primeira semana de exercício em Coronel Fabriciano, iniciei nova empreitada para buscar os cães de Sete Lagoas para Timóteo, num domingo. Viajei quase 300 quilômetros, 80 quilômetros de Belo Horizonte até Sete Lagoas e mais 200 de Belo Horizonte a Timóteo. A viagem foi tranquila e dessa vez fui sozinha porque minha filha tinha voltado para Guarulhos para terminar as provas do semestre.

Na nova casa, o próximo desafio foi permanecer lá acampada já que minha mudança chegaria daí a quinze dias. Pensei em ir para um hotel, mas achei melhor economizar e ficar próxima dos meus cães. Comprei um colchão de acampamento, um travesseiro, consegui roupas de cama com minha irmã,



um ebulidor para fazer café pela manhã sem açúcar com adoçante e um vasilhame para esquentar a comida dos cães. Aí se passaram aproximadamente 20 dias e a saga finalmente chegou ao fim com a chegada de minha mudança e minha filha.

Então pessoal essa é a minha história de remoção para Coronel Fabriciano. Aposto que vocês estão se perguntando se valeu a pena todo o sacrifício, as aventuras, as peripécias, os gastos e as economias?

Querem saber? Claro que valeu à pena! Hoje eu e minha filha estamos numa cidade com qualidade de vida muito melhor, mineira por natureza, rodeada de montanhas, pequena e melhor de se viver. Posso me dar ao luxo de acordar com o cântico do sabiá e do chapinha, um passarinho pequeno que tem um cântico muito bonito. As manhãs de primavera têm sido uma espécie de brinde à vida, proporcionado por uma sibipiruna, árvore com suas flores amarelas.

Retomei os passeios com os cães durante a semana com alguns pequenos desafios, nada que um pouco de paciência e bom humor não resolva. O Logan continua querendo pegar todas as bicicletas e motos que passam na sua frente. A Lady ainda fora de forma, deita-se a cada 200 metros de caminhada, gosta de apreciar a paisagem e aproveita para fazer novas amizades. A Luana é muito animada mas ainda briga com a guia. Ela é nova, acaba aprendendo.

E no trabalho, ah sim, acharam que ia me esquecer do trabalho? Claro que não. Identifiquei-me com a Delegacia da Receita Federal em Coronel Fabriciano desde o primeiro momento, estou na equipe de Restituição, Compensação e Ressarcimento. A turma é muito boa, simples, dedicada, feliz com a vida. Temos atleticanos, cruzeirenses e até uma flamenguista na área que se diz atleticana (para mim trata-se de uma estratégia de sobrevivência, para não despertar a ira de atleticanos e cruzeirenses). Isso tudo dá um ânimo ainda



maior aos debates do Brasileirão. Então, como vêm valeu muito à pena, e posso dizer que toda essa aventura teve um final feliz! Um final não, um recomeço feliz, porque a saga continua com novas aventuras, desafios, imprevistos, alegrias e percalços...



## Você pode ficar assim?

*Marcos da Rosa Riella*

*ARF Canela/RS*

*Funcionário do Serpro na ARF/Cachoeira do Sul/RS, de 08/08/1984 até abril de 1991; na carreira ARF desde então, exercendo chefia da arrecadação na IRF/Chui/RS de 1991 até 1996; chefia da ARF/Canela/RS de 1996 até 2009, atualmente trabalha com o atendimento ao contribuinte na ARF/Canela/RS.*

Lá pelos idos de 1992, no final do século passado, fui auxiliar no trabalho da Delegacia da Receita Federal de Novo Hamburgo. Entre as atividades que exercia, estava o parcelamento de débitos.

Naquela época a Receita Federal não estava tão informatizada e com a inflação alta, era uma correria para montar os processos, emitir os DARFs, documentos de arrecadação de receitas federais e encaminhar aos bancos. A pressão era terrível. Os colegas eram extremamente dedicados e viviam em permanente ataque de nervos. Trabalhavam demais para fazer um trabalho que era essencial. Quando cheguei na Arrecadação, o parcelamento ficava em um canto, cercado de armários, e o trabalho era frenético, mas o que mais chamou minha atenção era a maneira como os colegas lidavam com a situação.



No segundo dia com eles, notei que corria um papo meio estranho. Falavam em acender incenso, tomar florais e principalmente nos gnomos de estimação, que se alimentavam da energia das maçãs. Fiquei pensando se algum dia ficaria tão estressado que iria ter que alimentar gnomo com maçã para aliviar a pressão do trabalho.





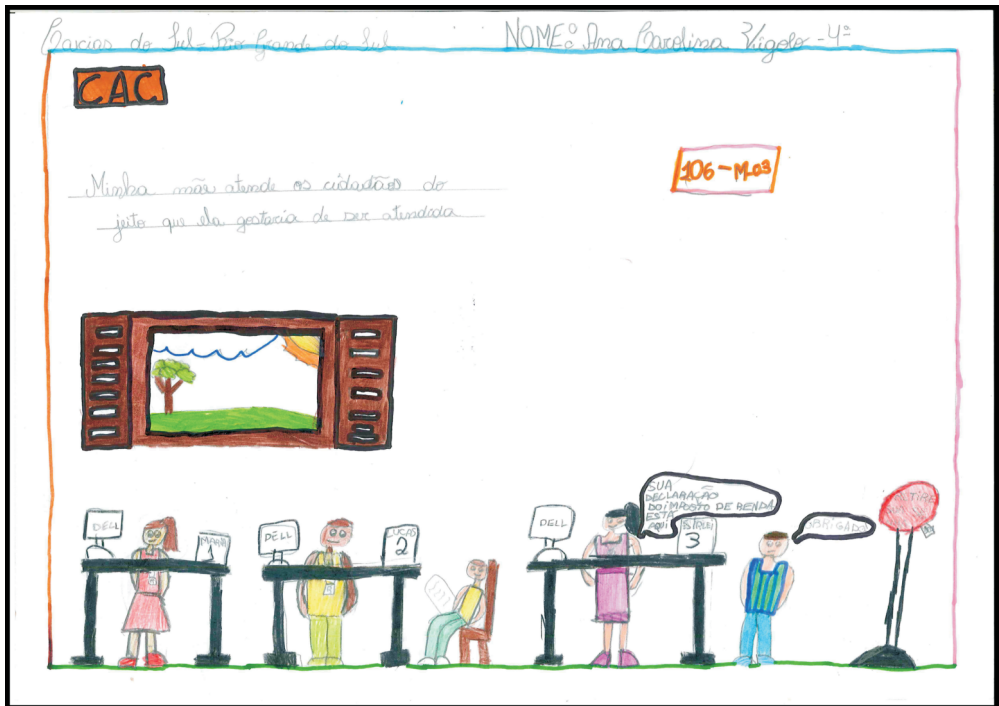
*Poesias*

*Premiadas*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

Ana Carolina Vigolo/4º ano do Ensino Fundamental  
Responsável: Sirlei Schardosim Vigolo – DRF/Caxias do Sul





# Poesias Premiadas

## Primeiro Lugar

### Receita Federal do Brasil - A história primitiva

*Cléber Marcelo Fernandes Caetano*

*ALF – Porto de Santos/SP*

*Atualmente, exerce suas funções na equipe de conferência física da alfândega do Porto de Santos. Ingressou na RFB em 1993, trabalhou na agência de Adamantina/SP, na equipe de trânsito aduaneiro da alfândega e no núcleo de repressão/Nurep-Atlântico da SRRF 8ª.*





## Receita Federal do Brasil - A história primitiva

### Prefácio

“Nas entranhas do cerrado  
Deu-se o conto aqui contado  
Nascimento e trajetória  
De um Leão civilizado  
Sem a selva, sem reinado  
E sem nunca ter rugido  
Mas ganhou esse apelido  
Por fazer com muita glória  
O que tem que ser fazido!”

...

Este conto que eu desfio  
Possa lhe render proveito  
Mas se eu não contar direito  
Meu perdoa quem ouviu.

### O cenário econômico da época

Houve um tempo em que o Brasil  
Feito um bolo só crescia  
E o fermento dessa massa  
Se chamava economia  
Crescimento exagerado  
Em um ritmo astronômico  
Esse tempo foi chamado  
De milagre econômico



...

Mas milagre pede um santo  
Com imagem, coisa e tal  
Esse santo ninguém via  
Nem se fosse à catedral  
Foi então que veio a ideia  
Simples, mas original  
De botar alguém da Terra  
Pra cuidar do capital

### **1968 – O mais bissexto dos anos**

Afirmar com precisão  
Isso eu não faço não!  
Mas Brasília andava quente  
Quando Artur da Costa e Silva  
General-em-Presidente  
No dia 20 de novembro  
(O horário, não me lembro )  
Com suprema honraria  
Num palácio de Brasília  
- A terceira capital -  
Decretava que nascia  
A Receita Federal

...

Deu início Delfim Neto  
(Deu-se assim o meu declame )  
Mas, voltando ao certame  
Uma coisa dou por certo  
Da fazenda o então Ministro  
Também foi um arquiteto  
Basta ver que está seu nome  
No finzinho do Decreto.



## **Quarenta e cinco anos**

E então passou o tempo  
Nem parado, nem corrido  
E o conceito da Receita  
Segue assim bem resumido  
Num tom remetido ao perfeito  
Seu sucesso foi sendo esculpido  
Com a benção de Nosso Senhor  
Por mentes e braços ungidos

...

E hoje perto dos cinquenta  
A Receita ainda enfrenta  
Desafios estimados  
Mas com tanta gente boa  
Desde a popa até a proa  
O Leão tá preparado

...

Mas o conto é sobre o início  
E fala muita afugenta...  
(Minha mão sequer aguenta! )  
Nem é esse o meu ofício.

## **Posfácio**

Vão dizer que é prosa sonsa...  
Mas leão? Por que não onça?  
Se a Receita é do Brasil  
E aqui leão não dá?



Esse assunto me fascina  
Deve ser só pela rima  
Tento aqui me explicar:  
Veja a onça que pecado  
Tem seu nome costurado  
Na palavra geringonça  
Melhor sorte do leão  
Não bastasse ser mais forte  
O danado do mascote  
Rima bem com perfeição,  
retidão, educação...

#### Comentário do autor:

A Receita Federal foi criada através do Decreto 63.659, de 20 de novembro de 1.968, no auge do regime militar que governou o Brasil de 1.964 a 1.985. Dias após, o mesmo governo editou o Ato Institucional 5 (AI-5) que suspendeu inúmeras garantias constitucionais e causou indizíveis prejuízos à sociedade e à democracia. O Presidente da República, Artur da Costa e Silva, faleceu logo em seguida, tendo sido, antes, afastado da presidência por problemas de saúde. O AI-5 duraria (intermináveis) dez anos. A Receita Federal do Brasil consolidou-se como órgão de excelência - e referência - no serviço público.



## *Segundo Lugar*

### **Receita de João**

*Clóvis Belbute Peres*

*COFIS - Unidades Centrais-DF*

*Ingressou na RFB em junho de 2006. Foi chefe-substituto do CAC/Novo Hamburgo e chefe da equipe de Fiscalização Aduaneira EFA-1/Novo Hamburgo. Foi agente da ARF/Canoas e Assistente técnico da DRF Porto Alegre. Trabalhou no Sefis da DRF/Porto Alegre no grupo de IRPJ/3. Atualmente é o chefe da Divisão de Escrituração Digital - Didig/Cofis.*







## Receita de João

Um servidor sozinho não tece uma Receita  
João Cabral advertiu-me  
Em noite seca e gelada.  
Nunca pensara eu que poderia ouvir,  
Do poeta-mor, a palavra  
Que eu julgava que sabia.  
João Cabral visitou-me à noite,  
Ao fim do expediente em Brasília.  
À janela, a luz refletia  
O lago, o planalto, a bandeira.  
Eu, processo aqui, e-mail ali,  
Batia ao peito e mantinha  
Em 8 anos, passei por quase toda Receita, eu dizia  
Bradava que muito chão já correra  
E não havia falácia no verso,  
Mas quem sou eu pra alcançar  
A visão que alcança o poeta?  
Eu sabia que um servidor sozinho não faz a Receita



A frase mesma eu já repetira  
Mas o poeta, dedo em riste, lembrava  
Falar eu falara,  
Ouvir eu ouvira,  
Mas sentir mesmo, será que eu já sentira?  
A gente só sente quando vê  
Com os olhos do outro, não da gente.  
Quando é nosso, o que se sente  
É interesse ou miopia  
Desisti; tomei-lhe a mão.  
Mostre-me então, professor.  
Se somos um todo ou um time -  
Não sou só eu que o digo -  
Me dizem também tantos muitos,  
Em um sem número de cursos,  
E palestras de reforço.  
O que não se faz é sentir,  
De verdade e sob a pele,  
A frase que há pouco ouvi  
De vosmecê, meu poeta.  
E assim foi que voamos



Eu atrás e ele à frente  
Sentir em cada rincão,  
Em cada pedaço de chão,  
Quem era essa Receita,  
Que de gente é que era feita.  
No Chuí e em Manaus,  
Também na joia da selva,  
Blindava a fronteira, aquele ou aquela  
Que todo dia, na noite, na madrugada,  
Veste a estrela e o colete celeste,  
E, de pergunta em pergunta,  
Ou contra o desdém, o resmungo,  
Solicita a guia do frete.  
Há uma dor no coração,  
Daquela que deixa a filha  
E vai, de caminhão em caminhão,  
Verificar se a bendita mercadoria  
Pode invadir outras casas sem o que lhe repudie,  
E a outros alegrar, alguns outros curar,  
A outros, quiçá, confortar,  
Em cada caso ajudar



A tecer o dia-a-dia.  
Em um piscar, revoamos.  
O fiscal da externa firme agora em nossa frente.  
E sem nos ver exaltava  
O dever recém cumprido.  
Mais um que do mercado-sujo saia.  
Outrora chamado esperteza,  
O embuste tornara-se, ora, nada mais que letra fria.  
Por vezes, contudo,  
Algo de dó trazia ao peito.  
Verdade, fizera o que tinha de ser feito,  
Mas com isso bem sabia  
Que vez ou outra, uma empresa,  
Por mal conselho ou desleixo, da mesma forma jazia.  
O poeta lembrou-me:  
Chega agora, ou vamos mais?  
Que de gente ainda há muito,  
Não se esgota esse revo  
Em dois ou três parques minutos.  
Avante, então.  
Cobrança e Restituição.



Duas mãos na mesma corrente.  
As duas mãos do catavento,  
Que o colega trazia ao peito  
E que a luz refletia  
No monitor à sua frente.  
E um pouco de cada destino  
Pelas mãos do colega, brotando,  
Dia sim, dia não,  
Processo, despacho, encaminhe-se.  
Em cada decisão,  
A espada de Dâmocles lembrava,  
Tristeza, alegria, publique-se.  
No julgamento, cautela,  
Silêncio - Cabral demandou.  
Os três colegas em turma  
Debatiam com fervor, o voto do relator.  
E amalgamavam, alteravam,  
A decisão dantes vertida.  
Cabral então lecionou:  
As visões são muitas, meu filho.  
O que para um é seis,



Para outro, nove talvez.  
E quantos mais observem,  
Mais números aparecem.  
Absoluto não há  
Na complexa teia da vida.  
Eu, já esgotado,  
Quanta gente, quanto ardor,  
Quanta alegria, quanta dor,  
Em cada vida, uma Receita,  
Um João, uma Maria.  
Um frenesi ainda mais vivo,  
Tomou-nos no atendimento.  
Entra e sai, sai e entra.  
Não é CND seu moço,  
É CPF do morto  
Que precisa de valia.  
Cada um que ali estava tecia  
A Receita da sociedade  
E, no dia-a-dia, formava  
A dita Cidadania.  
Hora de ir, meu amigo,



E em dizendo, partiu.  
Quedei-me sentado e atônito,  
Mais um João da Receita  
Que agora não só sabia; sentia.  
De cima o que eu não via  
É que o poeta sorria.  
Ele, João Cabral, meu tutor,  
Regozjava-se ao ver  
Haver eu compreendido.  
Ele que sabiamente dissera  
Que um galo só não tece o dia,  
Ensinara a mais um  
Que na Receita também  
Quem tece a teia da vida  
É um ainda maior sem número  
de Joãos e de Marias.







## *Terceiro Lugar*

### **No dia em que o Leão perdeu pro galo**

*Edna da Conceição Costa Ribeiro*  
*ARF Penedo/AL*

*Desempenha atividade de atendimento ao público na ARF/Penedo/AL desde 1992.*





## No dia em que o Leão perdeu pro galo

Nunca vi tanto imprevisto  
Quando se atende o povo  
Na Agência de Penedo  
Cada dia é assunto novo

Vai e vem aparece contribuinte  
Com um novo denominador:  
Vim aqui tirar o CEIO  
Sendo o cadastro de pescador

E os cartões que a gente leva  
Quando o cidadão é cobrado:  
Não quero mais receber cobrança  
Dê ao seu chefe esse recado

Quando é situação fiscal, danou-se!  
Assinar documento! Pra quê?  
O homem fica com tanto medo  
Medo de se comprometer



O contribuinte da zona rural  
Conserva uma humilde visão  
Acha que deve pagar pelo serviço  
E ainda pedem desculpas no balcão

Mas um político boçal  
Que não queria se identificar  
Jogou a carteira na mesa  
E a recepcionista a gaguejar  
Como o leão ruge mais alto  
Foi pegar seu documento  
Voltou com rabo entre as pernas  
Tão mansinho no argumento

Agora começa o melhor  
Entre tantas situações  
De uma Agência tão pequena  
Mas com muitas emoções



Quando a repartição foi aberta,  
Demos de cara com um cidadão  
Todo empolgado e risonho  
Com um grande galo na mão

Começamos a dar as senhas  
Tudo na normalidade  
Quando deu umas nove horas  
Começou a novidade  
Levaram o galo pro banheiro

Muito que discretamente  
Mas começaram a reclamar do cheiro  
Que incensou o ambiente

Pro dono não esquecê-lo  
De vez em quando ele cantava  
Lá de dentro do banheiro  
E quem entrava se assustava



Sem podermos dispensar o galo  
Pois seu dono esperava  
Que chegasse a sua vez  
E seu direito ninguém negava

Na Receita é o leão  
Que tem toda mordomia  
Só que dessa vez o galo  
Cantava numa euforia

Os contribuintes riam na sala  
Tamanha foi a diversão  
É que o galo fez do banheiro  
A sua grande mansão

Pra terminar o episódio  
Um presente ele deixou  
O banheiro pra lavar  
Cocoricó, pois já vou



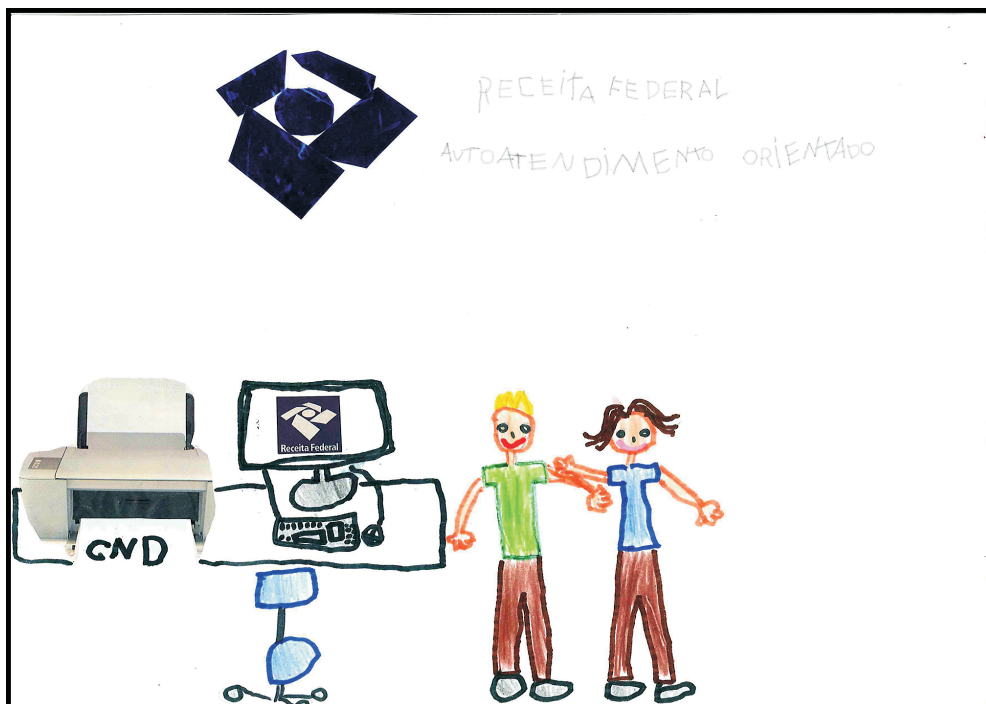
# *Poesias*

## *Classificadas*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

João Victor Kaiser da Rosa/1º ano do Ensino Fundamental  
Responsável: Daniele Kaiser – ARF/Taquara





## Apreensão de droga em Mundo Novo/MS

*Amarildo Francisco Sacchi*

*DRF Bauru/SP*

*Ingressou na RFB em 15/07/1999; atividade atual: fiscalização Aduaneira na EAD da DRF Bauru/SP; atividades desempenhadas: Repressão aduaneira, fiscalização aduaneira, pesquisa e seleção; despacho aduaneiro; chefe da equipe despacho aduaneiro na DRF-Bauru/SP.*

Estava eu no Posto Leão da Fronteira,  
Confesso: sozinho e com certa tremedeira.  
Ordenei a parada de um táxi vindo do Paraguai,  
A passageira, com certeza, não era mineira, uai.

No porta-malas havia para presente uma bela mesa,  
Em cujo interior encontraria eu uma ingrata surpresa.  
Aquela mesa de jantar totalmente desmontada,  
De tão leve mais parecia pedaços de madeira oca envernizada.



Eis que surge a ideia brilhante,  
De montar a mesa naquele instante.  
As partes da mesa tão leves estavam,  
Que qualquer pequenino as levantavam.

Ainda assim, tentei montar a suposta mesa de jantar,  
Mas, como previsto, o resultado não pôde se aceitar.  
A mesa não tinha forma compatível,  
E a desconfiança ficou ainda mais visível.

Para se ter a certeza,  
Um furo fiz em uma parte da “mesa”.  
Retirando a chave de fenda,  
Retornou, em sua ponta, algo que não se encontra em qualquer  
“venda”.  
Constatei que, de maneira oculta, algo havia de diferente,

Caindo por terra a hipótese da mesa como presente.  
O que encontrei ali, em “verdades”,



## Novos tempos

*Angelo Luis Pizzi*  
*Estela Aparecida Grandizolli Beneduzzi*  
*ARF Catanduva/SP*

*Angelo Luís Pizzi, atualmente Técnico do Seguro Social, tendo desempenhado a atividade de chefe da equipe de atendimento (Previdência), ingresso na Receita Federal em 11/05/2007.*  
*Estela a. G. Beneduzzi, Técnico de Seguro Social, ingressou na Receita Federal em 11/05/2007.*

Nosso prédio era antigo, muito antigo  
Por muito tempo foi nosso amigo  
Ali trabalhávamos com muita alegria  
A cada semana, a cada dia

O tempo foi passando, a vida que seguia  
Aquele prédio amigo, já não nos permitia  
Por mais que se quisesse, aquela alegria  
Ele precisava de uma urgente melhoria



Sua estrutura era antiga  
A reforma não dava liga  
A limpeza que se fazia  
Quase não aparecia

O tempo o deixou defazado  
Os jovens diziam detonado  
Eu apenas digo ultrapassado  
Outros entendiam degradado

Em dia de chuva, era só correria  
Cobrir computadores, desligar a energia  
O teto não dava segurança  
Por sinal, inspirava mudança

As leis foram mudando  
A consciência foi aumentando  
Rampas de acesso, uma obrigação  
Em nosso prédio, improvisação



Veio a unificação dos fiscos  
Mais gente trabalhando, mais riscos  
Era preciso um prédio novo, urgente  
Para melhor atender nosso povo, nossa gente

Pedidos, processos e dossiês  
Tudo foi tentado, tudo foi buscado  
Queríamos algo da nossa dimensão  
Em respeito ao povo, ao cidadão

Depois de anos de tentativas  
Um dia o sol raiou mais fulgente  
A alegria gritou, deu um viva  
O novo prédio vai sair finalmente

Muita expectativa se criou  
Afinal, o sonho se realizou  
A mudança estava para acontecer  
Nada mais para nos deter.



## A caminho da qualidade

*Sandra Tereza Faiva Miranda*

*DRF Campinas/SP*

*Ingressou na RFB em 01/06/1980, atualmente no Seort - Equipe de Regimes Especiais, já exerceu diversos cargos como gerente executiva do INSS da Região de Campinas, desenvolveu trabalhos na corregedoria INSS Brasília e no Escor 08 RF.*

**Reinventando a história para o padrão mundial do Século XXI,  
Estimulando a gestão do conhecimento tributário,  
Construindo e explorando novos caminhos, quebrando paradigmas,  
Exercendo o poder social do tributo na sua missão institucional,  
Intensificando a criatividade e a competência como fonte de valores,  
Trazendo uma visão interdisciplinar das relações do direito tributário,  
Alicerçada com os conhecimentos e estratégias da gestão pública,**



**Fortalecendo e tornando-se um agente de mudança proativo,**  
**Estimulando e promovendo a modernização da gestão para resultados,**  
**Determinando prioridades, combatendo a sonegação,**  
**Evitando a elisão e a evasão fiscal promovendo o desenvolvimento econômico,**  
**Rumo a qualidade e eficácia na execução de melhoria nos serviços prestados,**  
**Avançando, inovando e modernizando sua identidade organizacional,**  
**Liderando com ações altruístas os desafios, transformando-os em oportunidades,**

**Desenvolvendo, capacitando, envolvendo a todos pela troca de boas experiências,**  
**Operacionalizando métodos eficazes, conhecendo e informando com sucesso,**

**Beneficiando o Brasil, melhorando a eficácia das políticas públicas,**  
**Restabelecendo o respeito, a ordem e a visibilidade cidadã,**  
**Alinhando a efetividade para a melhoria na gestão de tributos,**  
**Sistematizando a cultura de excelência e da qualidade do serviço público,**  
**Integrando e disseminando o reconhecimento e a valorização profissional,**  
**Lutando com atitude e garra pela eficácia da Administração Pública Tributária...**



## Soneto do contribuinte

*Valmir Paulino Benício*

*ARF São Sebastião do Paraíso/MG*

*Ingressou na RFB no concurso para TTN em 1989, foi nomeado no dia 15/05/1991 para a Alfândega de Cumbica. Depois trabalhou na DRF/São Bernardo do Campo em 1995. DRF/Poços de Caldas em 2004 e ARF/SSP em 2010. Elaborou a Edição Especial da Revista Comemorativa de 10 anos da DRF/Poços de Caldas e participou de várias edições do Concurso Histórias de Trabalho da RFB.*

Sofro quando me trata mal e sou desprezado  
Eu deveria significar mais para você  
É angustiante quando clamo por ti e me ignoras  
Precisava só de mais atenção  
Sofro quando minhas questões não são resolvidas  
Deveria se interessar mais por elas  
É angustiante quando preciso de soluções e não as tenho  
Por outro lado  
Ah, mas como é bom quando me cativas  
Sinto-me lisonjeado  
Fico feliz quando me chamas pelo nome





Sinto-me respeitado  
Como é prazeroso quando me atendes  
Sinto-me prestigiado  
Fico satisfeito quando me resolves  
Sinto-me cidadão  
Quero ser ouvido  
para me esclarecer  
Quero problemas resolvidos  
para com você me encantar  
Quero sua paciência  
Para me compreender  
Quero seu esforço  
para me orientar  
Quero voltar satisfeito  
quando você me atender  
Quero que, ao final  
tenha prazer em um dia retornar  
Tomara que tudo melhore  
Que tudo se agilize  
Que os sistemas funcionem  
Para eu nunca mais lamentar



Tomara que tudo se conecte  
Que haja bom senso  
Que não haja tantas filas  
Para eu nunca mais me angustiar  
Tomara que o bom senso predomine  
Que administração funcione  
sempre com transparência e eficiência  
Para meu imposto com prazer eu pagar



## Mudança de prédio da ARF/Paraíso do Tocantins

*Dioclécio Xavier*  
Escor/01RF

*Ingressou na RFB em outubro de 1984 - atividades que desempenha atualmente: membro de comissões de inquérito, juiz de admissibilidade, pareceres, etc. - atividades desempenhadas no passado na RFB: chefe da ARF/Paraíso do Tocantins de 1991 a 1997, assessor na SRRF01 de 1997 a 1999, chefe do patrimônio de 1999 a 2003 e presidente de comissão de desfazimento de mercadorias estrangeiras.*

Quando ocupava a função de chefe da Agência da Receita Federal de Paraíso do Tocantins, no período de 1991 a 1997, foram feitas três mudanças de imóvel e na última, por volta de 1994, veio o contratempo:

Caminhão emprestado da Prefeitura de Paraíso do Tocantins;

no sábado, dia calmo e ensolarado;

primeiro levamos os móveis e foi tranquilo;

no segundo transporte veio o transtorno.



Quando o caminhão estava carregado de documentos;  
já saindo da Agência o tempo mudou e caiu uma chuva;  
o caminhão sem cobertura, foi um desastre;  
o motorista acelerou, mas, mesmo assim, molharam alguns documentos.

O chefe da Agência passou o sábado e domingo ocupado;  
ligou vários ventiladores, até ventilador emprestado;  
com muita preocupação e dedicação, veio o alívio;  
salvaram-se todos os documentos.

Ao final tudo se normalizou, foi gratificante;  
já no novo prédio, sem ar condicionado;  
um hospital ao fundo, sem poder fazer a instalação do ar condicionado;  
eis que brota uma ideia, construir uma parede ao fundo.

E assim foi feito, com o atendimento da DAMF/GO;  
Construiu-se um canteiro com jardim de plantas ao fundo;  
Instalou-se o ar condicionado, já funcionando, pingava água e molhava o jardim;  
as plantas cresceram, as flores brotaram.



História que aconteceu na cidade de Paraíso do Tocantins;  
e assim os documentos continuaram conservados;  
somos honrados pelo trabalho até aqui desenvolvido;  
com tanta dificuldade, veio a recompensa.

Hoje a Agência de Paraíso do Tocantins tem sede própria;  
já posso aposentar-me e agradecer a Deus;  
que de muitos acontecimentos, a vitória foi conquistada; e  
a Receita Federal foi e será sempre um cofre precioso.





Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil